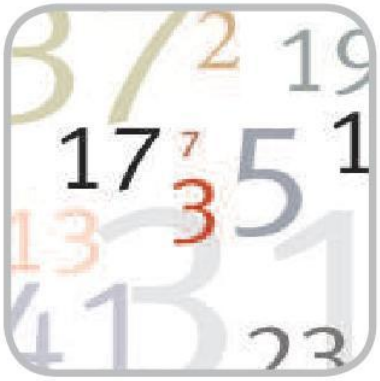
Anuário Estatístico de Palmela

O retrato do concelho em números

2013



Município
Palmela
www.cm-palmela.pt

Anuário Estatístico de Palmela

O retrato do concelho em números

2013

Município
Palmela
www.cm-palmela.pt

Ficha técnica

Título
Anuário Estatístico de Palmela: o retrato do concelho em números – 2013

Edição
Câmara Municipal de Palmela

Autoria
Divisão de Recursos Humanos e Organização – Observatório Económico e Social
Rua General Amílcar Mota, nº 3, 2950-212 Palmela
Tel. 212336680, Email: drho@cm-palmela.pt

Grafismo
Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo

Data de Edição
Dezembro de 2015

Nota de abertura

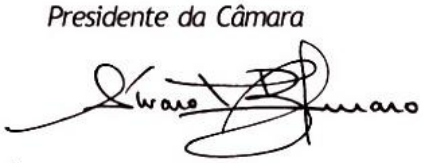
O Anuário Estatístico de Palmela oferece um retrato sintético e atual do concelho através dos números, evidenciando a sua evolução e tendências recentes de desenvolvimento nos mais diversos domínios. Sendo certo que a realidade não se esgota na frieza das estatísticas, os números constituem, ainda assim, um instrumento de avaliação imprescindível a um conjunto alargado de atores, sejam eles decisores políticos, empresários, agentes sociais e culturais ou munícipes. É a todas e a todos os que atuam no território e aos potenciais interessados no concelho de Palmela que este documento se destina.

O concelho de Palmela registou, nas últimas décadas, um extraordinário desenvolvimento económico e social e um aumento populacional muito expressivo, sobretudo nos seus principais centros urbanos. A comparação com as unidades territoriais em que nos enquadramos, levada a cabo neste Anuário Estatístico, atesta isso mesmo.

A extensão do território, com 465 quilómetros quadrados, e a dispersão de aglomerados urbanos foram determinantes na definição das políticas municipais e nos investimentos que, em comparação com territórios vizinhos, de maior concentração das populações, exigem um esforço financeiro muito superior. Mas é também um território de enormes oportunidades e, pela sua centralidade, características físicas e humanas, constitui também um grande desafio.

Em alguns aspetos estaremos, no entanto, aquém do ideal e sabemos que ainda há muito trabalho pela frente. Em Palmela, acreditamos nas virtudes da transparência e da prestação de contas, como forma de habilitar os munícipes a uma intervenção cívica consciente e consequente. Nesse sentido, também a divulgação deste documento vai permitir uma participação mais informada e qualificada de todas e de todos no desenvolvimento do nosso concelho.

Presidente da Câmara



Álvaro Manuel Balseiro Amaro

Apresentação

O Anuário Estatístico de Palmela, que agora se apresenta, é composto por 63 indicadores, organizados em cinco grandes temas – Sociedade; Planeamento e ordenamento do território; Estrutura económica; Equipamentos coletivos; e Ambiente –, estes por sua vez divididos em 24 subáreas temáticas. Quanto às unidades geográficas, privilegia-se a comparação sistemática com as unidades territoriais em que o concelho de Palmela se insere – a Península de Setúbal (NUTS III), a região de Lisboa (NUTS II), e o todo nacional – bem como, sempre que possível, entre as próprias freguesias que integram o concelho. A este respeito, refira-se que a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, referente à Reorganização Administrativa do Território, e que determinou a união das freguesias de Poceirão e Marateca, veio condicionar a apresentação de alguns dados, na medida em que certas entidades passaram a disponibilizar informação estatística de acordo com a nova organização administrativa. Não obstante, sempre que possível optou-se por manter a diferenciação entre ambos os territórios, a fim de preservar a sua identidade e especificidades próprias.

No que respeita à cobertura temporal, apresenta-se a última informação disponível em cada indicador e ainda, sempre que pertinente, a sua evolução em anos recentes. O ano de referência da publicação é 2013, reportando-se a maioria dos indicadores a esse ano, mesmo que em alguns casos a última informação disponível se refira a 2012 ou mesmo a 2011 (no caso dos indicadores que têm origem nos Censos), consoante as rotinas de atualização da informação das várias entidades que alimentam este sistema.

Os dados são provenientes de um conjunto diversificado de fontes, desde organismos da Administração Central à própria Câmara Municipal de Palmela, e recolhidos e tratados no âmbito do Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território, projeto que visa o acompanhamento sistemático da evolução de um vasto conjunto de indicadores em vários domínios. Cada indicador é ilustrado por gráficos, mapas e/ou tabelas, fazendo-se ainda acompanhar por um conjunto de caixas de texto onde se explicitam os conceitos utilizados e se analisam as tendências observadas.

Um agradecimento é devido às diversas entidades externas e serviços da Câmara Municipal de Palmela, cuja colaboração no fornecimento atempado de informação tornou possível a realização desta publicação.

Índice

1. Sociedade 9

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA 10
- População residente por grupo etário 10
- Taxa de natalidade 11
- Taxa de mortalidade 12
- Taxa de mortalidade infantil 13
- Índice de envelhecimento 14
- Índice de dependência total 15
- Índice de renovação da população em idade ativa 16

COESÃO SOCIAL 17
- Percentagem de pensionistas ativos por tipo de pensão 17
- Agregados familiares alojados em habitações arrendadas em regime de renda apoiada 18
- Processos de crianças e jovens em situação de perigo, por problemática 19
- Percentagem de população beneficiária do Rendimento Social de Inserção 20
- Percentagem de população estrangeira residente, segundo a nacionalidade 21

CULTURA E DESPORTO 22
- Atletas federados 22
- Superfície desportiva útil por habitante 23
- Espetáculos por tipo 24
- Empréstimos realizados nas bibliotecas por 1000 habitantes 25
- Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico 26

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA 27
- Organizações do 3º setor 27
- Taxa de participação em atos eleitorais locais 28

EDUCAÇÃO 29
- Crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública por nível de ensino 29
- Taxa bruta de pré-escolarização 30
- Taxa bruta de escolarização 31

SEGURANÇA 32
- Taxa de criminalidade por categoria de crime 32
- Ocorrências de emergência e socorro, por tipo 33

SÍNTESE 34

2. Planeamento e Ordenamento do Território 35

ATIVIDADE INDUSTRIAL 36
- Percentagem da área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor 36

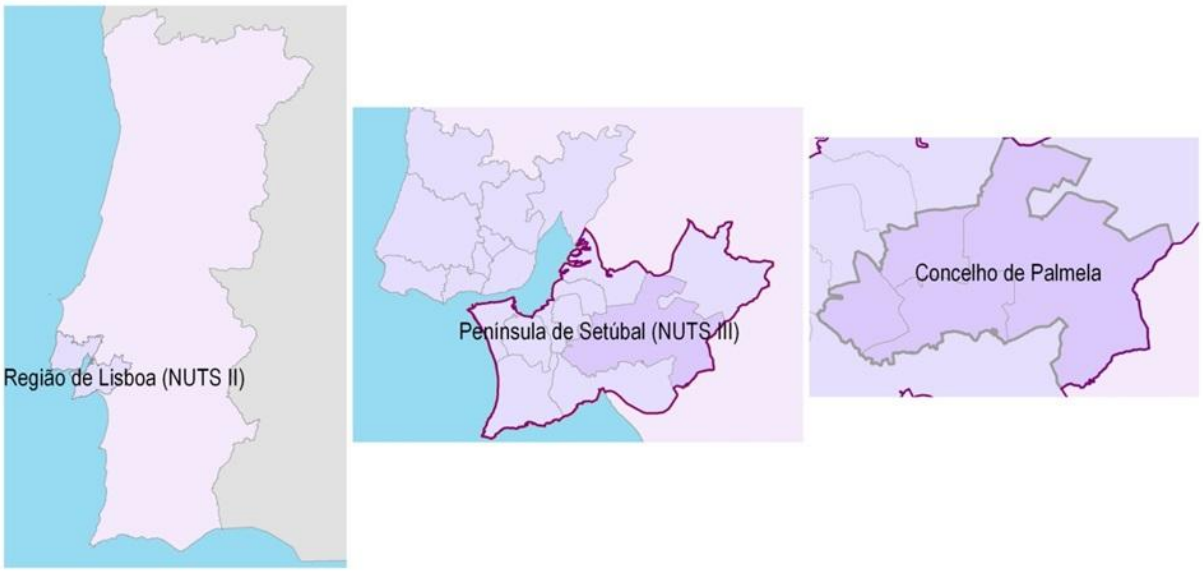
MOBILIDADE E TRANSPORTES 37
- Densidade rodoviária por tipo de via 37
- Percentagem de pessoas que se deslocam, segundo o modo de transporte 38

QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO 39
- Nível de acessibilidade aos equipamentos municipais 39
- Percentagem de alojamentos vagos 40
- Proporção de edifícios degradados 41

RITMO DE URBANIZAÇÃO 42
- Densidade habitacional 42
- Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar 43
- Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar 44
- Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (área) 45
- Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (fogos) 46

SEGURANÇA RODOVIÁRIA 47
Acidentes rodoviários com vítimas, por tipo 47
USOS DO SOLO 48
Densidade populacional por perímetro urbano 48
Percentagem de solo ocupado por áreas classificadas 49
SÍNTESE 50
3. Estrutura Económica 51
DINAMISMO 52
Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de pessoal ao serviço 52
Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de volume de negócios 53
Taxa de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade 54
Taxa de cobertura das importações pelas exportações 55
ECONOMIA LOCAL 56
Produção vinícola declarada em vinho 56
TURISMO 57
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes 57
MERCADO DE TRABALHO 58
Percentagem de postos de trabalho por ramo de atividade 58
Taxa de atividade 59
Número de desempregados por sexo 60
SÍNTESE 61
4. Equipamentos Coletivos 63
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE 64
Farmácias por 1000 habitantes 64
Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões por 1000 habitantes 65
Percentagem de população inscrita no centro e extensões de saúde, com e sem médico de família 66
EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS 67
Estabelecimentos de educação e ensino públicos 67
EQUIPAMENTOS SOCIAIS 68
Equipamentos sociais por natureza jurídica da instituição 68
Valências sociais por tipo e público-alvo 69
SÍNTESE 70
5. Ambiente 71
ÁGUA E SANEAMENTO 72
Percentagem de alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água 72
Percentagem de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos 73
Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais 74
Adesão aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais 75
Qualidade da água para consumo humano 76
AR 77
Emissões de gases com efeito de estufa per capita 77
RESÍDUOS 78
Percentagem de edifícios com recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos 78
Quantidade de resíduos segundo o destino final 79
RISCOS NATURAIS E PROTEÇÃO CIVIL 80
Percentagem de área afetada por fogos por tipo de área 80
RUÍDO 81
Percentagem de população residente em áreas ruidosas 81
SÍNTESE 82

Unidades geográficas utilizadas



Siglas utilizadas

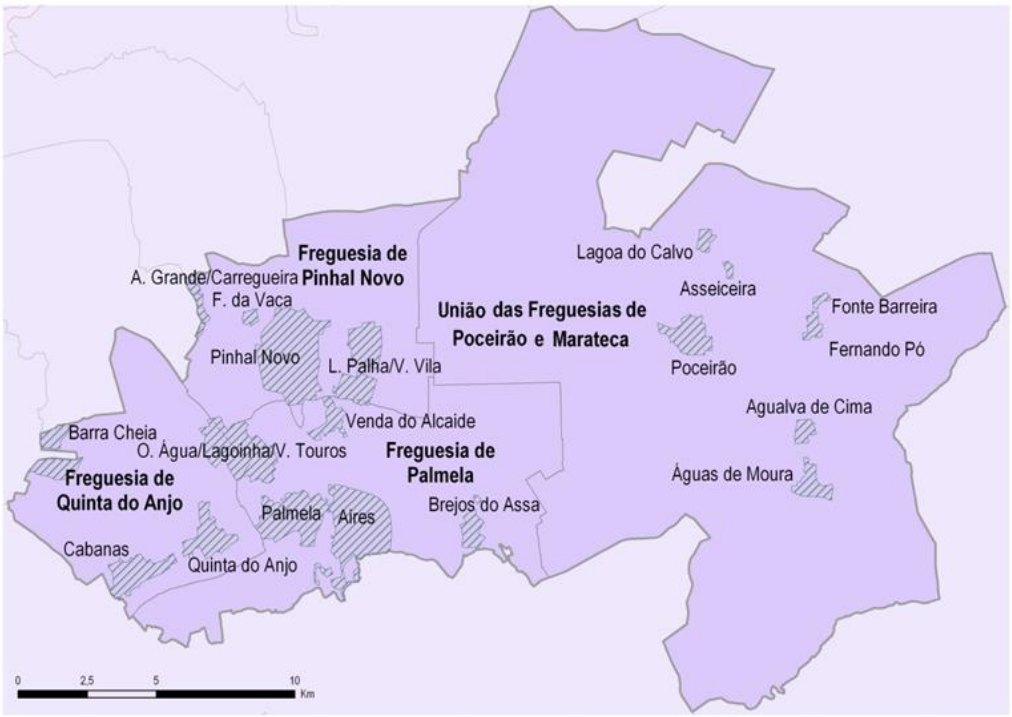
ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
ANF – Autoridade Nacional Florestal
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CMP – Câmara Municipal de Palmela

DARSU – Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos
DAU – Divisão de Administração Urbanística
DCCT – Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo
DCL – Divisão de Conservação e Logística
DEIS – Divisão de Educação e Intervenção Social
DRHO – Divisão de Recursos Humanos e Organização
GPE – Gabinete de Planeamento Estratégico

CNE – Comissão Nacional de Eleições
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IVV – Instituto da Vinha e do Vinho
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MJ – Ministério da Justiça
MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Enquadramento

O concelho de Palmela situa-se na península de Setúbal e abrange uma vasta área das bacias do Tejo e do Sado, ficando uma parte do seu território inserido na Reserva Natural do Estuário do Sado, e uma outra no Parque Natural da Arrábida. Integra ainda a Área Metropolitana de Lisboa, de que é o município com maior área, com aproximadamente 465 km^2. Apesar da sua proximidade com a cidade de Lisboa e do crescimento industrial da península de Setúbal, Palmela tem conseguido conciliar o desenvolvimento industrial com a preservação de muitas das suas caraterísticas rurais.



Administrativamente, com a entrada em vigor da já referida Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que impôs a união das freguesias de Poceirão e Marateca, o concelho de Palmela passou a incluir quatro freguesias: Palmela, sede de concelho e centro administrativo; Pinhal Novo, o polo urbano mais dinâmico; Quinta do Anjo, caraterizada pelo seu património natural que coexiste ao lado de uma forte componente industrial; Poceirão e Marateca, territórios de caraterísticas rurais. A rede urbana do concelho integra 19 perímetros urbanos.

O território concelhio é marcado por uma nítida assimetria entre as zonas nascente e poente, constituindo um território de transição entre o tipicamente urbano e o meio rural. Em toda a sua extensão, Palmela apresenta uma heterogeneidade traduzida na existência de áreas territoriais funcionalmente distintas: áreas marcadas pela estrutura agrária de latifúndio; áreas de povoamento disperso, associadas à pequena e média propriedade; áreas de utilização mista.

2013

Sociedade

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

População residente por grupo etário

O indicador apresenta a distribuição da população por grandes grupos etários.

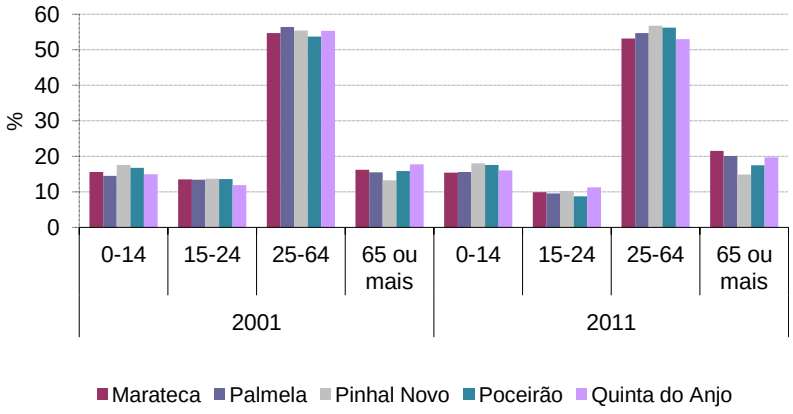
Quadro 1. População residente por grupo etário – 2011

	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos	Total
Portugal	1.572.546	1.147.315	5.832.470	2.010.064	10.562.178
Região Lisboa	437.963	295.043	1.575.110	513.842	2.821.876
Península Setúbal	123.820	80.223	435.201	140.185	779.399
Concelho Palmela	10.679	6.205	34.975	10.971	62.831
Marateca	573	370	1.982	799	3.724
Palmela	2.732	1.677	9.568	3.501	17.481
Pinhal Novo	4.521	2.575	14.221	3.687	25.003
Quinta do Anjo	2.091	1.043	6.679	2.052	11.865
Poceirão	762	540	2.525	932	4.758

Fonte: INE, Censos 2011

O aspeto mais evidente, na atual estrutura etária, é o reforço da população idosa face à população jovem, facto que ocorre desde os anos 60. Com exceção das freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, que conseguiram contrariar esta tendência, as restantes unidades territoriais confirmam o envelhecimento populacional.

Gráfico 1. População residente por grupo etário e freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Todas as freguesias do concelho, salvo a de Marateca, evidenciam entre 2001 e 2011 uma evolução positiva no número de crianças (0-14 anos) e no número de idosos, o que significa que as maiores perdas populacionais se verificaram nos escalões da população em idade ativa (15 aos 64 anos), embora não com a mesma intensidade em todas as freguesias.

As estimativas pós-censitárias de população residente, reportadas a 31 de dezembro do respetivo ano e indisponíveis ao nível da freguesia, evidenciam um acentuado abrandamento no ritmo de crescimento da população do concelho: se entre 2001 e 2011 os crescimentos anuais se aproximaram (e em alguns anos ultrapassaram) dos 1000 residentes, em 2013 o acréscimo foi de apenas 58 residentes.

Quadro 2. População residente por grupo etário e sexo – 2012-2013

	2012			2013		
	H	M	Total	H	M	Total
0-14 anos	5.611	5.363	10.974	5.523	5.322	10.845
15-24 anos	3.349	3.254	6.603	3.386	3.279	6.665
25-64 anos	16.857	17.972	34.829	16.715	17.928	34.643
65 ou mais anos	4.906	6.382	11.288	5.023	6.576	11.599
Total	30.723	32.971	63.694	30.647	33.105	63.752

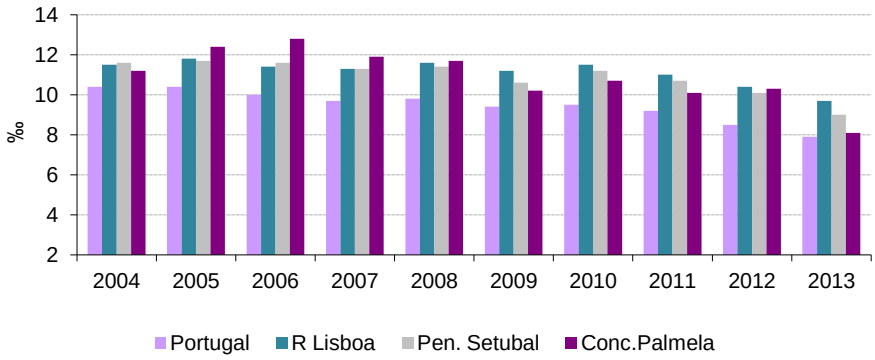
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Taxa de natalidade

A taxa de natalidade (ou taxa bruta de natalidade) relaciona o número de nados vivos com a população média do ano observado.

Normalmente é expressa pelo número de nados vivos por 1000 habitantes.

Gráfico 2. Taxa de natalidade – 2004-2013



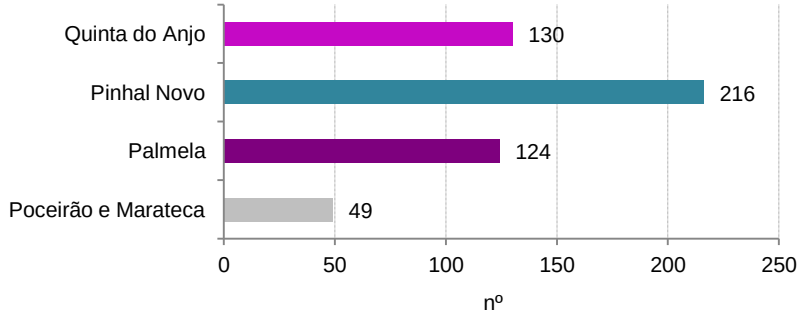
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 3. Taxa de natalidade (‰) – 2004-2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	10,4	10,4	10,0	9,7	9,8	9,4	9,5	9,2	8,5	7,9
Região Lisboa	11,5	11,8	11,4	11,3	11,6	11,2	11,5	11,0	10,4	9,7
Península Setúbal	11,6	11,7	11,6	11,3	11,4	10,6	11,2	10,7	10,1	9,0
Concelho Palmela	11,2	12,4	12,8	11,9	11,7	10,2	10,7	10,1	10,3	8,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Gráfico 3. Nados-vivos nas freguesias – 2013



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Considerando que a taxa de natalidade, por norma, não é calculada para as freguesias, opta-se por apresentar o número de nados vivos por freguesia em 2013.

O concelho de Palmela espelha a tendência nacional e regional de decréscimo da taxa de natalidade, com 2013 a registar a mais baixa natalidade dos últimos dez anos em todas as unidades territoriais em análise. Contudo, refira-se que nos últimos anos a taxa de natalidade, no concelho, tem sido sempre superior à do país.

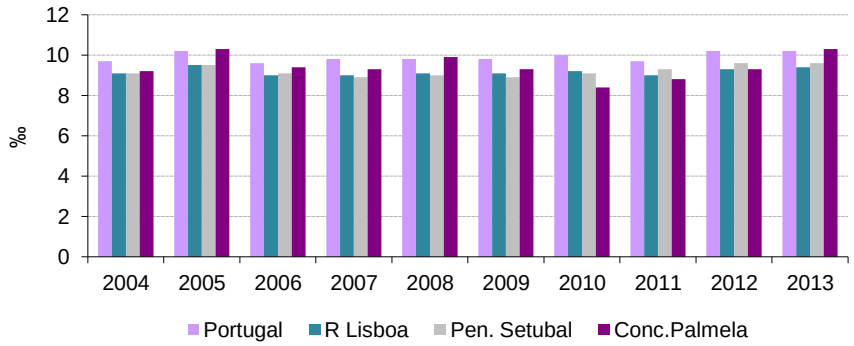
Em 2013, foi na freguesia de Pinhal Novo que se registou o maior número de nascimentos (216), seguindo-se Quinta do Anjo (130) e Palmela (124).

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade (ou taxa bruta de mortalidade) relaciona o número de óbitos com a população média do ano observado.

Normalmente é expressa pelo número de óbitos por 1000 habitantes.

Gráfico 4. Taxa de mortalidade – 2004-2013



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

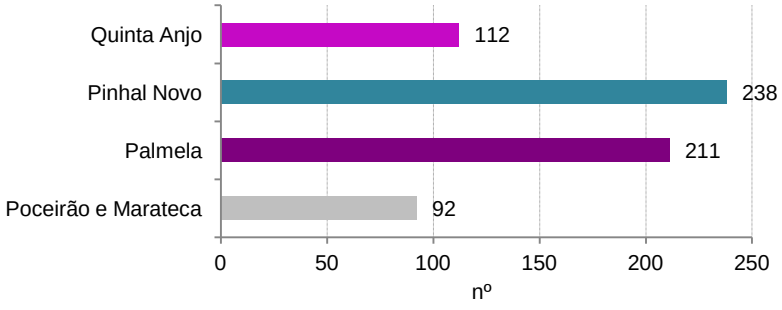
Quadro 4. Taxa de mortalidade (‰) – 2004-2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	9,7	10,2	9,6	9,8	9,8	9,8	10,0	9,7	10,2	10,2
Região Lisboa	9,1	9,5	9,0	9,0	9,1	9,1	9,2	9,0	9,3	9,4
Península Setúbal	9,1	9,5	9,1	8,9	9,0	8,9	9,1	9,3	9,6	9,6
Concelho Palmela	9,2	10,3	9,4	9,3	9,9	9,3	8,4	8,8	9,3	10,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Apesar das oscilações existentes no período analisado, a taxa de mortalidade parece ter estabilizado em valores situados entre os 9‰ e os 10‰ em todas as unidades territoriais, não se identificando tendências em sentido ascendentes ou descendente.

Gráfico 5. Óbitos nas freguesias – 2013



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Tal como acontece com a taxa de natalidade, também a taxa de mortalidade, normalmente, não é calculada para unidades territoriais de pequena dimensão como as freguesias. Assim, como alternativa opta-se por apresentar do número de óbitos por freguesia em 2013.

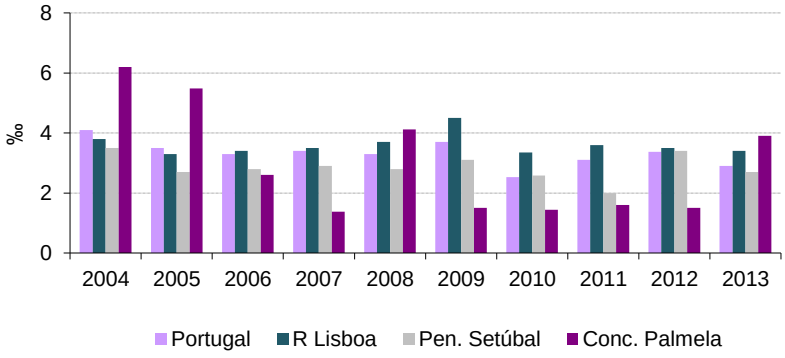
Em 2013, foi em Pinhal Novo que se verificou o maior número de óbitos (238), o que se compreende por se tratar da freguesia mais populosa do concelho. Seguiu-se de perto a freguesia de Palmela, com 211 óbitos, e depois Quinta do Anjo (112) e Poceirão e Marateca (92).

Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é a razão entre os óbitos registados em crianças com idade até um ano, por cada 1000 nados vivos registados no mesmo período.

A mortalidade infantil é considerada um dos principais indicadores de desenvolvimento e bem-estar de uma sociedade.

Gráfico 6. Taxa de mortalidade infantil – 2004-2013



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 5. Taxa de mortalidade infantil (‰) – 2004-2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	4,1	3,5	3,3	3,4	3,3	3,7	2,5	3,1	3,4	2,9
Região Lisboa	3,8	3,3	3,4	3,5	3,7	4,5	3,4	3,6	3,5	3,4
Península Setúbal	3,5	2,7	2,8	2,9	2,8	3,1	2,6	2,0	3,4	2,7
Concelho Palmela	6,2	5,5	2,6	1,4	4,1	1,5	1,4	1,6	1,5	3,9

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A evolução da taxa de mortalidade infantil indicia progressos sobre a mortalidade no primeiro ano de vida. Não obstante, a nível do concelho de Palmela, verificam-se oscilações onde persistem, em alguns anos, valores acima das restantes unidades territoriais (por exemplo em 2004, 2005, 2008 e 2013). Esta maior variabilidade explica-se pelo reduzido número de óbitos até um ano de idade verificados no concelho (igual ou inferior a 5 no período em análise).

Gráfico 7. Número de óbitos até um ano de idade no concelho – 2004-2013

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

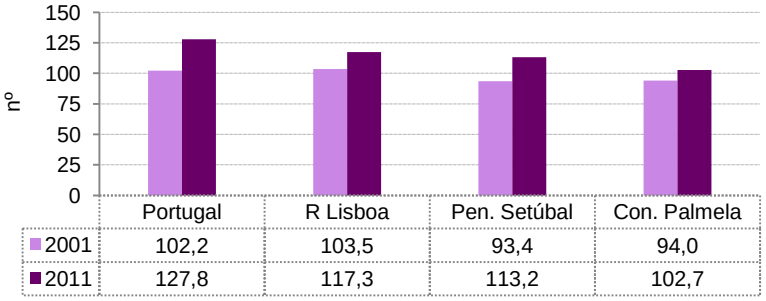
O concelho de Palmela carateriza-se, nos últimos anos, por algumas flutuações no número de óbitos com menos de um ano de idade. No entanto, apesar de interrompida em 2008, é possível vislumbrar uma tendência de decréscimo a partir de 2004. Verifica-se que as ocorrências variam entre uma e cinco e que a média de óbitos com menos de um ano se situou nos 2,1.

Índice de envelhecimento

O indicador estabelece a relação entre o número de idosos e o número de jovens. É definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0 e 14 anos.

É normalmente expresso pelo número de idosos por 100 jovens.

Gráfico 8. Índice de envelhecimento – 2001-2011



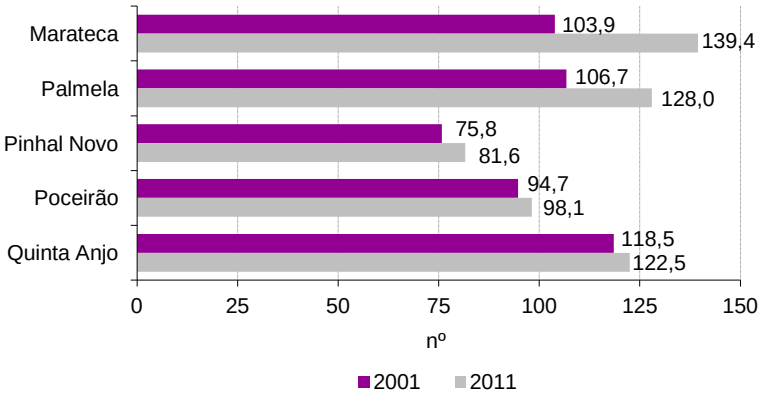
	Portugal	R Lisboa	Pen. Setúbal	Con. Palmela
2001	102,2	103,5	93,4	94,0
2011	127,8	117,3	113,2	102,7

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Como evidencia o gráfico acima, o envelhecimento demográfico acentua-se em todas as unidades territoriais em resultado, quer da diminuição do número de jovens (0 aos 14 anos), quer do aumento do número de pessoas com 65 e mais anos. Os dados da última década apontam para um crescimento vincado e generalizado em todas as unidades territoriais, mas com os maiores níveis de variação em Portugal (25,1%) e na Península de Setúbal (21,2%). No concelho de Palmela, o índice de envelhecimento cresce de forma mais moderada, com uma variação de 9,3%, ficando abaixo das restantes unidades territoriais.

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento do índice de envelhecimento em todas as freguesias do concelho, pese embora com diferentes intensidades: Marateca e Palmela de forma mais acentuada, Pinhal Novo, Poceirão e Quinta do Anjo mais moderadamente. Esta última era de longe a freguesia mais envelhecida do concelho em 2001, passando a ocupar uma posição intermédia em 2011.

Gráfico 9. Índice de envelhecimento por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 6. Índice de envelhecimento – 2012-2013

	2012	2013
Portugal	131,1	136,0
Região Lisboa	122,1	125,4
Península Setúbal	113,5	118,1
Concelho Palmela	102,9	107,0

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

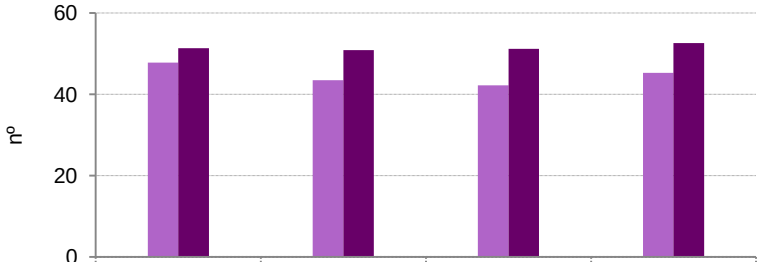
Nos últimos dois anos manteve-se a tendência de subida lenta mas constante dos índices de envelhecimento em todos os territórios em análise. Ainda assim, o concelho tem conseguido manter índices de envelhecimento inferiores aos das unidades territoriais em que se insere.

Índice de dependência total

O indicador traduz a relação entre a população inativa (jovens e idosos) e a população em idade ativa. Define-se como o quociente entre a população entre os 0 e 14 anos conjuntamente com a de 65 e mais anos e a população entre os 15 e os 64 anos.

É normalmente expresso pelo número de jovens e idosos por 100 ativos.

Gráfico 10. Índice de dependência total – 2001-2011



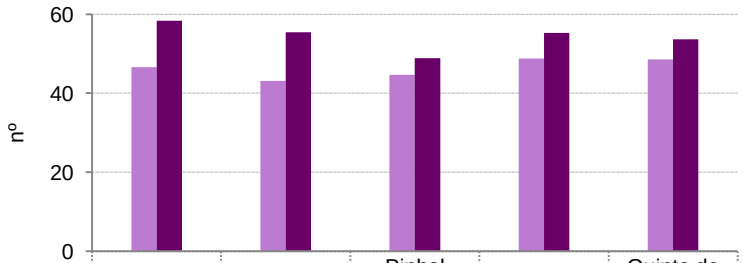
	Portugal	R. Lisboa	Pen. Setúbal	Con. Palmela
2001	47,8	43,5	42,2	45,2
2011	51,3	50,9	51,2	52,6

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Entre 2001 e 2011, a proporção de população inativa ou dependente (com menos de 15 anos e 65 ou mais anos) aumentou face à população ativa em todas as unidades territoriais. No entanto, apesar das variações entre 2001 e 2011 serem mais elevadas na Península de Setúbal (21,4%) e na Região de Lisboa (17,1%), o concelho de Palmela tem uma variação de 16,2%, constituindo a unidade com mais dependentes a cargo (quase 53 em 100 ativos).

Durante a última década o índice de dependência total cresceu em todas as freguesias. Porém, este aumento foi mais forte nas freguesias de Marateca e Palmela, que em 2011 passaram a liderar o concelho neste indicador. A freguesia de Pinhal Novo apresenta o mais baixo índice do concelho.

Gráfico 11. Índice de dependência total por freguesia – 2001-2011



	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta do Anjo
2001	46,6	43,1	44,6	48,8	48,5
2011	58,3	55,5	48,9	55,2	53,7

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 7. Índice de dependência total – 2012-2013

	2012	2013
Portugal	51,9	52,5
Região Lisboa	54,6	56,0
Península Setúbal	53,0	54,2
Concelho Palmela	53,7	54,3

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

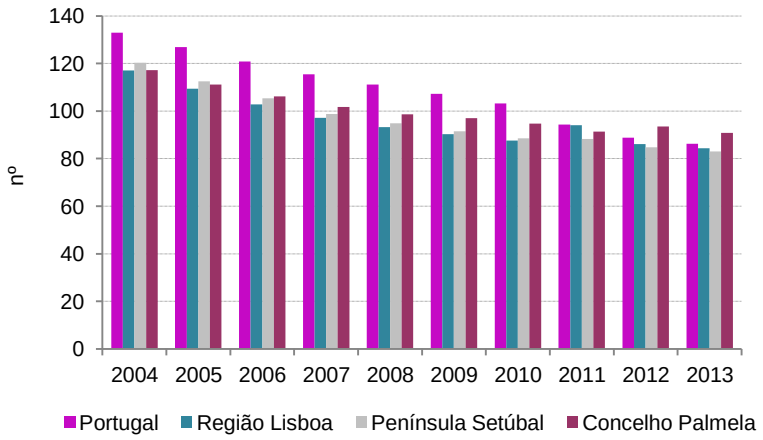
Os índices de dependência mantiveram dos últimos dois anos a tendência ascendente, devido sobretudo ao peso crescente da população idosa, que mais que compensa a descida relativa da população jovem. O concelho apresenta valores que se enquadram nas médias nacional e regional.

Índice de renovação da população em idade ativa

Exprime a relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (20-29 anos) e a que está a sair (55-64 anos). Visa medir o potencial de substituição de gerações no mercado de trabalho, razão pela qual também é conhecido por índice de rejuvenescimento da população ativa.

A evolução deste indicador nos últimos anos (2004-2013) mostra um decréscimo gradual em todas as unidades territoriais, em consonância com a atual tendência para o envelhecimento populacional.

Gráfico 12. Índice de renovação da população em idade ativa – 2004-2013



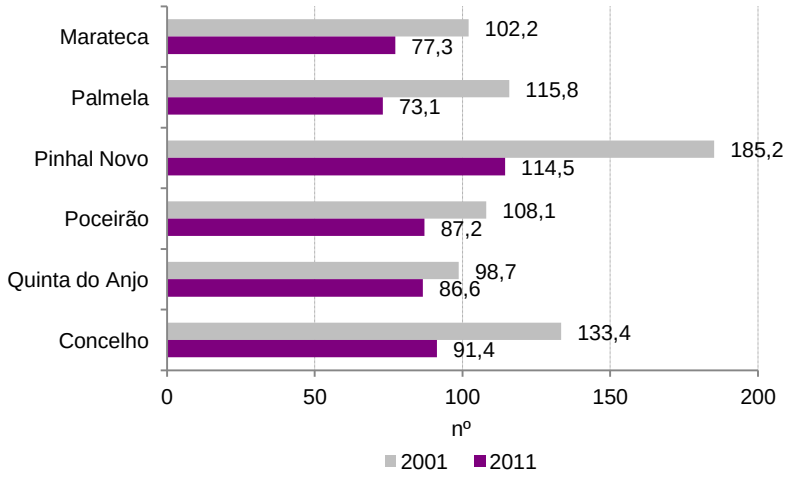
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 8. Índice de renovação da população em idade ativa – 2004-2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	133,0	126,9	120,9	115,4	111,2	107,2	103,2	94,3	88,8	86,2
Região Lisboa	117,1	109,4	102,8	97,1	93,3	90,3	87,6	94,1	86,1	84,4
Península Setúbal	120,3	112,5	105,4	98,8	94,8	91,5	88,5	88,3	84,8	83,0
Concelho Palmela	117,2	111,2	106,2	101,7	98,7	97,0	94,7	91,4	93,5	90,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Gráfico 13. Índice de renovação da população em idade ativa por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A análise por freguesia evidencia uma descida generalizada e bastante significativa deste índice, o que reflete as transformações demográficas em curso.

Apesar de tudo, Pinhal Novo mantém-se como a única freguesia do concelho com índice superior a 100, ou seja, com mais população a entrar no mercado de trabalho face à que está a sair.

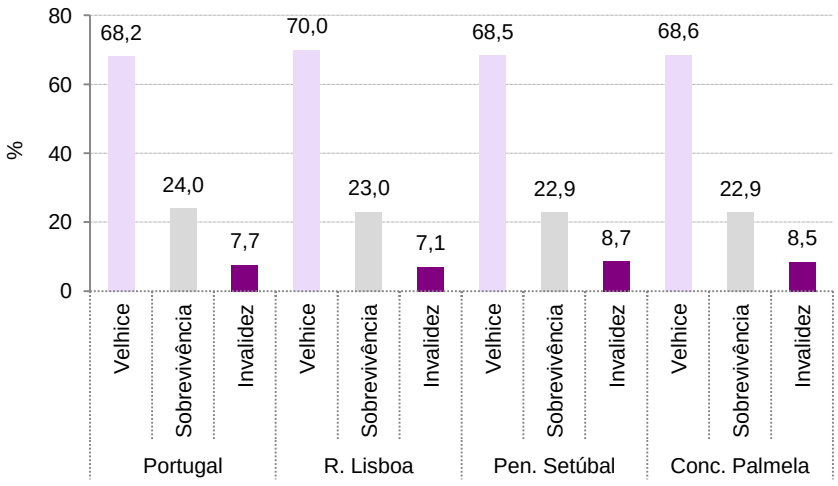
COESÃO SOCIAL

Percentagem de pensionistas ativos por tipo de pensão

O indicador apresenta a distribuição percentual dos pensionistas ativos por tipo de pensão auferida (velhice, sobrevivência e invalidez).

Considera-se pensionista ativo aquele que, à data, se encontra a receber qualquer tipo de pensão. O indicador reporta-se a 31 de dezembro de cada ano.

Gráfico 14 Pensionistas ativos por tipo de pensão – 2013



Fonte: MSESS

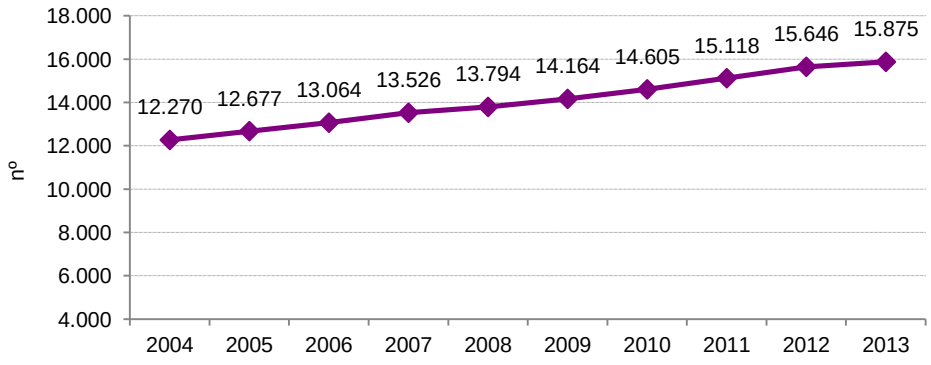
Quadro 9. Total de pensionistas ativos – 2004-2013

	2004	2013	Variação (%)
Portugal	2.592.680	2.725.461	5,1
Região Lisboa	630.154	730.605	15,9
Península Setúbal	165.320	205.876	24,5
Concelho Palmela	12.270	15.875	29,4

Fonte: MSESS

A distribuição percentual dos pensionistas por tipo de pensão é praticamente idêntica em todas as unidades territoriais, predominando os que recebem a pensão de velhice (cerca de 70%). Aproximadamente 1/4 dos pensionistas recebem a pensão de sobrevivência, ao passo que cerca de 8% são pensionistas por invalidez. O quadro revela que, entre 2004 e 2013, o número de pensionistas regista um crescimento moderado no país (5,1%), no entanto, a variação mais significativa é a do concelho, com 29,4%.

Gráfico 15. Pensionistas ativos no concelho – 2004-2013

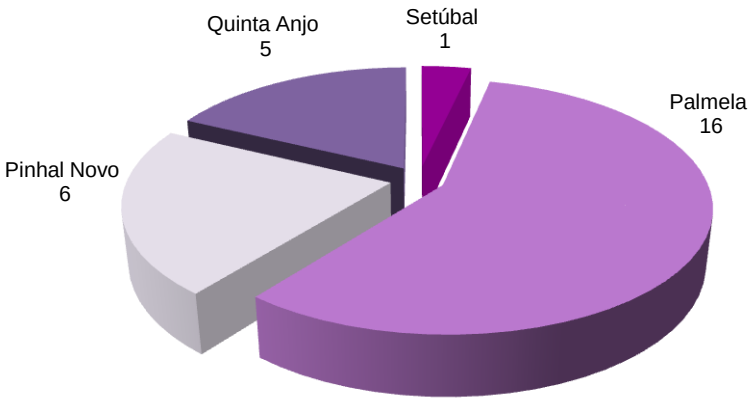


Fonte: MSESS

Agregados familiares alojados em habitações arrendadas em regime de renda apoiada

O indicador traduz a distribuição dos agregados familiares beneficiários de rendas apoiadas, segundo a localização das habitações.

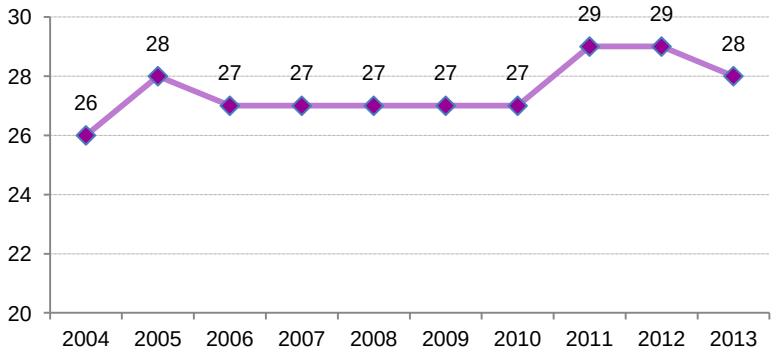
Gráfico 16. Distribuição das habitações por localização (nº) – 2013



Fonte: CMP/ DEIS

Os fogos atribuídos em regime de renda apoiada são na sua quase totalidade decorrentes da execução do programa PER – Programa Especial de Realojamento, programa que foi encerrado em 2012 com o realojamento de todas as famílias inscritas no levantamento feito em 1993, e cujo objetivo foi o de realojar famílias residentes em barracas. Estes realojamentos são feitos ao abrigo do regime do arrendamento social, cabendo às famílias o pagamento de uma renda calculada de acordo com os rendimentos do agregado familiar.

Gráfico 17. Agregados familiares alojados em habitações arrendadas em regime de renda apoiada no concelho – 2004-2013



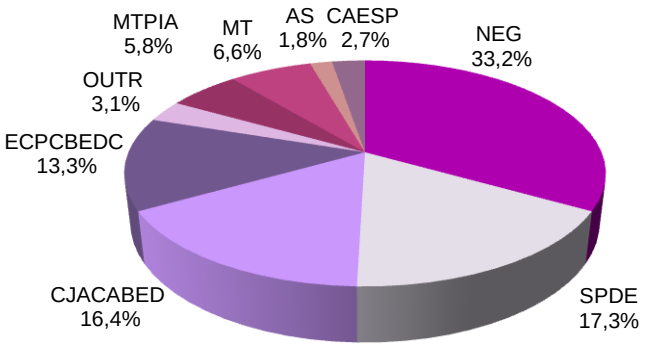
Fonte: CMP/ DEIS

Ao longo dos últimos anos, o indicador evidencia uma estabilização do número de famílias (perto de 30) que são abrangidas por Programas de Habitação Social.

Processos de crianças e jovens em situação de perigo, por problemática[1]

O indicador regista a distribuição dos processos acompanhados pela CPCJ de Palmela (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) segundo a problemática.

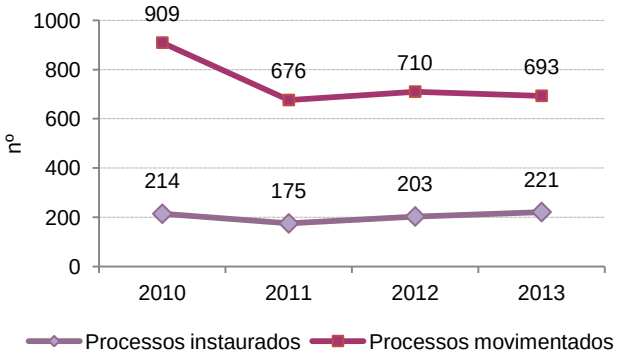
Gráfico 18. Processos de crianças e jovens em situação de perigo no concelho, por problemática – 2013



Fonte: CPCJ Palmela

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações: a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Fonte: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo n.º 147/99 de 1 de Setembro).

Gráfico 19. Caraterização processual – 2010-2013



Fonte: CPCJ Palmela

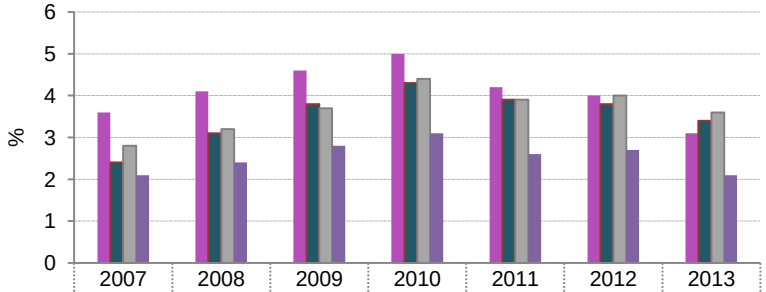
Entre 2010 e 2013, foram instaurados em média 203 processos de crianças e jovens em perigo, sendo que no último ano, 33% são processos relativos a negligência e cerca de 17% são situações de insucesso, abandono ou absentismo escolar. Quanto aos processos movimentados, 2010 foi o ano com o maior volume de processos (909) e nos restantes anos os valores andaram entre os 676 e os 710. Mais se acrescenta que os processos movimentados, constituem o total de processos (os transitados de outros anos, acrescidos dos instaurados, dos arquivados e dos enviados para outras comissões) enquanto os processos instaurados são os novos processos abertos acrescidos dos que são recebidos de outras comissões.

[1] Em 2011 a tipologia das situações de risco passou a contemplar as seguintes situações: MT (Mau trato físico); MTPIA (Mau trato psicológico ou indiferença afetiva); NEG (Negligência - inclui a nível psicoafectivo/ educativo/ saúde/ falta de supervisão e acompanhamento familiar); ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança - inclui a exposição a violência doméstica/ consumo de álcool/ consumo de estupefacientes); AS (Abuso Sexual); ETI (Exploração do trabalho infantil); MND (Mendicidade); PFQC (Prática de facto qualificada pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos); SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação - inclui insucesso escolar/ abandono escolar/ absentismo escolar); CJACABED (A criança/ jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada - inclui consumo de álcool/ consumo de estupefacientes/ comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina/ bullying/ outros comportamentos); CAESP (A criança abandonada ou entregue a si própria - inclui abandono à nascença ou nos primeiros 6 meses de vida; OUTR (Outras situações de perigo) esta problemática inclui gravidez na adolescência; filhos de mães adolescentes; mendicidade e outras situações diversas.

Percentagem de população beneficiária do Rendimento Social de Inserção

O indicador apresenta o peso da população abrangida pelo Programa de Rendimento Social de Inserção, no conjunto da população residente em cada unidade territorial.

Gráfico 20. População beneficiária do Rendimento Social de Inserção – 2007-2013



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	3,6	4,1	4,6	5,0	4,2	4,0	3,1
R Lisboa	2,4	3,1	3,8	4,3	3,9	3,8	3,4
Pen. Setúbal	2,8	3,2	3,7	4,4	3,9	4,0	3,6
Conc. Palmela	2,1	2,4	2,8	3,1	2,6	2,7	2,1

Fonte: MSESS

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma política de ação social, que consiste numa prestação pecuniária de caráter transitório, variável em função do rendimento e da composição dos agregados familiares dos requerentes, e ainda num programa de inserção, um conjunto articulado e coerente de ações faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as caraterísticas e condições do agregado familiar beneficiário de RSI, que promova a criação de condições necessárias à gradual autonomia, com vista à sua plena integração social (Fonte: Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção).
Esta medida substituiu a partir de 2003 o antigo Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que havia sido implementado em Julho de 1997. A migração dos processos do RMG para RSI decorreu faseadamente, estando concluída apenas em 2006. Por esse motivo opta-se por apresentar neste anuário os dados a partir de 2007.

Quadro 10. População beneficiária do Rendimento Social de Inserção por freguesia – 2007-2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Tx Variação 07-13
Marateca	165	176	222	216	173	172	0	-
Palmela	303	366	422	453	348	324	278	-9,0
Pinhal Novo	460	532	668	798	662	738	569	23,7
Poceirão	233	287	287	279	227	216	0	-
Quinta Anjo	158	178	214	259	213	240	183	15,8
Poceirão e Marateca	398	463	509	495	400	388	294	-26,1
Concelho Palmela	1.319	1.539	1.813	2.005	1.623	1.690	1.324	0,4

Fonte: MSESS

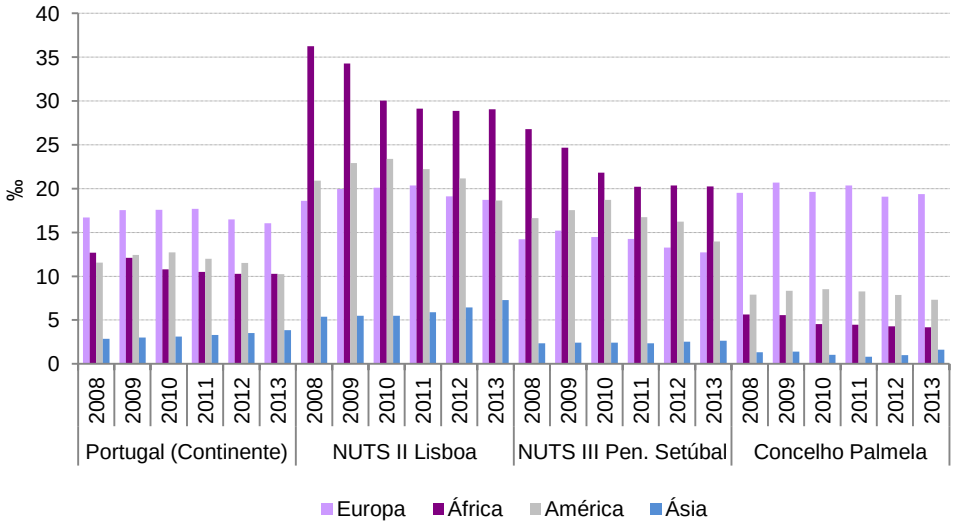
A evolução do número de beneficiários do RSI evidencia um crescimento gradual em todas as freguesias entre 2007 e 2010 e, posteriormente um decréscimo a partir de 2010. As variações atingem o valor máximo na freguesia de Pinhal Novo 23,7%) e o valor mais baixo nas freguesias de Poceirão e Marateca (-26,1%).

Percentagem de população estrangeira residente, segundo a nacionalidade

O indicador exprime a relação entre a população residente de nacionalidade estrangeira, e o total da população residente, por mil habitantes.

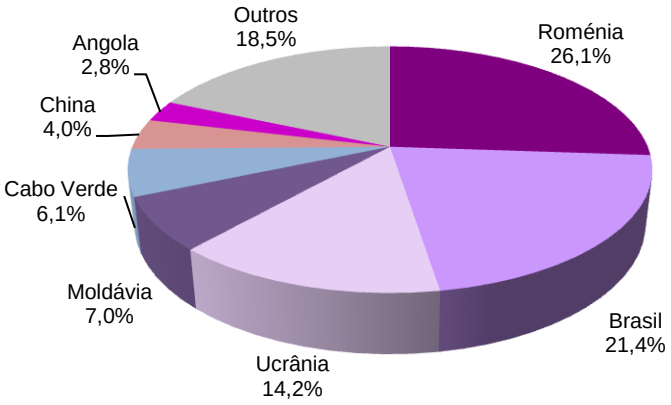
De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o conceito de estrangeiro residente em Portugal engloba os estrangeiros detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração.

Gráfico 21. População estrangeira residente segundo a nacionalidade (continentes), por mil habitantes – 2008-2013



Fonte: SEF e INE, Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico 22. População estrangeira residente no concelho de Palmela – 2013



Fonte: SEF

A presença de população estrangeira no concelho de Palmela situa-se pouco acima dos 3%, valor que fica aquém do observado na Península de Setúbal (perto dos 5%) e na Região de Lisboa (acima dos 7%).

A análise por nacionalidades revela uma concentração acima da média de população oriunda de países do leste europeu, cujo padrão residencial é tipicamente mais disperso.

A população estrangeira residente no concelho atingiu o valor mais alto em 2009, tendo a partir de então iniciado uma tendência de descida lenta. As comunidades mais representadas são a romena (26,1%) e a brasileira (21,4%), seguindo-se a ucraniana (14,2%) e a moldava (7%).

A evolução recente revela um decréscimo de brasileiros (que foram até 2010 o grupo mais representativo) e de moldavos, evidenciando-se em sentido contrário um reforço de romenos (mais 55,6% no período em análise).

Quadro 11. População estrangeira residente no concelho, por nacionalidade – 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 08-13
Roménia	347	424	485	555	507	540	+55,6
Brasil	461	497	513	502	476	442	-4,1
Ucrânia	346	358	323	329	305	293	-15,3
Moldávia	297	284	192	167	161	144	-51,5
Cabo Verde	168	165	135	136	133	127	-24,4
China	60	57	43	31	38	83	+38,3
Angola	66	69	59	59	60	58	-12,1
Outros	354	375	367	373	373	382	+7,9
Total	2.099	2.299	2.117	2.152	2.053	2.069	-1,4

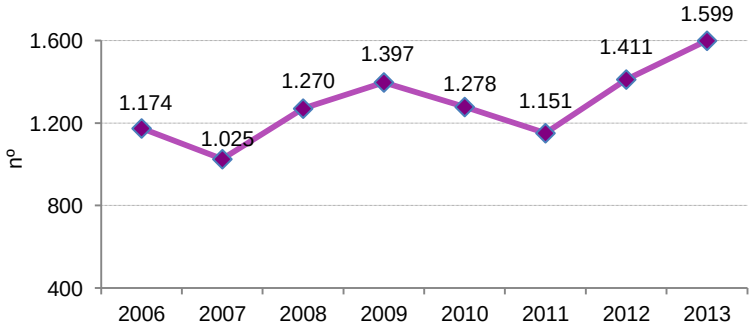
Fonte: SEF

CULTURA E DESPORTO

Atletas federados

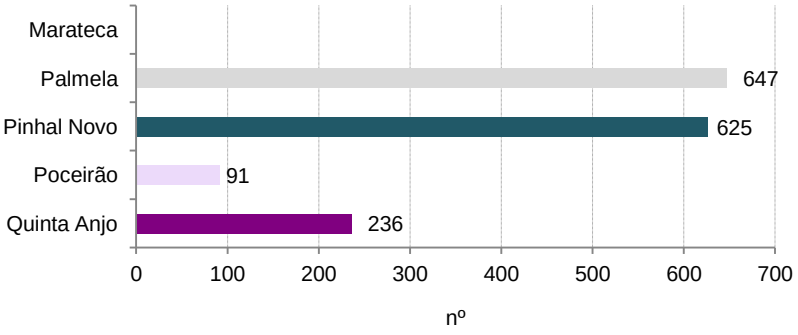
O indicador apresenta a evolução do número de atletas federados existentes no concelho e cuja prática decorre nas instituições do 3º setor, escolas secundárias e equipamentos municipais. Excluem-se os praticantes das entidades privadas lucrativas.

Gráfico 23. Atletas federados no concelho – 2006-2013



Fonte: CMP/ DEIS

Gráfico 24. Atletas federados por freguesia – 2013

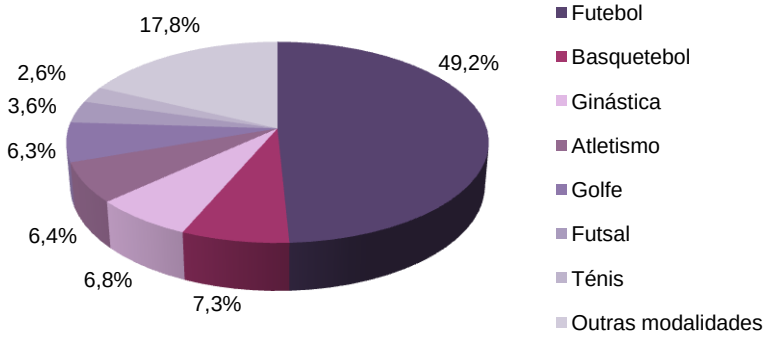


Fonte: CMP/ DEIS

O número de atletas federados no concelho, nos últimos 8 anos, tem oscilado, aproximadamente, entre os 1100 e os 1500 atletas.

Ao nível das freguesias, em 2013, destacam-se Palmela e Pinhal Novo como as freguesias onde se concentram o maior número de atletas federados, facto que não surpreende, sendo estas as freguesias mais populosas do concelho.

Gráfico 25. Atletas federados por modalidade no concelho – 2013



Fonte: CMP/ DEIS

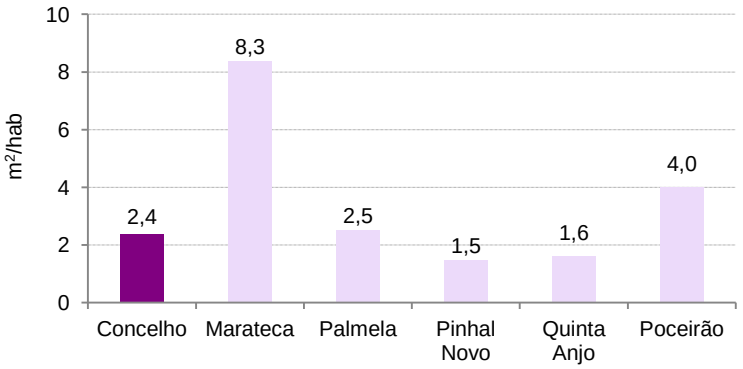
As modalidades que mais contribuem para o número de atletas federados no concelho são o futebol, que concentra mais de metade dos federados 53,3%, seguido da ginástica com 17,7%.

Superfície desportiva útil por habitante

O indicador exprime a relação entre a superfície desportiva útil disponível e a população residente.

Considera-se superfície desportiva útil a área delimitada pelo traçado de jogo ou prática, acrescidas das áreas de segurança mínimas necessárias.

Gráfico 26. Superfície desportiva útil no concelho e freguesias – 2012



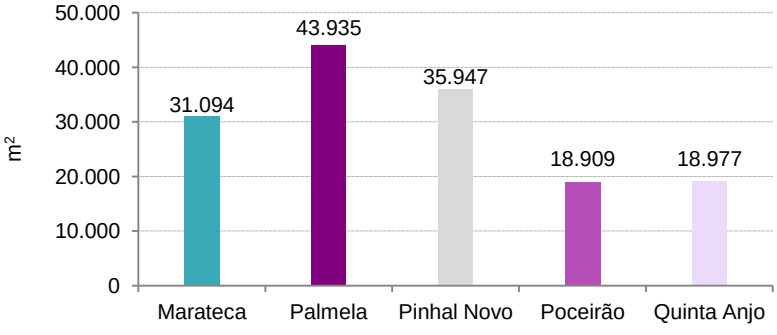
Fonte: CMP/ DEIS e INE, Censos 2011

Para cálculo do indicador considerou-se a área desportiva útil existente em 2012. Estando disponíveis dados mais atualizados da população residente (Censos 2011), optou-se pela utilização dos mesmos para o cálculo da capitação.

No que respeita aos equipamentos e instalações desportivas que serviram de base ao cálculo do indicador, consideraram-se apenas os de base formativa: ringues, campos de ténis, pequenos polidesportivos; salas de desporto e pavilhões/ salas polivalentes; piscinas de aprendizagem, desportivas e polivalentes, cobertas ou descobertas (com área total igual ou superior a 166 m²), públicas e privadas (Fonte: Decreto-Lei 317/97, de 25 de Novembro).

Salienta-se ainda que, relativamente aos equipamentos privados, não foram todos considerados, uma vez que não foi conseguida uma recolha exaustiva de toda a informação.

Gráfico 27. Área desportiva útil por freguesia – 2012



Fonte: CMP/ DEIS

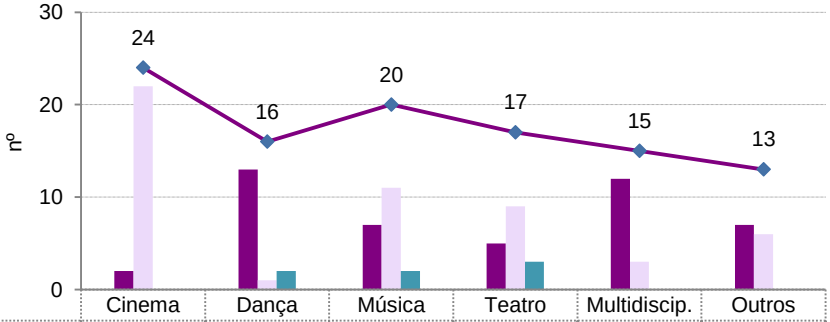
Em valor absoluto, as freguesias com maior superfície desportiva útil são Palmela, Pinhal Novo e Marateca, com valores acima dos 30 mil m².

Contudo, as freguesias mais urbanas (Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Palmela) apresentam os menores valores por habitante, o que decorre do facto de serem freguesias mais populosas. A média do concelho (2,4 m²/ hab.) é explicada por no seu cálculo terem maior peso estas mesmas freguesias.

Espetáculos por tipo

Traduz a evolução do número de eventos no setor das Artes do Espetáculo realizados no concelho e nas freguesias por tipo de espetáculo. Os dados circunscrevem-se aos espetáculos promovidos e organizados pela autarquia ou em parceria com outras instituições.

Gráfico 28. Espetáculos por tipo e freguesia – 2013



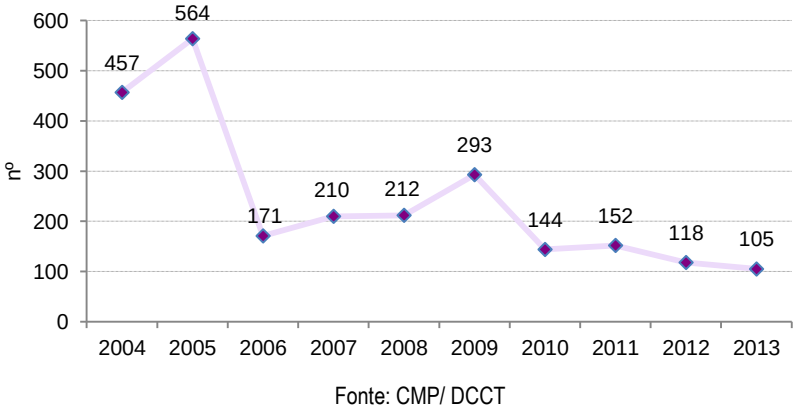
	Cinema	Dança	Música	Teatro	Multidiscip.	Outros
Marateca	0	0	0	0	0	0
Palmela	2	13	7	5	12	7
Pinhal Novo	22	1	11	9	3	6
Poceirão	0	2	2	3	0	0
Quinta Anjo	0	0	0	0	0	0
Concelho	24	16	20	17	15	13

Fonte: CMP/ DCCT

Os vários tipos de espetáculos foram agregados em sete grupos:

Cinema: apresentação de películas cinematográficas;
Dança: representações de dança clássica, moderna, étnica, entre outras. Inclui representações folclóricas;
Música: execuções instrumentais e/ou vocais e recitais de artistas, de orquestras, de coros e outros agrupamentos;
Teatro: representação de uma peça ou obra, podendo incluir vários géneros, como por exemplo: drama, comédia, marionetas, mímicas, revista, declamação, musical, etc.;
Multidisciplinares: apresentações que envolvem, simultaneamente, a atuação de um agrupamento musical ou teatral e espetáculos multimédia (som, projeções, luz, etc.);
Outros espetáculos: incluem-se outras manifestações e apresentações culturais que não se enquadram nos outros âmbitos, por exemplo, bailes, animações de rua, arruadas, festas, oficinas recreativas, circo, etc.

Gráfico 29. Espetáculos realizados no concelho – 2004-2013



Fonte: CMP/ DCCT

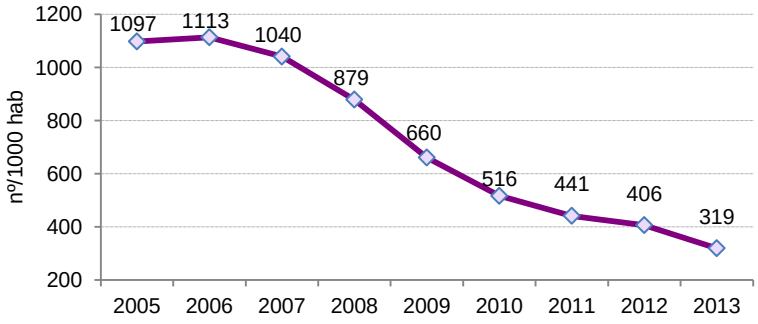
Genericamente, existe uma tendência de decréscimo no número de espetáculos realizados no concelho a partir de 2009, atingindo o valor mínimo em 2013.

Pinhal Novo foi, em 2013, a freguesia com maior número de espetáculos realizados (52), seguida de Palmela (46). Neste ano não ocorreram espetáculos em Marateca e Quinta do Anjo.

Empréstimos realizados nas bibliotecas por 1000 habitantes

Acompanha a evolução da utilização das bibliotecas através dos empréstimos realizados por cada 1000 habitantes.

Gráfico 30. Empréstimos realizados nas bibliotecas por 1000 habitantes – 2005-2013



Fonte: CMP/ DCCT

Os dados mostram que o número de empréstimos tem vindo a cair gradualmente em todas as freguesias, bem como no concelho. O decréscimo verificado é transversal a praticamente todos os tipos de documentos considerados: livros, publicações periódicas e audiovisuais. Para esta descida podem ter contribuído vários fatores, entre os quais a consolidação da rede de bibliotecas escolares do concelho, o baixo índice de renovação/ atualização dos fundos documentais e a crescente utilização de plataformas digitais.

Quadro 12. Empréstimos realizados nas bibliotecas por freguesia – 2005-2013

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Marateca	1.793	1.673	1.963	1.328	775	548	597	546	423
Palmela	11.034	17.450	19.188	18.233	13.851	12.788	9.283	9.691	7.516
Pinhal Novo	43.464	41.148	35.715	30.311	23.715	16.817	15.038	13.095	10.480
Poceirão	856	572	837	665	302	206	44	23	11
Quinta Anjo	8.033	6.635	6.537	4.651	3.533	3.154	2.737	2.476	1.922
Concelho Palmela	65.180	67.478	64.240	55.188	42.176	33.513	27.699	25.831	20.352

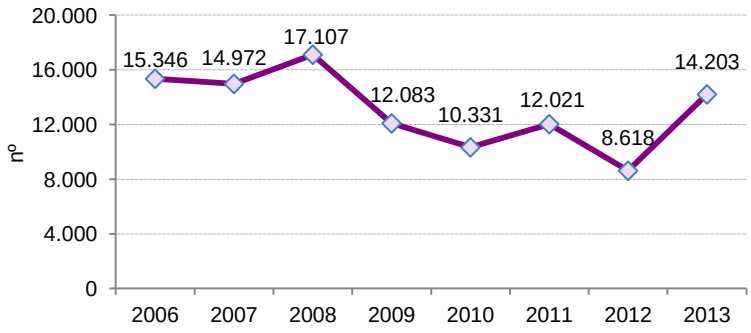
Fonte: CMP/ DCCT

Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico

Contabiliza os visitantes a locais de interesse patrimonial e arqueológico do concelho.

Os espaços considerados neste indicador são os geridos pelo Museu Municipal de Palmela e correspondem aos espaços de exposições permanentes: Espaço de Transmissões Militares (com vigilante) e a Reserva Visitável da Escultura S. Tiago. Os restantes espaços não foram considerados por não serem feitas contagens como, por exemplo, o Espaço Arqueológico e a Igreja de Santiago, onde a contabilização de entradas apenas é realizada durante a permanência de exposições.

Gráfico 31. Visitantes a lugares e imóveis com interesse patrimonial e arqueológico do concelho – 2006-2013



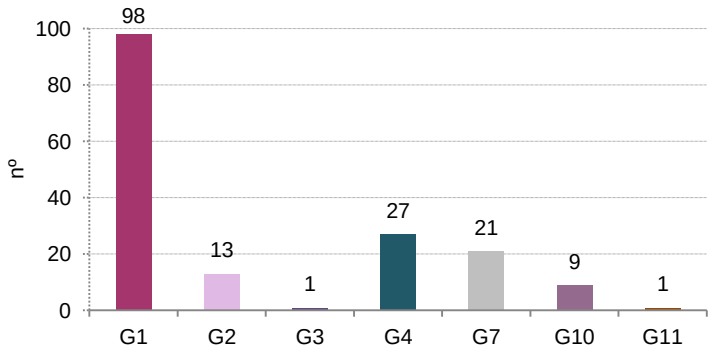
Fonte: CMP/ DCCT

Os dados revelam que nos oito anos analisados, o número de visitantes foi muito variável, sendo que o ano com mais visitantes foi 2008 com 17.107. O ano com menos visitantes foi 2012 com 8.618. A média de visitantes/ ano situou-se nos 13.085.

Organizações do 3º setor

Número de organizações do 3º setor ativas no concelho segundo o âmbito de atuação principal.

Gráfico 32. Organizações do 3º setor no concelho – 2013



Fonte: CMP/ DCCT e DEIS

A classificação em onze grupos considerando, o âmbito de intervenção das organizações do 3º setor, foi realizada com base numa readaptação à realidade europeia da classificação original desenvolvida pelo JHCNSP (*John Hopkins Comparative Non-Profit Sector Project*) e denominada ICNPO – Classificação Internacional para as Organizações sem Fins Lucrativos:

Grupo 1: Cultura e Lazer/Recreação e Desporto
Grupo 2: Educação
Grupo 3: Saúde
Grupo 4: Serviços Sociais e Equipamentos Sociais
Grupo 5: Assistência a Grupos Desfavorecidos
Grupo 6: Proteção Ambiental e Patrimonial
Grupo 7: Desenvolvimento Territorial
Grupo 8: Defesa dos Direitos Civis
Grupo 9: Atividades Internacionais
Grupo 10: Apoio a Empresas e Empreendedorismo
Grupo 11: Outros não especificados

O Terceiro Setor – também designado por expressões como Economia Social, Setor Solidário, entre outras – é entendido como o conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social, incluindo entidades tão heterogéneas como Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Fundações e Associações. Agrupa um conjunto de entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para prestar serviços não mercantis para as famílias e/ou satisfazer as necessidades dos seus membros. Desta definição é possível inferir as suas principais caraterísticas: são entidades privadas; têm personalidade jurídica; têm autonomia de decisão; têm liberdade de adesão; os benefícios ou excedentes, quando existem, são distribuídos em proporção da atividade (e não do capital) que os membros realizam; a atividade económica desenvolvida visa a satisfação de necessidades de pessoas e famílias; e são organizações democráticas e de utilidade social (Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social).

Quadro 13. Organizações do 3º setor por freguesia – 2013

	G1	G2	G3	G4	G7	G10	G11
Marateca	8	-	-	3	-	-	-
Palmela	36	7	-	9	11	4	1
Pinhal Novo	33	5	1	6	4	-	-
Poceirão	10	-	-	4	1	4	-
Quinta Anjo	11	1	-	5	5	1	-

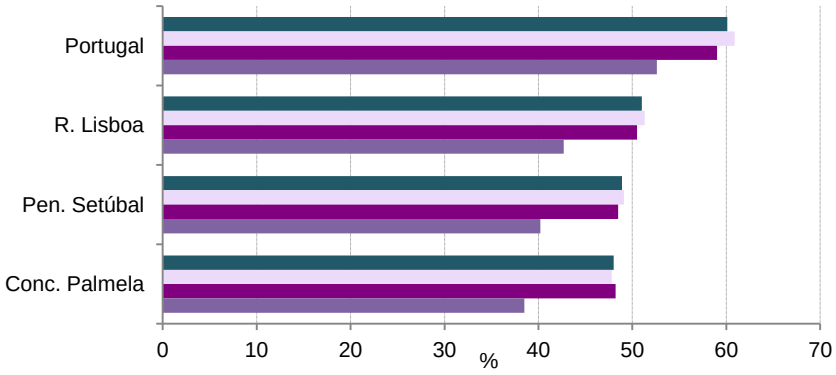
Fonte: CMP/ DCCT e DEIS

Os dados demonstram que as organizações mais comuns, em todas as freguesias, são as ligadas à cultura, recreação e desporto. Seguidamente, aparecem as organizações de cariz social, por exemplo, associações de reformados e centros sociais e as organizações vocacionadas para o desenvolvimento territorial ou local, como por exemplo, as cooperativas agrícolas.

Taxa de participação em atos eleitorais locais

Apresenta a relação entre a população participante em atos eleitorais locais e o total da população recenseada.
Considera-se participação política o direito dos cidadãos tomarem parte na vida política e na direção dos assuntos públicos, elegendo para o efeito representantes seus nos órgãos do poder político, exprimindo-se e associando-se livremente e contribuindo para a tomada de decisões e a resolução dos problemas sociais (Fonte: CNE).

Gráfico 33. Taxa de participação em atos eleitorais locais – 2001-2013



	Conc. Palmela	Pen. Setúbal	R. Lisboa	Portugal
2001	48,0	48,9	51,0	60,1
2005	47,8	49,1	51,3	60,9
2009	48,2	48,5	50,5	59,0
2013	38,5	40,2	42,7	52,6

Fonte: CNE

Para apuramento do indicador apenas foram considerados os resultados das eleições autárquicas para a Câmara Municipal, uma vez que os resultados para a eleição das assembleias municipal e de freguesia refletiam uma diferença de votos diminuta que não implicava alterações às taxas de participação.

O gráfico acima evidencia que, apesar de variações significativas entre unidades territoriais, as taxas de participação, nos últimos quatro momentos eleitorais, podem ser consideradas baixas - inferiores a 61%.
O concelho tem as taxas de participação mais baixas quando comparado com as unidades territoriais de referência; no entanto, nas freguesias, e com exceção do ano de 2013, onde as taxas atingiram valores realmente baixos, não se observa uma tendência uniforme. Até 2009, verificou-se um aumento da participação em Pinhal Novo e Quinta do Anjo, tendo ao invés decrescido em Palmela. A mais elevada taxa de participação eleitoral, em 2013, ocorreu na União das freguesias de Poceirão e Marateca (40,5%).

Gráfico 34. Taxa de participação em atos eleitorais locais por freguesia – 2001-2013

	2001	2005	2009	2013
Marateca	50,0	46,2	48,0	
Palmela	51,6	50,3	49,6	38,8
Pinhal Novo	43,6	45,5	46,1	37,5
Poceirão	50,7	47,7	48,6	
Quinta Anjo	49,7	50,2	51,1	38,9
Poceirão e Marateca	50,4	47,0	48,4	40,5

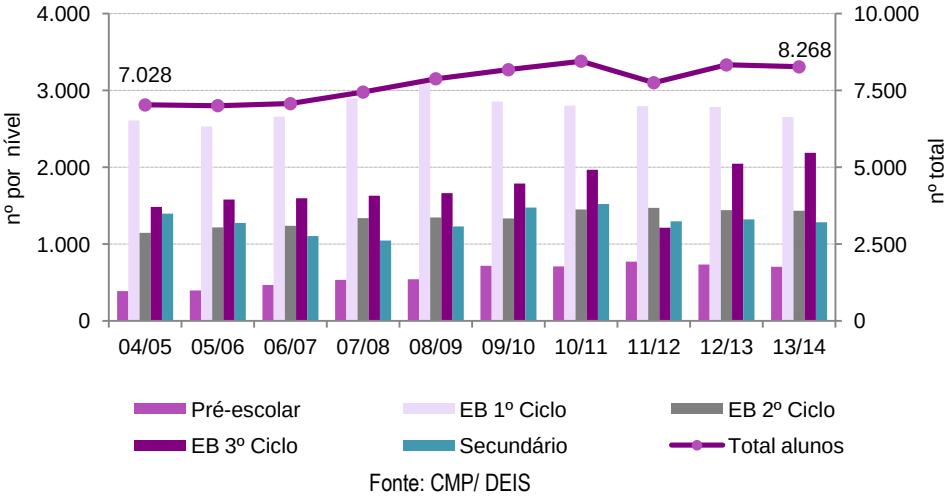
Fonte: CNE

EDUCAÇÃO

Crianças e alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública por nível de ensino

Apresenta o número de alunos inscritos no pré-escolar e nos vários níveis de ensino nos estabelecimentos da rede pública.

Gráfico 35. Crianças e alunos matriculados na rede pública do concelho por nível de ensino e ano letivo – 2004/2005 a 2013/2014



Fonte: CMP/ DEIS

A evolução do número de crianças/alunos por nível de ensino dá conta de um reforço muito significativo da cobertura da rede pública ao nível do pré-escolar: nos últimos dez anos letivos o número de crianças em jardim-de-infância quase duplicou, tendo passado de 388 em 2004/2005 para 706 em 2013/2014 (aumento de 82%). Nos restantes níveis de ensino, o básico vem registando um aumento gradual em todos os ciclos, e o secundário apresenta maiores variações, tendo em média cerca de 7.740 alunos. Globalmente, a população escolar aumentou 1.264 alunos (17,6%) entre 2004/2005 e 2013/2014.

Quadro 14. Crianças e alunos matriculados na rede pública do concelho por nível de ensino e ano letivo

	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14
Pré-escolar	388	399	467	533	544	718	708	744	736	706
EB 1º Ciclo	2.609	2.531	2.660	2.898	3.094	2.855	2.802	2.797	2.783	2.654
EB 2º Ciclo	1.149	1.218	1.240	1.337	1.347	1.336	1.452	1.471	1.444	1.434
EB 3º Ciclo	1.483	1.582	1.598	1.631	1.665	1.788	1.968	1.983	2.047	2.188
Secundário	1.399	1.276	1.105	1.047	1.229	1.477	1.521	1.297	1.321	1.286
Total	7.028	7.006	7.070	7.446	7.879	8.174	8.451	8.292	8.331	8.268

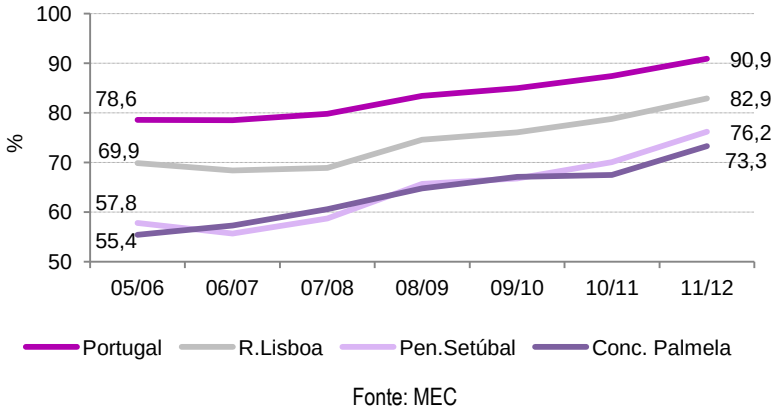
Fonte: CMP/ DEIS

Taxa bruta de pré-escolarização

Relação percentual entre o número de crianças matriculadas na educação pré-escolar e a população total residente dos 3 aos 5 anos.

Este indicador abrange a rede nacional de educação pré-escolar, que integra uma rede pública (da responsabilidade da administração central e local) e uma rede privada (desenvolvida a partir das iniciativas das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e de outras instituições sem fins lucrativos), complementares entre si.

Gráfico 36. Taxa bruta de pré-escolarização por ano letivo – 2005/2006 a 2011/2012



Fonte: MEC

Quadro 15. Taxa bruta de pré-escolarização por ano letivo (%)

	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12
Portugal	78,6	78,5	79,8	83,4	85,0	87,4	90,9
Região Lisboa	69,9	68,4	68,9	74,6	76,1	78,8	82,9
Península Setúbal	57,8	55,7	58,7	65,7	66,8	70,1	76,2
Concelho Palmela	55,4	57,3	60,6	64,8	67,1	67,5	73,3

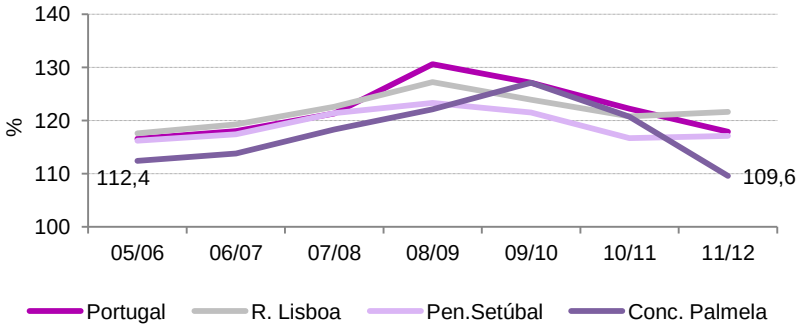
Fonte: MEC

As taxas de pré-escolarização mostram uma evolução positiva do concelho nos últimos anos letivos (aumento de 17,9%), apesar de tanto Palmela como a Península de Setúbal ainda se situarem aquém das unidades estatísticas em que se inserem.

Taxa bruta de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos (dos 6 aos 14 anos no ensino básico, e dos 15 aos 17 anos no ensino secundário). Este indicador refere-se à oferta pública e privada.

Gráfico 37. Taxa bruta de escolarização no ensino básico por ano letivo – 2005/2006 a 2011/2012



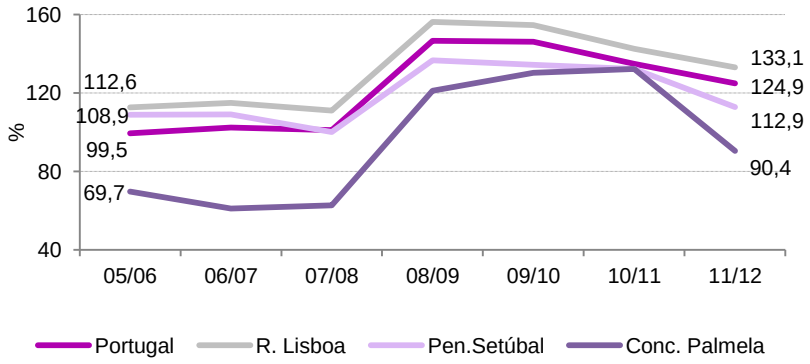
Fonte: MEC

Quadro 16. Taxa bruta de escolarização por ano letivo (%)

		05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12
Portugal	Básico	116,6	118,0	121,3	130,6	127,1	122,2	117,9
	Secundário	99,5	102,3	101,0	146,7	146,2	134,9	124,9
Região Lisboa	Básico	117,6	119,3	122,6	127,2	123,9	120,8	117,9
	Secundário	112,6	114,9	111,0	156,3	154,6	142,5	133,1
Península Setúbal	Básico	116,2	117,4	121,4	123,3	121,5	116,7	117,1
	Secundário	108,9	109,0	100,1	136,6	134,3	132,2	112,9
Concelho Palmela	Básico	112,4	113,8	118,3	122,1	127,1	120,7	109,6
	Secundário	69,7	61,0	62,7	121,1	130,3	132,3	90,4

Fonte: MEC

Gráfico 38. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário por ano letivo – 2005/2006 a 2011/2012



Fonte: MEC

As taxas brutas de escolarização são, no ensino básico, semelhantes às das unidades territoriais em que se inserem. A taxa de escolarização do ensino secundário do concelho situa-se uns pontos abaixo da média nacional e regional, o que poderá decorrer, por um lado, do facto de muitos alunos residentes no concelho serem, neste nível de ensino, escolarizados noutros concelhos, e por outro, da diferença de escala entre as unidades geográficas em causa, uma vez que quanto maior for a unidade territorial de referência, menor será a proporção de população escolar que dela entra ou sai para estudar.

O enorme salto quantitativo que se verifica no ano letivo 2008/2009 deve-se à contabilização, nesse ano, dos Processos de Reconhecimento de Validação de Competências (RVCC) nas estatísticas do ensino secundário. De 2010/2011 para 2011/2012 também se evidencia um decréscimo acentuado na taxa de escolarização do ensino secundário.

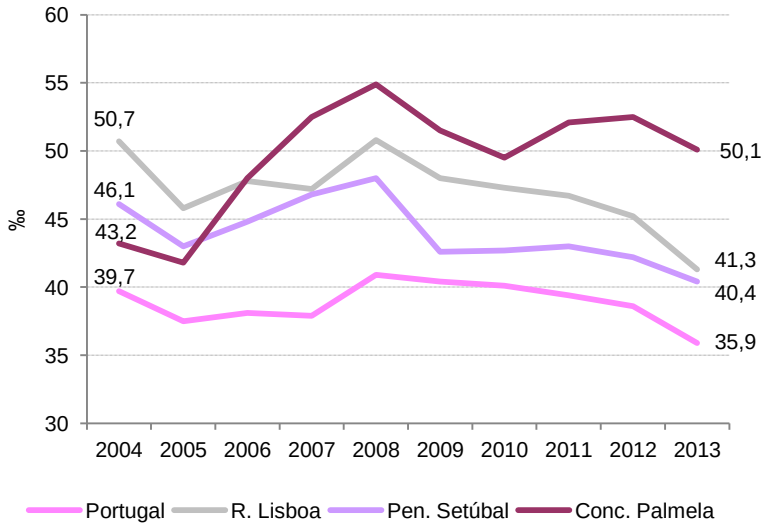
SEGURANÇA

Taxa de criminalidade por categoria de crime

Razão entre o número de crimes verificados em determinada localização geográfica no período de referência, e a população residente na mesma localização geográfica. É expresso em permilagem, ou seja, traduz o nº de crimes ocorridos por mil habitantes.

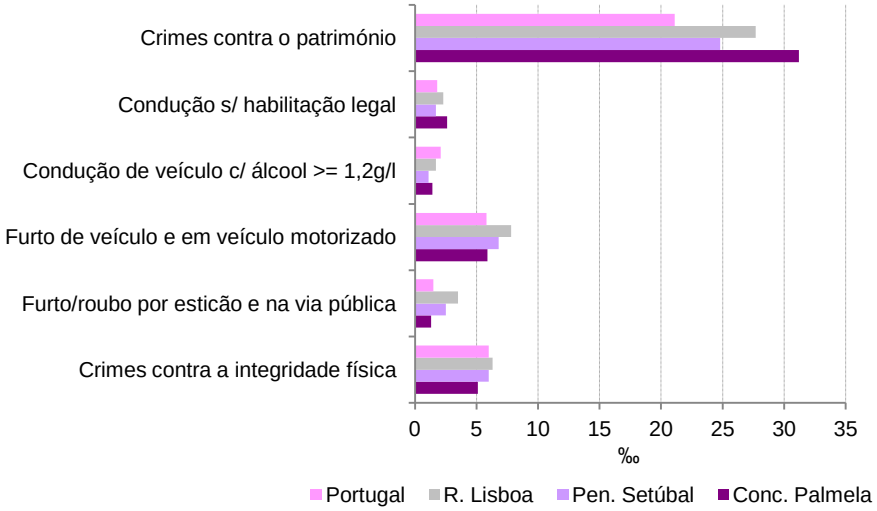
Um crime é todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática. O atual Código Penal Português foi aprovado na sua versão original pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de Setembro, tendo sido republicado pela Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, que efetuou a última alteração até à data.

Gráfico 39. Taxa de criminalidade – 2004-2013



Fonte: MJ

Gráfico 40. Taxa de criminalidade por tipo de crime – 2013



Fonte: MJ

Verifica-se um crescimento da taxa de criminalidade no concelho de Palmela, que a partir de 2007 ultrapassa claramente a das unidades territoriais em que se insere.

Os crimes contra o património, que são os mais comuns, incluem crimes como furto, abuso de confiança, apropriação legítima, roubo, dano, usurpação, burla, extorsão e usura, entre outros.

Em 2013, os crimes contra o património atingiram no concelho uma expressão superior às restantes unidades territoriais. Também a condução sem habilitação legal apresentou em Palmela uma incidência superior à das restantes unidades.

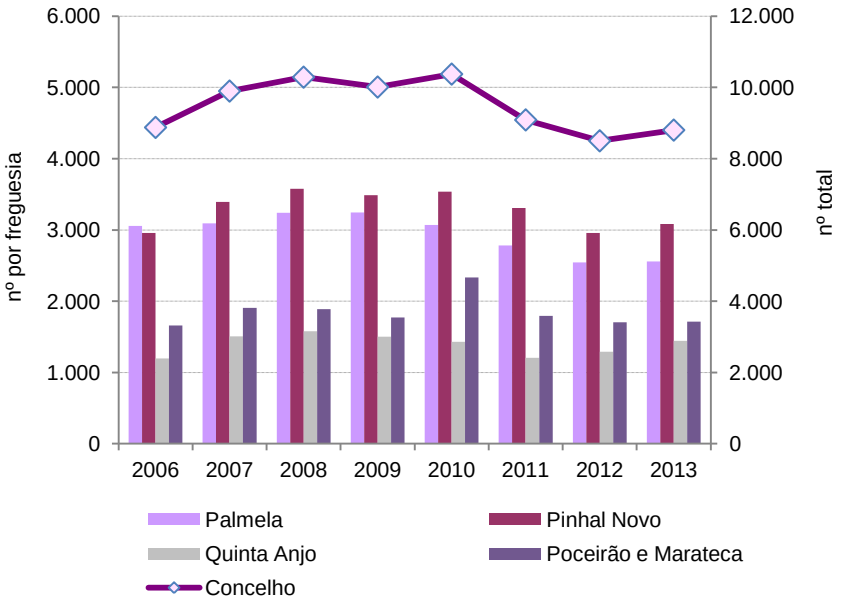
Em sentido oposto, os roubos por esticão, os furtos de veículos e os crimes contra a integridade física tiveram no concelho uma frequência inferior à verificada na região.

Ocorrências de emergência e socorro, por tipo

Número de ocorrências de emergência e socorro, tipificadas de acordo com a classificação de ocorrências vigente.

A Norma Operacional Permanente 3101/2013 estabelece cinco grandes famílias de ocorrências:
- Riscos naturais;
- Riscos tecnológicos;
- Riscos mistos;
- Proteção e assistência a pessoas e bens;
- Operações e estados de alerta.

Gráfico 41. Ocorrências de emergência e socorro nas freguesias e no concelho – 2006-2013



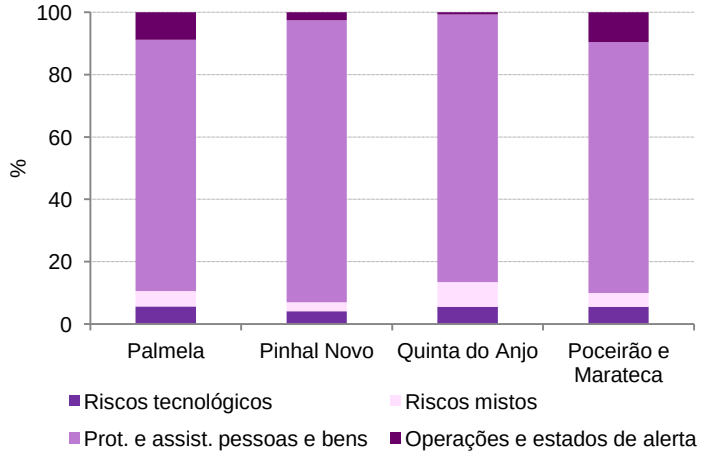
Fonte: ANPC

Quadro 17. Ocorrências de emergência e socorro por tipo e freguesia – 2013

	Palmela	Pinhal Novo	Quinta Anjo	Poceirão e Marateca	Concelho
Riscos naturais	-	-	-	-	-
Riscos tecnológicos	145	128	80	95	448
Riscos mistos	127	87	114	76	404
Proteção e assistência a pessoas e bens	2.061	2.788	1.240	1.379	7.468
Operações e estados de alerta	227	78	11	164	480
Total	2.560	3.081	1.445	1.714	8.800

Fonte: ANPC

Gráfico 42. Ocorrências de emergência e socorro por tipo e freguesia – 2013



Fonte: ANPC

O número global de ocorrências, ao longo do período em análise, manteve-se perto das dez mil, com o valor mais alto (10371) a registar-se em 2010 e o mais baixo (8499) em 2012. As freguesias de Pinhal Novo e Palmela representam cerca de 65% do total de ocorrências do concelho.

As ocorrências relativas à proteção e assistência a pessoas e bens – onde sobressai a assistência em saúde – são largamente predominantes, representando cerca de 80% dos registos nas freguesias de Palmela, Poceirão e Marateca, 85% em Quinta do Anjo e 90% em Pinhal Novo.

SÍNTESE

- ✓ Do ponto de vista **demográfico**, o concelho de Palmela viu o seu ritmo de crescimento – que assentou especialmente na dinâmica **migratória** – abrandar em anos recentes, o que se deve sobretudo ao declínio da sua capacidade de atrair novos residentes na atual conjuntura económica. A quebra da **natalidade** acentuou-se nos últimos anos, em consonância com a tendência nacional.

- ✓ O aumento do número de **pensionistas** decorre principalmente do envelhecimento populacional, a que o concelho não escapa. A oscilação no número de **beneficiários do RSI** deve-se, no essencial, às alterações legislativas a que tem sido sujeita esta medida, ao passo que o número de crianças em risco tem subido nos últimos anos, pese embora a ligeira diminuição sentida em 2013.

- ✓ Depois de atingir o valor máximo em 2009, o número de **imigrantes** do concelho vem diminuindo desde então, uma tendência também sentida no resto do país.

- ✓ No âmbito das **atividades culturais e desportivas** evidenciam-se alguns sinais distintos: a oferta de espetáculos organizados pela autarquia (ou em parceria com esta) e os empréstimos nas bibliotecas desceram, mas o número de atletas federados e de visitas a lugares com interesse patrimonial e arqueológico subiram.

- ✓ A participação **associativa** é tipicamente forte no concelho, especialmente na área da cultura, recreio e desporto, ao passo que a participação **eleitoral** continua a situar-se abaixo da média nacional e regional.

- ✓ Na **educação** é de salientar o forte crescimento do número de crianças a frequentar a educação **pré-escolar**, bem como a subida observada na taxa de escolarização do ensino **secundário**.

- ✓ Quanto à **segurança**, o concelho sobressai por ter uma taxa de criminalidade superior à da região, o que se deve ao peso dos crimes contra o património, uma vez que as restantes tipologias apresentam uma incidência inferior à das restantes unidades territoriais.

2013

Planeamento e Ordenamento do Território

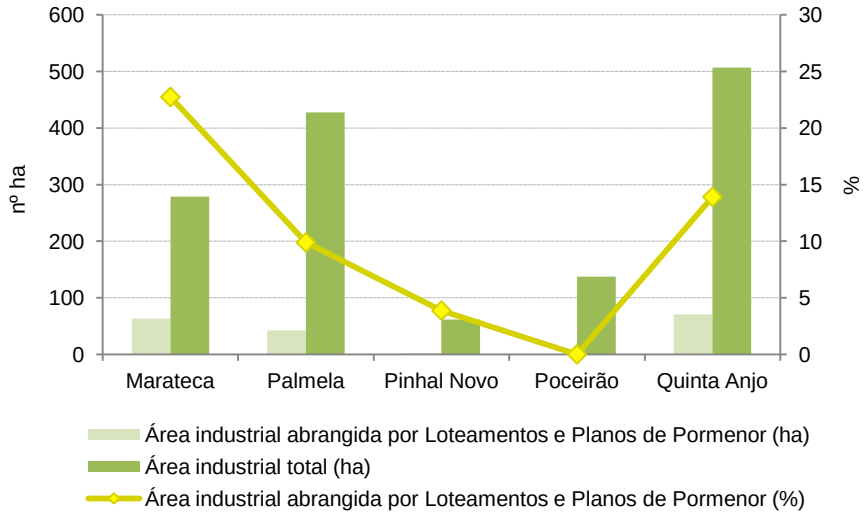
ATIVIDADE INDUSTRIAL

Percentagem da área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor

Razão entre a área ocupada por loteamentos com alvará ou Planos de Pormenor em vigor a implementar em espaços industriais, e a área total dos espaços industriais definidos pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor.

Os espaços industriais, existentes e previstos, estão delimitados na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal e destinam-se à implantação de atividades económicas associadas à indústria transformadora e ao comércio e serviços de apoio.

Gráfico 43. Área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor, por freguesia – 2013



Fonte: CMP/ DAU e DRHO

A freguesia de Quinta do Anjo é a que dispõe de uma maior área industrial, cerca de 500 hectares, dos quais aproximadamente 70 hectares (a área correspondente ao Parque Industrial da Autoeuropa, que representa 14% da área industrial total) se encontram efetivamente loteados. Segue-se a freguesia de Palmela, com pouco mais de 400 hectares de área industrial, com ocupação através de loteamento no Parque Industrial de Vale do Alecrim. Refira-se ainda a freguesia de Marateca, com uma área industrial abrangida de cerca de 23%.

Os resultados obtidos decorrem apenas de loteamentos aprovados, uma vez que os Planos de Pormenor em vigor não afetam área industrial.

Quadro 18. Área industrial abrangida por Loteamentos ou Planos de Pormenor, por freguesia – 2013

	Área industrial total (ha)	Área industrial abrangida por Loteamentos e Planos de Pormenor (ha)	Área industrial abrangida por Loteamentos e Planos de Pormenor (%)
Marateca	278,8	63,4	22,7
Palmela	427,5	42,3	9,9
Pinhal Novo	61,9	2,4	3,9
Poceirão	137,4	0,0	0,0
Quinta do Anjo	506,7	70,5	13,9
Concelho Palmela	1.412,3	178,5	12,6

Fonte: CMP/ DAU e DRHO

MOBILIDADE E TRANSPORTES

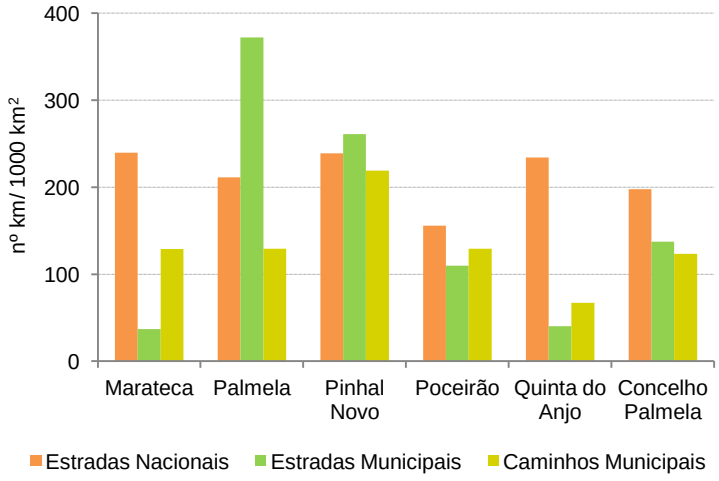
Densidade rodoviária por tipo de via

Razão entre o número de quilómetros por tipo de via, e a superfície da unidade territorial, expresso em nº de km por 1000 km².

São contabilizadas as Estradas Nacionais (apesar de estarem fora da jurisdição municipal), as Estradas Municipais e os Caminhos Municipais, que desempenham a função de ligação entre os aglomerados, como coletoras ou distribuidoras do trânsito. Excluem-se as Autoestradas e os Itinerários Principais e Complementares.

Quando um troço confina com duas freguesias, é incluído na rede viária de ambas, sendo contudo apenas contabilizado uma vez no somatório do concelho.

Gráfico 44. Densidade rodoviária por tipo de via e freguesia – 2013



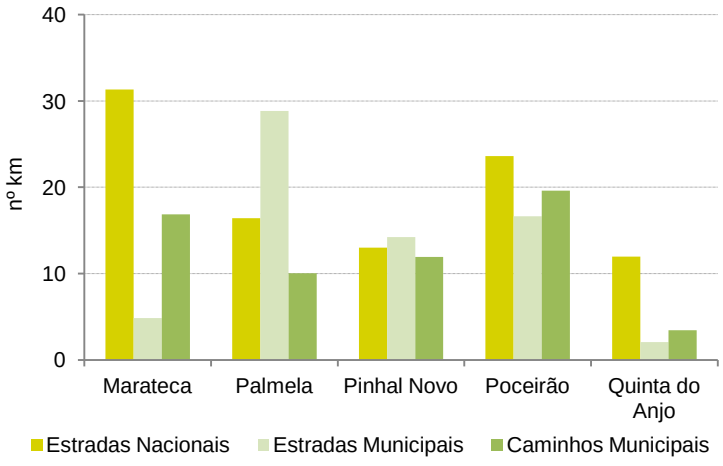
Fonte: CMP/ DCL e DRHO

Quadro 19. Quilómetros e densidade rodoviária por tipo de via e freguesia – 2013

	Quilómetros (nº km)			Densidade rodoviária (nº km/ 1000 km²)		
	Estradas Nacionais	Estradas Municipais	Caminhos Municipais	Estradas Nacionais	Estradas Municipais	Caminhos Municipais
Marateca	31,3	4,8	16,9	239,8	37,1	129,1
Palmela	16,4	28,8	10,0	211,6	372,0	129,3
Pinhal Novo	13,0	14,2	11,9	239,1	261,2	219,1
Poceirão	23,6	16,6	19,6	155,9	109,8	129,4
Quinta do Anjo	12,0	2,1	3,4	234,0	40,3	67,0
Concelho Palmela	91,9	63,9	57,4	197,7	137,4	123,5

Fonte: CMP/ DCL e DRHO

Gráfico 45. Quilómetros por tipo de via e freguesia – 2013



Fonte: CMP/ DCL e DRHO

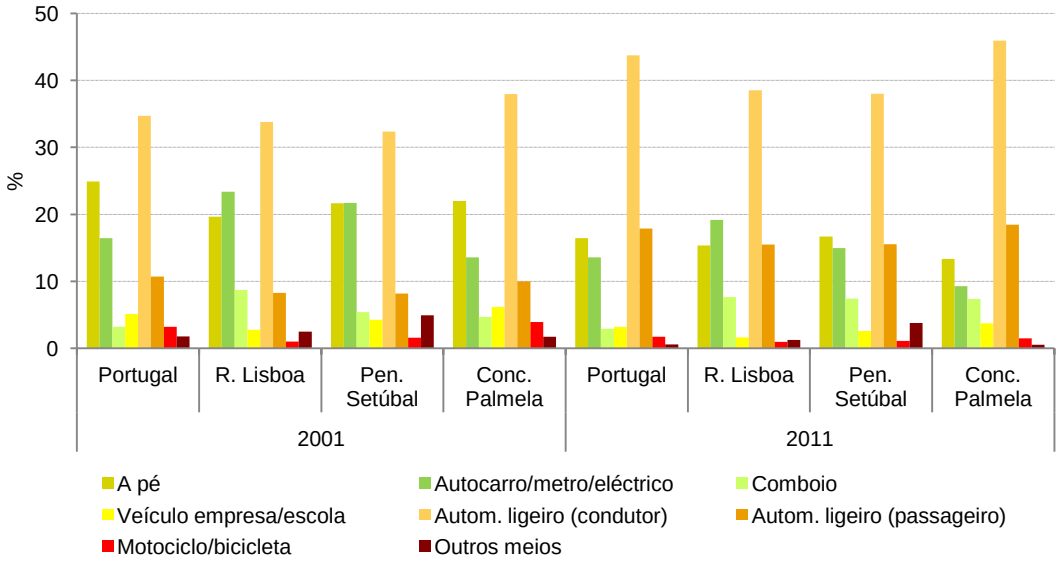
As freguesias de Marateca e Poceirão, que juntas representam 60% da área do concelho, têm o maior nº de quilómetros de Estradas Nacionais e Caminhos Municipais, ao passo que nas Estradas Municipais destaca-se a freguesia de Palmela.

Já a densidade rodoviária, que pondera o nº de quilómetros com a área, é superior nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela, ultrapassando a densidade média concelhia nos três tipos de estradas em análise.

Percentagem de pessoas que se deslocam, segundo o modo de transporte

Percentagem de pessoas que se desloca para trabalhar ou estudar, segundo o principal modo de transporte utilizado (a pé, autocarro/ metropolitano/ elétrico, comboio, veículo de empresa/ escola, automóvel ligeiro como condutor ou passageiro, motociclo/ bicicleta, e outros meios). Esta informação é recolhida pelo Instituto Nacional de Estatística em momentos censitários.

Gráfico 46. Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar, por tipo de transporte – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No período intercensitário 2001-2011 assistiu-se a um incremento do uso de transporte individual em detrimento do transporte coletivo, tendência que já vem de décadas anteriores. O concelho de Palmela regista, tento em 2001 como em 2011, uma taxa de utilização do automóvel ligeiro (como condutor ou passageiro) superior ao das regiões de enquadramento. A extensão do território, a dispersão do povoamento e as conhecidas carências de transportes ajudarão a explicar estes resultados.

A análise por freguesia permite evidenciar o contraste existente, no que diz respeito à de utilização do automóvel, entre Pinhal Novo (58,2%) e Quinta do Anjo (71,6%).

Quadro 20. Pessoas que se deslocam para trabalhar ou estudar, por tipo de transporte e freguesia (%) – 2001-2011

	2001						2011					
	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
A pé	22,5	18,9	26,9	18,7	16,7	22,0	11,3	11,7	18,0	8,4	7,6	13,3
Autocarro/ metro/ elétrico	15,1	14,4	11,5	12,1	17,7	13,6	15,1	9,0	7,3	15,8	10,1	9,3
Comboio	0,6	1,6	9,8	0,9	1,0	4,7	1,1	4,9	11,5	0,8	5,7	7,3
Veículo empresa/ escola	11,5	4,6	5,5	14,4	4,7	6,2	7,7	3,0	3,5	9,0	2,1	3,7
Automóvel ligeiro (condutor)	33,6	43,1	33,5	34,3	43,3	38,0	45,8	49,0	41,2	48,3	51,2	45,9
Automóvel ligeiro (passageiro)	7,9	12,4	8,3	8,4	11,1	10,0	15,9	20,8	17,0	14,8	20,4	18,4
Motociclo/ bicicleta	7,8	3,4	2,7	9,8	3,8	3,9	2,8	1,4	1,0	2,3	2,0	1,5
Outros meios	1,1	1,7	1,9	1,5	1,8	1,7	0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	0,5

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

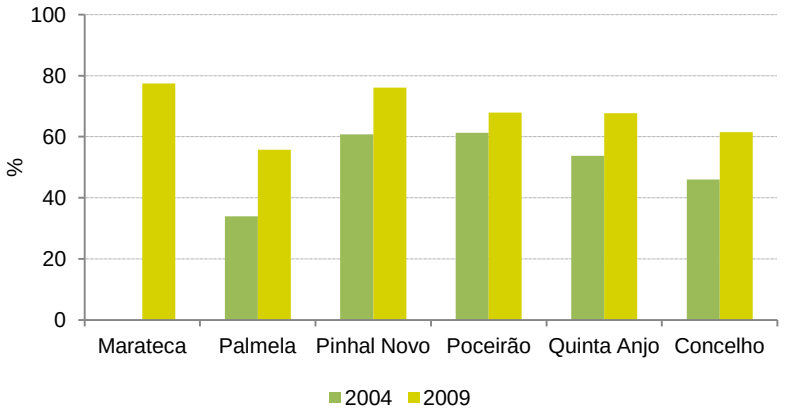
QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO

Nível de acessibilidade aos equipamentos municipais

Este indicador pretende avaliar o nível de acessibilidade aos equipamentos municipais.

É calculado com base nas médias obtidas entre os valores apurados de duas vertentes: a acessibilidade no exterior do equipamento e a acessibilidade no interior. A partir dessas duas médias calcula-se uma média total de acessibilidade que varia entre 0 e 100, sendo que quanto mais próximo for o valor de 100 maior será o nível de acessibilidade.

Gráfico 47. Nível de acessibilidade aos equipamentos municipais por freguesia – 2004-2009



Fonte: CMP/ DRHO

Quadro 21. Nível de acessibilidade aos equipamentos municipais por freguesia (%) – 2004-2009

	2004			2009		
	Acessib. Exterior	Acessib. Interior	Acessib. Total	Acessib. Exterior	Acessib. Interior	Acessib. Total
Marateca	-	-	-	75,0	80,0	77,5
Palmela	42,5	25,3	34,0	62,6	49,5	55,8
Pinhal Novo	65,0	57,0	60,8	80,8	71,4	76,1
Poceirão	63,0	60,0	61,3	58,3	77,5	67,9
Quinta do Anjo	50,0	58,0	53,8	60,4	75,0	67,7
Concelho Palmela	51,3	40,5	46,0	66,0	57,3	61,5

Fonte: CMP/ DRHO

O indicador evidencia uma evolução positiva de 2004 para 2009 em todas as freguesias, o significa que a autarquia tem mantido o compromisso de eliminação de barreiras de forma a promover a melhoria das acessibilidades. Pinhal Novo é a freguesia com os níveis de acessibilidade mais elevados em 2009.

São consideradas barreiras arquitetónicas os impedimentos ou obstáculos físicos que limitam a liberdade de movimentos das pessoas e podem ser de três tipos: urbanísticas; de edificação e de transporte (Fonte: Instituto Nacional para a Reabilitação). Para efeitos de cálculo do indicador foram avaliados os seguintes parâmetros:

A nível exterior:
- a acessibilidade do parqueamento;
- a possibilidade de circulação exterior (existência de obstáculos nos passeios, degraus na entrada do edifício, etc.).

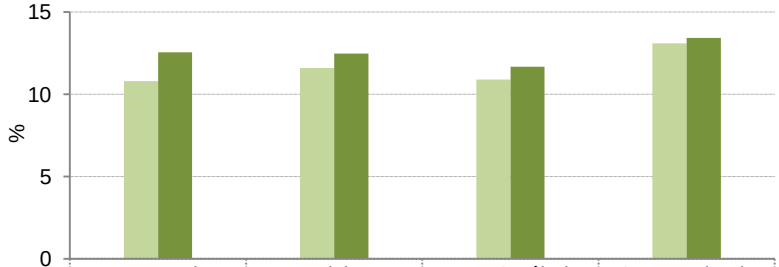
A nível interior:
- atendimento (balcões à altura máxima recomendada);
- entrada do edifício (existência de rampa, largura da entrada)
- a existência de instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade condicionada;
- a localização dos serviços (r/c ou outro andar);
- a existência de informação em Braille.

Percentagem de alojamentos vagos

O indicador representa a proporção entre o número de alojamentos vagos e o número total de alojamentos familiares existentes num dado momento de referência, que neste caso corresponde aos anos censitários.

É considerado vago o alojamento que se encontre nas seguintes situações: venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração e outros motivos.

Gráfico 48. Alojamentos vagos – 2001-2011



	Portugal	R. Lisboa	Pen.Setúbal	Conc. Palmela
2001	10,8	11,6	10,9	13,1
2011	12,5	12,5	11,7	13,4

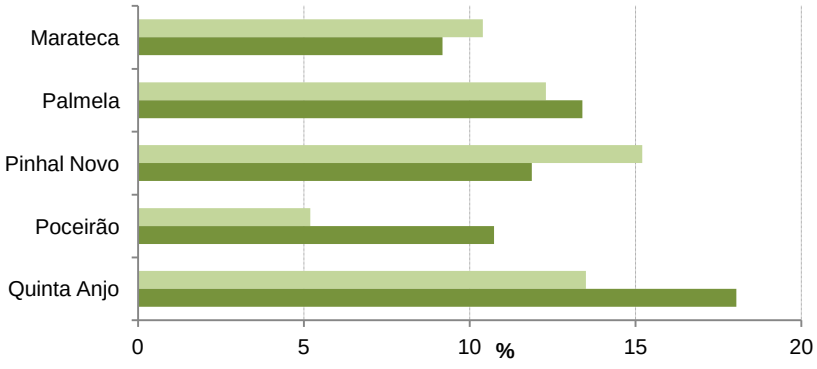
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 22. Alojamentos familiares existentes e alojamentos vagos – 2001-2011

	2001		2011	
	Existentes	Vagos	Existentes	Vagos
Portugal	5.019.425	543.777	5.859.540	735.128
Região Lisboa	1.281.891	149.327	1.483.717	184.909
Península Setúbal	358.729	39.203	41.9681	49.022
Concelho Palmela	26.099	3.406	33.073	4.442
Marateca	1.639	170	1.840	169
Palmela	7.435	918	9.007	1.207
Pinhal Novo	10.100	1.534	12.479	1.482
Poceirão	1.806	94	2.384	256
Quinta do Anjo	5.119	690	7.363	1.328

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Gráfico 49. Alojamentos vagos por freguesia – 2001-2011



	Quinta Anjo	Poceirão	Pinhal Novo	Palmela	Marateca
2001	13,5	5,2	15,2	12,3	10,4
2011	18,0	10,7	11,9	13,4	9,2

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

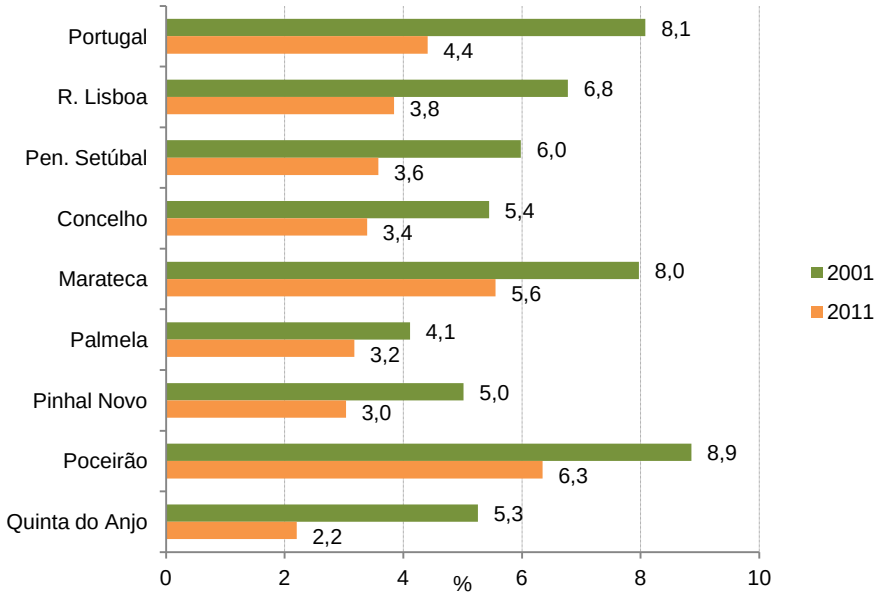
Face à última década, o aumento de fogos vagos é bastante significativo em todas as unidades territoriais, com exceção das freguesias de Pinhal Novo e Marateca onde, em 2011, se verifica uma quebra nas percentagens. Já a freguesia de Quinta do Anjo apresenta o maior pico de crescimento (18,1%).

Proporção de edifícios degradados

Proporção de edifícios degradados no conjunto total dos edifícios, expresso em percentagem.

O estado de conservação corresponde à situação do edifício, tendo em atenção o tipo de reparações eventualmente necessárias no momento de referência. É aferido em momentos censitários pelas respostas obtidas na variável "necessidade de reparações". No âmbito do presente indicador, consideram-se degradados os edifícios com necessidade de grandes reparações e os muito degradados.

Gráfico 50. Proporção de edifícios degradados – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 23. Edifícios por estado de conservação e freguesia – 2011

	Sem necessidade de reparação	Com necessidade de reparação			Muito degradado	Total
		Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações		
Marateca	1.021	395	165	65	28	1.674
Palmela	4.621	1.241	420	108	98	6.488
Pinhal Novo	3.723	1.249	401	116	52	5.541
Poceirão	1.023	623	420	78	62	2.206
Quinta do Anjo	4.394	802	400	84	42	5.722
Concelho	14.782	4.310	1.806	451	282	21.631

Fonte: INE, Censos 2011

Entre 2001 e 2011, e de forma transversal às unidades territoriais analisadas, melhorou o estado geral de conservação dos edifícios, com a proporção de edifícios degradados a descer substancialmente. Este facto dever-se-á não apenas ao esforço de reabilitação do edificado mais antigo, mas também ao maior significado dos edifícios mais recentes em 2011.

No concelho de Palmela, as freguesias de Poceirão e Marateca são aquelas que detêm uma maior proporção de edifícios degradados (6,3% e 5,6% em 2011, respetivamente), ao passo que no polo oposto surge Quinta do Anjo (apenas 2,2%). Globalmente, o concelho surge ligeiramente melhor posicionado que a região e o país.

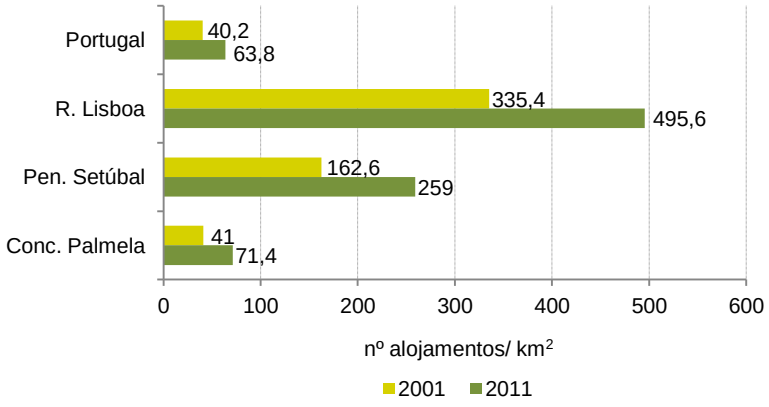
RITMO DE URBANIZAÇÃO

Densidade habitacional

Quociente entre o número de alojamentos existentes e a superfície da unidade territorial.

É expresso em número de alojamentos por km².

Gráfico 51. Densidade habitacional – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 24. Área (km²)

Portugal	92.225,2
Região Lisboa	3.015,2
Península Setúbal	1.625,3
Concelho Palmela	465,1
Marateca	130,6
Palmela	77,5
Pinhal Novo	54,4
Poceirão	151,5
Quinta do Anjo	51,1

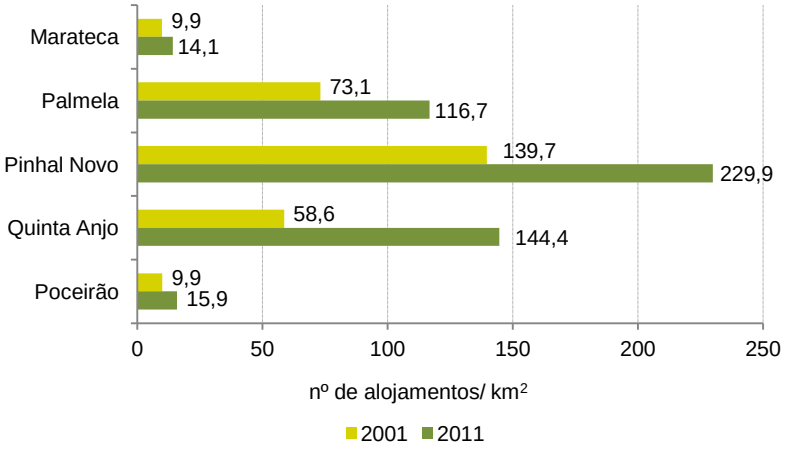
Fonte: CAOP 2013

No último decénio, os dados evidenciam um incremento da densidade habitacional, que decorre do aumento do número de alojamentos existentes. Apesar de esta condição ser transversal a todas as unidades territoriais de referência, em termos percentuais o aumento verificado no concelho de Palmela foi superior, fixando-se nos 74,1%.

Na análise por freguesia destaca-se Pinhal Novo (com a maior densidade habitacional do concelho, cerca de 230 alojamentos por km², e um aumento de 64,4% nos últimos 10 anos), e ainda Quinta do Anjo (acréscimo de 146,5%, tornando-se em 2011 a segunda freguesia mais densificada do concelho).

Apesar de acréscimos relativos na ordem dos 40% a 60%, Marateca e Poceirão mantêm as suas caraterísticas eminentemente rurais, com cerca de 15 alojamentos por km².

Gráfico 52. Densidade habitacional por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

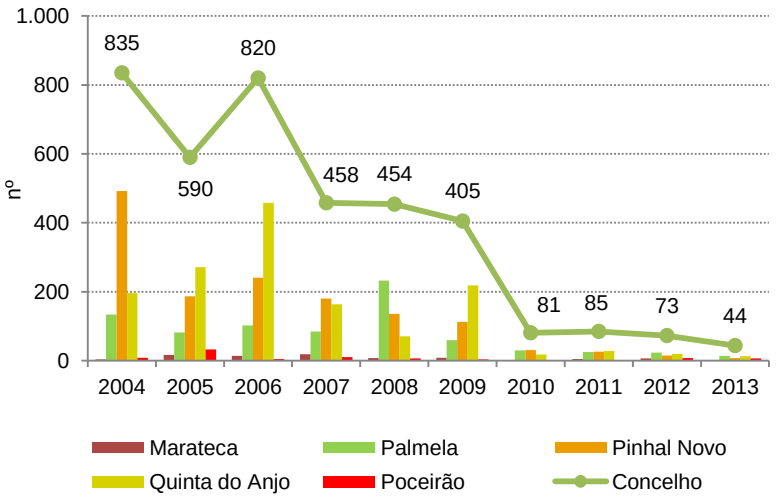
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar

Número de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar.

Construção nova é toda a edificação inteiramente nova, ainda que no terreno onde foi erigida já houvesse outra construção.

A informação é oriunda do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU) do INE, e tem por base um inquérito remetido pelas câmaras municipais, contendo informação relativa a licenças, autorizações, comunicação prévia, pareceres prévios e projetos municipais de obras de edificação e demolição de edifícios.

Gráfico 55. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por freguesia – 2004-2013



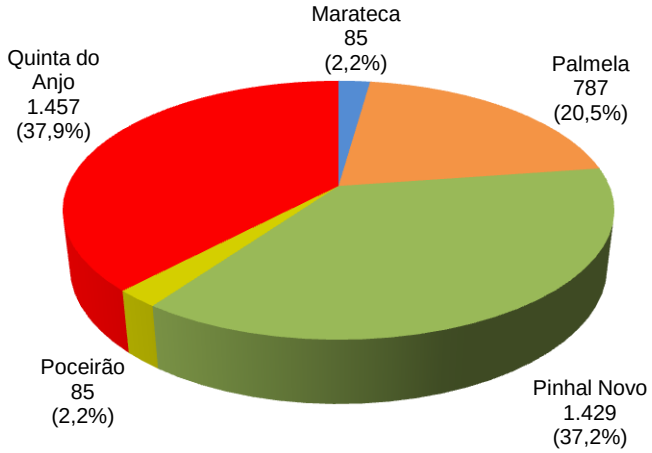
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Quadro 26. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar – 2004-2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	77.115	73.922	71.921	65.828	45.981	27.298	25.002	17.432	11.374	7.321
Região Lisboa	15.918	15.854	16.756	13.908	9.328	4.740	4.937	2.881	1.713	665
Península Setúbal	5.927	5.624	6.250	5.337	3.842	1.996	1.741	897	391	241
Concelho Palmela	835	590	820	458	454	405	81	85	73	44
Marateca	4	17	14	19	8	9	1	5	7	1
Palmela	134	82	102	85	232	60	30	25	23	14
Pinhal Novo	492	187	241	180	136	113	31	26	15	8
Poceirão	9	33	5	10	7	4	1	1	8	7
Quinta do Anjo	196	271	458	164	71	218	18	28	20	13
Poceirão e Marateca	-	-	-	-	-	-	-	0	0	1

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Gráfico 56. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar entre 2004 e 2013 por freguesia (nº e %)



Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

O licenciamento de fogos em construções novas regista uma quebra muito significativa (superior a 90% em todas as unidades territoriais).

No concelho de Palmela esta quebra foi menos acentuada até 2009 (cerca de 50%), mas a partir de 2010 verifica-se uma descida abrupta para valores sem precedentes nos últimos anos.

A análise por freguesia denota, no período entre 2004 e 2013, uma preponderância de Quinta do Anjo (37,9%) e Pinhal Novo (37,2%), seguidas de Palmela (20,5%).

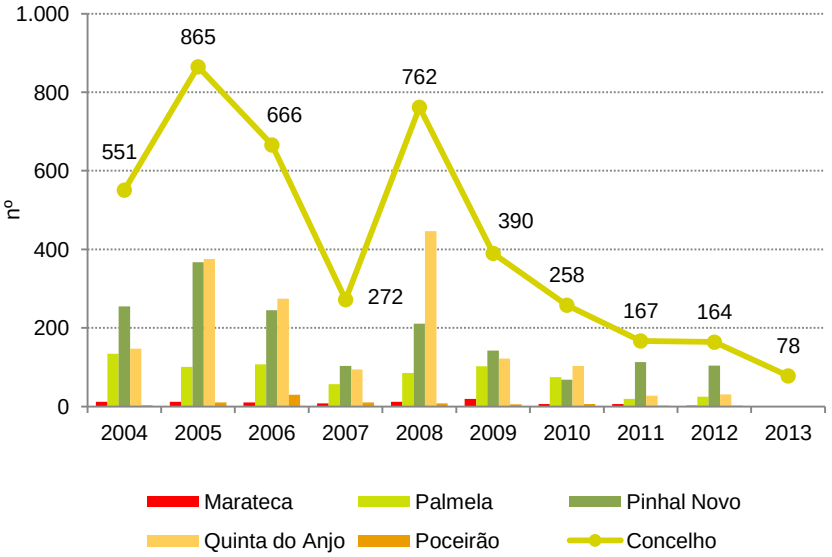
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar

Número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar.

É considerada construção nova toda a edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre a qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção.

O procedimento de licença/autorização de utilização de edifícios constitui a fonte de informação para a produção estatística sobre a conclusão de obras de edificação, sendo os dados provenientes do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU), do INE.

Gráfico 53. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por freguesia – 2004-2013



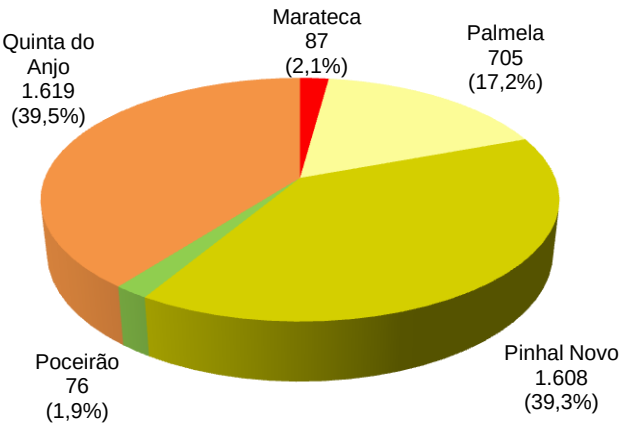
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Quadro 25. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar – 2004-2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	74.261	76.123	68.764	67.463	59.256	47.915	35.442	25.807	27.746	19.060
Região Lisboa	15.618	13.555	13.800	15.042	13.466	10.711	6.727	4.736	4.498	3.496
Península Setúbal	5.264	5.485	5.143	5.274	5.149	3.681	2.315	1.829	1.564	1.116
Concelho Palmela	551	865	666	272	762	390	258	167	164	78
Marateca	12	12	10	8	12	19	6	6	2	n/d
Palmela	134	101	107	57	85	102	75	19	25	n/d
Pinhal Novo	255	367	245	103	211	142	68	113	104	n/d
Poceirão	3	10	30	10	8	5	6	2	2	n/d
Quinta do Anjo	147	375	274	94	446	122	103	27	31	n/d

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas
n/d – não disponível

Gráfico 54. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar entre 2004 e 2012 por freguesia (nº e %)



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

À semelhança das estatísticas sobre o licenciamento, também a evolução da conclusão de fogos entre 2004 e 2013 mostra uma descida bastante acentuada, com descidas próximas dos 75% em todas as unidades territoriais.

O concelho de Palmela não fugiu a esta tendência, não obstante a existência de anos em contraciclo em que o número de fogos concluídos aumentou (2005 e 2008).

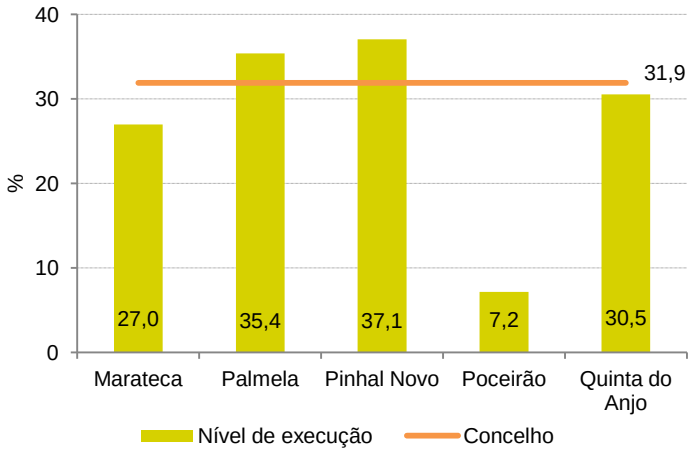
Destaque para as freguesias de Quinta do Anjo e Pinhal Novo, que juntas representam cerca de 80% da totalidade de fogos concluídos no concelho no período em análise.

Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (área)

Razão entre a área executada e a área total dos espaços urbanizáveis habitacionais definidos no Plano Diretor Municipal, expressa em percentagem.

Entende-se por executada a área ocupada por processos de loteamento com alvará e por processos de construção com licença de utilização, licença de construção, certidão de admissão ou informação prévia válida, considerando-se para o efeito o limite do terreno. Em operações de loteamento, considera-se o total da área loteada.

Gráfico 57. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por freguesia – 2013



Fonte: CMP/ DAU e DRHO

Quadro 27. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por perímetro urbano – 2013

Tipo de Rede	Perímetro Urbano	Área Executada (ha)	Área Urbanizável Habitacional (ha)	Nível de execução (%)
Perímetros Urbanos da Rede Principal	Águas de Moura	18,2	52,9	34,5
	Aires	78,5	190,9	41,1
	Brejos do Assa	29,8	62,3	47,8
	Cabanas	24,8	75,7	32,8
	Palmela	50,9	166,8	30,5
	Pinhal Novo	143,3	284,4	50,4
	Poceirão	8,4	112,7	7,5
	Quinta do Anjo	25,7	72,5	35,5
	Venda do Alcaide	13,6	44,6	30,5
	Subtotal	393,2	1062,9	37,0
Perímetros Urbanos da Rede Secundária	Abreu Grande/ Carregueira	16,2	46,1	35,2
	Agualva de Cima	4,0	38,8	10,4
	Asseiceira	2,6	13,3	19,9
	Barra Cheia	14,0	52,8	26,5
	Fernando Pó	10,0	30,4	32,8
	Fonte da Barreira	4,9	15,8	31,3
	Fonte da Vaca	3,3	21,5	15,2
	Lagoa da Palha/ Vale da Vila	46,0	207,3	22,2
	Lagoa do Calvo	0,7	36,2	1,9
	O. Água/ Lagoinha/ V. Touros	41,6	161,7	25,8
	Subtotal	143,4	623,8	23,0

Fonte: CMP/ DAU e DRHO

Os perímetros urbanos da rede principal apresentam um nível de execução de 37%, destacando-se os perímetros de Pinhal Novo (50,4%), Brejos do Assa (47,8%), Aires (41,1%), Quinta do Anjo (35,5%) e Águas de Moura (34,5%). Os perímetros da rede secundária apresentam uma dinâmica geralmente inferior (23%), resultante sobretudo de processos de construção não inseridos em operações de loteamento.

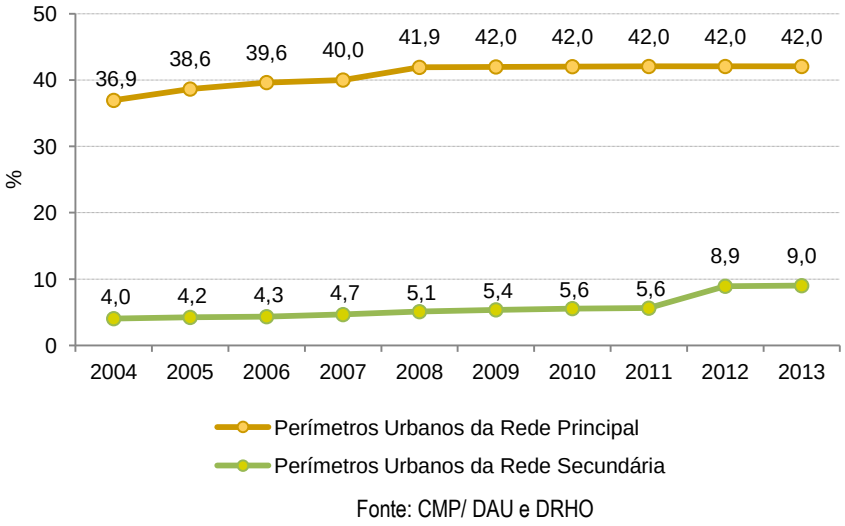
O nível de execução global dos perímetros urbanos do concelho situa-se nos 31,9%.

Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais (fogos)

Razão entre o número de fogos construídos nas áreas urbanizáveis habitacionais dos perímetros urbanos, e o total de fogos previstos no cenário de pleno preenchimento definido pelo Plano Diretor Municipal, expresso em percentagem.

São considerados os fogos construídos ou previstos no âmbito de processos de loteamento com alvará, bem como os processos de edificação fora de operações de loteamento.

Gráfico 58. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por rede urbana – 2004-2013



Fonte: CMP/ DAU e DRHO

Quadro 28. Nível de execução dos espaços urbanizáveis habitacionais por perímetro urbano – 2013

Tipo de Rede	Perímetro Urbano	Fogos construídos (nº)	Fogos previstos em pleno preenchimento (nº)	Nível de execução (%)
Perímetros Urbanos da Rede Principal	Águas de Moura	100	268	37,3
	Aires	1.506	3.061	49,2
	Brejos do Assa	118	700	16,9
	Cabanas	125	1.630	7,7
	Palmela	856	4.445	19,3
	Pinhal Novo	5.406	8.807	61,4
	Poceirão	2	618	0,3
	Quinta do Anjo	890	1.645	54,1
	Venda do Alcaide	205	725	28,3
	Subtotal	9.208	21.899	42,0
Perímetros Urbanos da Rede Secundária	Abreu Grande/ Carregueira	16	302	5,3
	Agualva de Cima	1	284	0,4
	Asseiceira	0	42	0,0
	Barra Cheia	98	1.460	6,7
	Fernando Pó	9	114	7,9
	Fonte da Barreira	0	48	0,0
	Fonte da Vaca	6	70	8,6
	Lagoa da Palha/ Vale da Vila	50	760	6,6
	Lagoa do Calvo	0	85	0,0
	O. Água/ Lagoinha/ V. Touros	248	1.586	15,6
	Subtotal	428	4.751	9,0

Fonte: CMP/ DAU e DRHO

Os perímetros urbanos da rede principal registam uma dinâmica de ocupação mais elevada (nível de execução de cerca de 42% face ao cenário de pleno preenchimento), sobressaindo os perímetros de Pinhal Novo (61,4%), Quinta do Anjo (54,1%) e Aires (49,2%). Os perímetros da rede secundária apresentam uma execução muito abaixo da máxima prevista (inferior a 10%), sobressaindo o perímetro de Olhos de Água/ Lagoinha/ Vale de Touros (15,6%). É evidente alguma estagnação a partir de 2008.

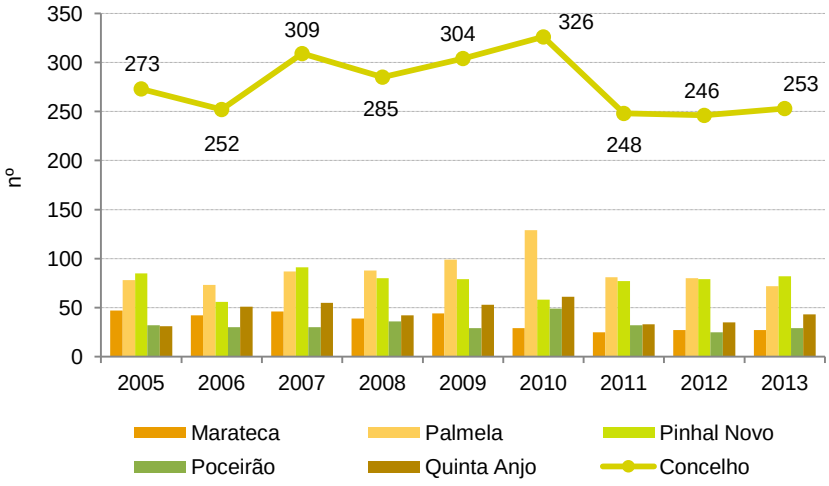
SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Acidentes rodoviários com vítimas, por tipo

Número de acidentes rodoviários ocorridos em estradas do concelho de Palmela, segundo o tipo de danos.

As vítimas de acidentes rodoviários são classificadas em feridos ligeiros, feridos graves e mortos.

Gráfico 59. Acidentes rodoviários com vítimas por freguesia – 2005-2013



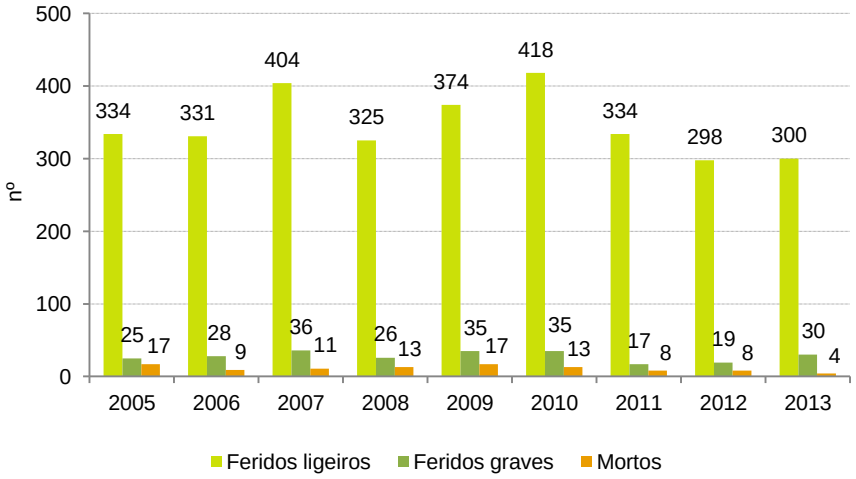
Fonte: ANSR

Quadro 29. Vítimas por freguesia – 2005-2013

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Marateca	77	71	75	58	69	64	39	40	38
Palmela	95	112	122	112	135	176	131	108	93
Pinhal Novo	118	75	116	99	105	82	108	103	92
Poceirão	40	39	57	44	43	69	36	34	45
Quinta do Anjo	46	71	81	51	74	75	45	40	66
Concelho Palmela	376	368	451	364	426	466	359	325	334

Fonte: ANSR

Gráfico 60. Vítimas por tipo – 2005-2013



Fonte: ANSR

Verifica-se a partir de 2010 uma redução da sinistralidade rodoviária verificada do concelho, patente na diminuição do número de acidentes e de vítimas.

As freguesias de Palmela e Pinhal Novo são aquelas onde se registam mais vítimas, o que se explica por terem mais quilómetros de Autoestradas e Estradas Nacionais, onde ocorre a maior parte dos acidentes graves.

USOS DO SOLO

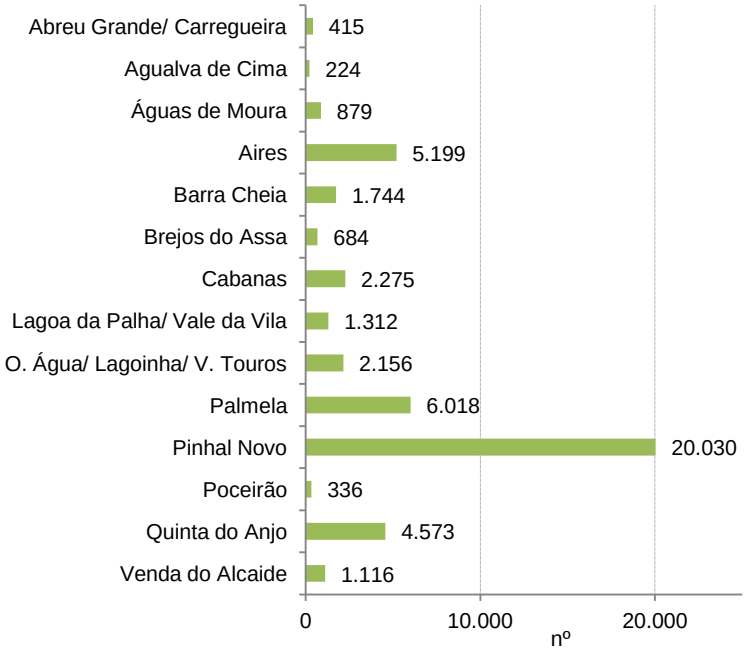
Densidade populacional por perímetro urbano

Relação entre a população residente nos perímetros urbanos e a superfície dos mesmos. Exprime-se em nº de habitantes por km^2.

Este indicador é calculado a partir da BGE (Base Geográfica de Edifícios) do INE, que integra os edifícios georreferenciados nos Censos 2011. Como esta informação foi produzida apenas no âmbito da última operação censitária, não é possível efetuar comparações com censos anteriores.

Consideraram-se todos os perímetros urbanos da rede principal e secundária, exceto aqueles com menos de 100 habitantes.

Gráfico 61. População residente por perímetro urbano – 2011



Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ DRHO

Quadro 30. Densidade populacional por perímetro urbano – 2011

	População (nº hab.)	Área (km^2)	Densidade (nº hab./ km^2)
Abreu Grande/ Carregueira	415	0,61	675,1
Agualva de Cima	224	0,51	438,1
Águas de Moura	879	1,01	873,7
Aires	5.199	5,39	965,4
Barra Cheia	1.744	1,64	1.062,6
Brejos do Assa	684	0,87	783,5
Cabanas	2.275	1,94	1.170,7
Lagoa da Palha/ Vale da Vila	1.312	2,86	458,8
Olhos Água/ Lagoinha/ Vale Touros	2.156	3,98	541,4
Palmela	6.018	3,40	1.767,9
Pinhal Novo	20.030	6,43	3.115,7
Poceirão	336	1,67	200,8
Quinta do Anjo	4.573	1,74	2.635,7
Venda do Alcaide	1.116	0,87	1.277,2

Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ DRHO

O perímetro urbano de Pinhal Novo é não apenas o mais habitado (20.030 residentes), mas também o mais densificado (3.115,7 habitantes por km^2).

Seguem-se Palmela (6.018 habitantes), Aires (5.199 habitantes) e Quinta do Anjo (4.573 habitantes) como os núcleos urbanos mais populosos do concelho.

Em termos de densidade, Quinta do Anjo surge em segundo lugar com 2.635,7 habitantes por km^2, seguindo-se Palmela (1.767,9 hab./ km^2) e Venda do Alcaide (1.277,2 hab./ km^2).

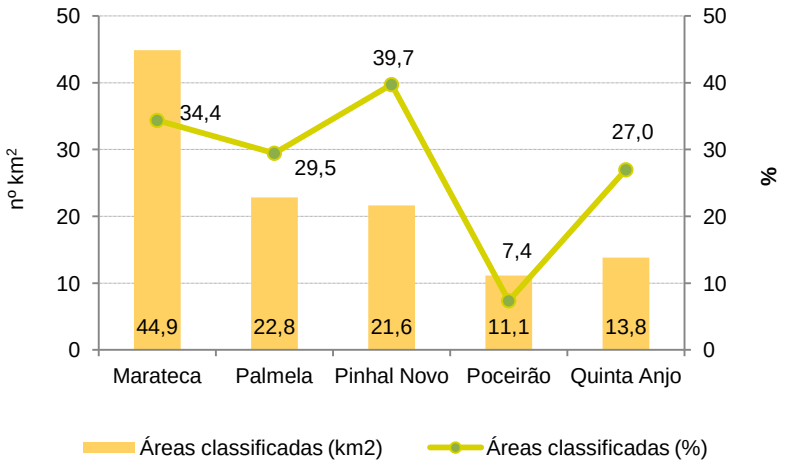
Percentagem de solo ocupado por áreas classificadas

Percentagem de solo ocupado por áreas classificadas, por freguesia.

Áreas classificadas são todas aquelas que são consideradas de particular interesse para a conservação da Natureza, nomeadamente áreas protegidas, sítios da Lista Nacional de Sítios ou de interesse comunitário, zonas especiais de conservação e zonas de proteção especial. As áreas protegidas de interesse nacional existentes no concelho de Palmela são o Parque Natural da Arrábida e a Reserva Natural do Estuário do Sado.

Para além das áreas acima referidas, foi ainda considerada para efeitos deste indicador a Reserva Ecológica Nacional (REN) atualmente em vigor.

Gráfico 62. Solo ocupado por áreas classificadas e por freguesia – 2013



Fonte: CMP/ DRHO

Quadro 31. Solo ocupado por áreas classificadas e freguesia – 2013

	nº km²	%
Marateca	44,9	34,4
Palmela	22,8	29,5
Pinhal Novo	21,6	39,7
Poceirão	11,1	7,4
Quinta do Anjo	13,8	27,0
Concelho Palmela	114,3	24,6

Fonte: CMP/ DRHO

Em termos absolutos, a freguesia de Marateca é a que dispõe de uma maior área classificada (44,9 km²), seguindo-se Palmela (22,8 km²). No primeiro caso, evidencia-se o impacto da área da Reserva Natural do Estuário do Sado, e no segundo, o do Parque Natural da Arrábida.

Contudo, em termos relativos, é a freguesia de Pinhal Novo que se destaca, com 39,7% do seu território abrangido por áreas classificadas, sobretudo áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional.

SÍNTESE

- ✓ Nos últimos vinte anos o concelho de Palmela conheceu os seus mais elevados níveis de **desenvolvimento**, repercutindo-se não apenas na dinâmica e estrutura da população, mas também no **ordenamento do território**. O Plano Diretor Municipal, ratificado em 1997 e atualmente em processo de revisão, visava no essencial conciliar o **crescimento urbanístico** e o **desenvolvimento industrial** do concelho com as suas caraterísticas marcadamente **rurais**.

- ✓ Os indicadores evidenciam a consolidação do perímetro urbano de **Pinhal Novo** como a maior concentração populacional do concelho, apesar de no último decénio o maior crescimento relativo ter ocorrido em **Quinta do Anjo** (que se afirmou também como principal polo industrial).

- ✓ Contudo, o abrandamento da **dinâmica urbanística** em anos recentes – patente nas estatísticas do **licenciamento** e **construção** de fogos, que no último ano prosseguiram a sua tendência descendente – significa que subsistem importantes reservas de **solo urbanizável**. Neste aspeto, a taxa de execução dos espaços urbanizáveis permite evidenciar uma dinâmica superior nos **perímetros urbanos** da rede principal, por oposição aos perímetros da rede secundária.

- ✓ A proporção de **alojamentos vagos** aumentou na última década, em especial na freguesia de Quinta do Anjo. Este dado é revelador de um crescente desequilíbrio entre a oferta e a procura de habitação.

- ✓ Apesar do desenvolvimento do transporte **ferroviário**, acentuou-se o predomínio do **automóvel** ligeiro nos modos de deslocação. A extensão e a dispersão do povoamento do concelho e as conhecidas carências de transportes públicos, fazem com que a mobilidade no concelho continue muito dependente do **transporte individual**.

2013

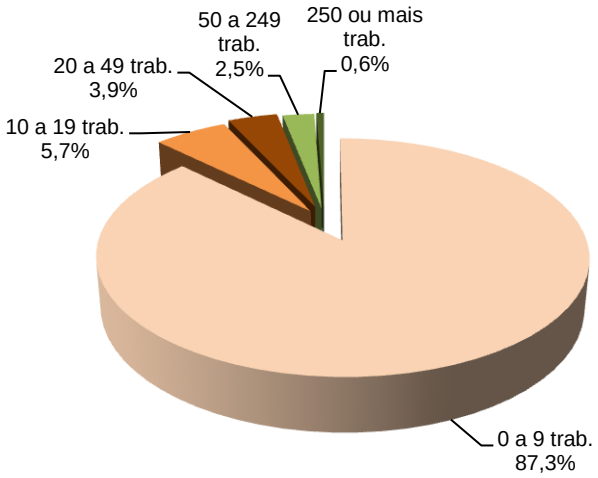
Estrutura económica

Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de pessoal ao serviço

Razão entre o número de sociedades existente em determinado escalão de pessoal ao serviço no ano *n*, e o número de sociedades no mesmo escalão de pessoal ao serviço existente no ano *n-1*.

O Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) resulta de um processo de integração da informação estatística sobre empresas proveniente de várias entidades. São contabilizadas todas as sociedades (por quotas, anónimas, uni-pessoais e equiparadas) sediadas no concelho que exerceram atividades de produção de bens e/ou serviços durante o período de referência, exceto as classifi-cadas na secção O (Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória) da CAE Rev. 3. A partir de 2010 passou a ser incluída a secção A (Agricultura), razão pela qual os dados de anos anteriores não são diretamente comparáveis.

Gráfico 63. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de pessoal ao serviço – 2012



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quadro 32. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de pessoal ao serviço – 2010-2012

Escalão de pessoal ao serviço	2010	2011	2012	Variação (%)
0 a 9 trabalhadores	1.527	1.526	1.460	-4,4
10 a 19 trabalhadores	118	116	96	-18,6
20 a 49 trabalhadores	88	80	65	-26,1
50 a 249 trabalhadores	43	42	41	-4,7
250 ou mais trabalhadores	11	12	10	-9,1
Total	1.787	1.776	1.672	-6,4

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Entre 2011 e 2012 é visível uma diminuição no número total de sociedades (menos 6,4%), quebra que foi mais acentuada nas sociedades de média dimensão (menos 18,6% de sociedades com 10 e 19 trabalhadores, e menos 26,1% com 20 a 49 trabalhadores). Destaque ainda para a diminuição verificada das grandes empresas (com 250 ou mais trabalhadores), que em 2012 viram o seu número reduzir-se de 12 para 10.

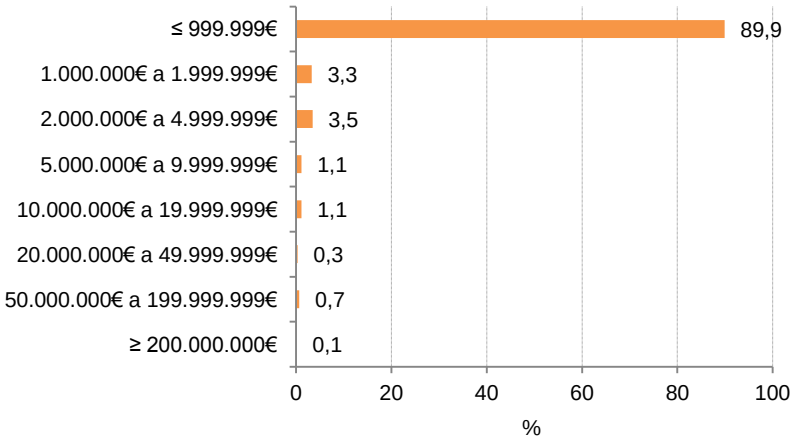
Estes números são indicativos de um abrandamento da atividade económica, que tem como reflexo a diminuição dos efetivos de pessoal.

Taxa de variação das sociedades, segundo o escalão de volume de negócios

Razão entre o número de sociedades existente em determinado escalão de volume de negócios no ano *n*, e o número de sociedades no mesmo escalão de volume de negócios existente no ano *n-1*.

O Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE contabiliza todas as sociedades (por quotas, anónimas, unipessoais e equiparadas) com sede no concelho que exerceram atividades de produção de bens e/ou serviços durante o período de referência.

Gráfico 64. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de volume de negócios – 2012



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quadro 33. Sociedades com sede no município de Palmela, por escalão de volume de negócios – 2010-2012

Escalão de volume de negócios	2010	2011	2012	Variação (%)
≤ 999.999€	1.563	1.580	1.503	-3,8
1.000.000€ a 1.999.999€	86	68	55	-36,0
2.000.000€ a 4.999.999€	63	57	58	-7,9
5.000.000€ a 9.999.999€	31	28	19	-38,7
10.000.000€ a 19.999.999€	24	21	19	-20,8
20.000.000€ a 49.999.999€	7	8	5	-28,6
50.000.000€ a 199.999.999€	11	12	11	0,0
≥ 200.000.000€	2	2	2	0,0
Total	1.787	1.776	1.672	-6,4

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Aproximadamente 90% das sociedades sediadas em Palmela apresentam um volume de negócios anual inferior a 1 milhão de euros, o que se compreende pelo facto do tecido empresarial do concelho ser composto sobretudo por pequenas e médias empresas.

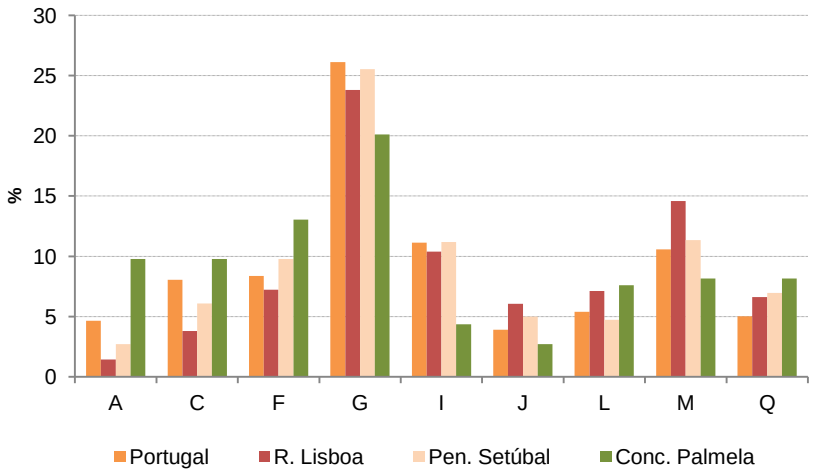
Entre 2010 e 2012 verificou-se uma quebra de 6,4%, correspondente a menos 115 sociedades. Por escalão de volume de negócios, é nos primeiros escalões que se verificaram as maiores perdas: menos 60 sociedades com volume de negócios até 1 milhão de euros, e menos 31 no escalão entre 1 e 2 milhões de euros. Em termos percentuais, destaca-se o escalão entre os 5 e os 10 milhões de euros, com uma redução de 38,7%. Esta quebra verificada nas sociedades com maior volume de negócios pode decorrer não da sua extinção, mas da diminuição do seu volume de negócios e consequente passagem para escalões inferiores.

Taxa de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade[2]

Razão entre o número de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas em determinada unidade territorial, período de referência e ramo de atividade, e o número total de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas na mesma unidade territorial e período de referência, expressa em percentagem.

Uma pessoa coletiva é uma organização constituída por um agrupamento de indivíduos ou por um complexo patrimonial tendo em vista a prossecução de um interesse comum e à qual a ordem jurídica atribui a qualidade de sujeito de direito (personalidade jurídica), podendo ser de direito público ou privado.

Gráfico 65. Pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade – 2013



Fonte: MJ

Nota: para permitir a visualização gráfica, foram excluídos os ramos de atividade com percentagem inferior a 5% em todas as unidades territoriais.

Quadro 34. Pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas por ramo de atividade – 2013

Secção CAE	Portugal	R. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
A - Agricultura	1.558	154	52	18
B - Indústrias extrativas	38	4	0	0
C - Indústrias transformadoras	2.705	410	117	18
D - Eletricidade, gás	47	15	2	0
E - Capt., tratam., distrib. água	96	26	8	2
F - Construção	2.810	781	188	24
G - Comércio	8.781	2.575	491	37
H - Transportes, armazenagem	953	340	60	8
I - Alojamento, restauração	3.738	1.123	215	8
J - Informação e comunicação	1.314	654	96	5
K - Financeiras e seguros	781	302	44	1
L - Imobiliárias	1.811	771	91	14
M - Consultoria, científicas	3.557	1.579	218	15
N - Administrativas e serviços	1.492	517	67	5
P - Educação	512	176	38	5
Q - Saúde e apoio social	1.690	714	134	15
R - Artísticas, espetáculos	749	290	42	6
S - Outros serviços	986	385	60	3
Total	33.618	10.816	1.923	184

Fonte: MJ

De um modo transversal às unidades territoriais em análise, é o ramo do comércio o que evidencia maior atividade: 20% a 25% das pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas em 2013 pertencem à secção G.

A comparação entre Palmela e as restantes unidades mostra uma maior dinâmica de constituição de pessoas coletivas no concelho nos domínios da construção (13%), agricultura (10%) e indústrias transformadoras (10%). Em sinal contrário, nota-se uma menor expressividade das secções I (alojamento e restauração) e M (atividades de consultoria e similares) quando comparada com as unidades territoriais de enquadramento, mesmo que as pequenas grandezas envolvidas não autorizem grandes extrapolações.

[2] Este indicador substitui a taxa de sociedades constituídas por ramo de atividade. Esta alteração decorre da reformulação da operação estatística subjacente, em vigor para os atos societários – entre os quais os processos de constituição de sociedades (agora designadas genericamente por pessoas coletivas ou entidades equiparadas) –, efetuados nas conservatórias do registo comercial ou nos cartórios notariais. A recolha desta informação reveste-se de vital importância, uma vez que a mesma constitui um importante indicador económico, que permite caraterizar e determinar alterações no setor comercial português.

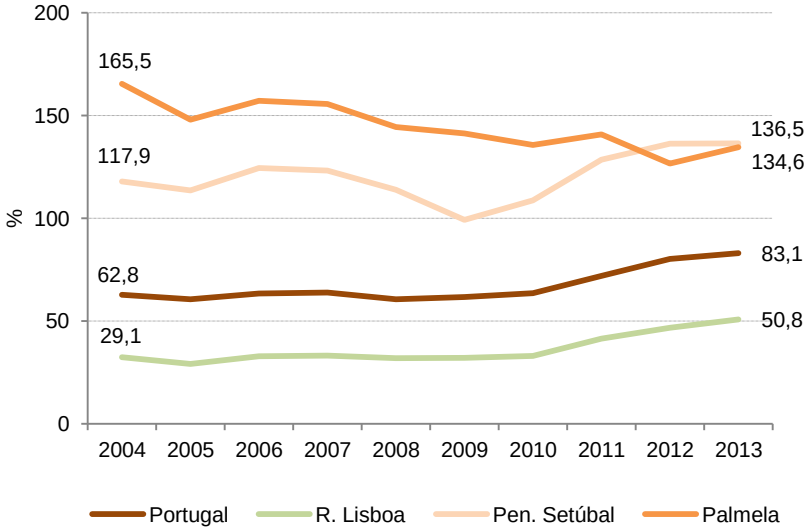
Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Razão entre as exportações e as importações, expressa em percentagem.

Contempla as mercadorias transacionadas, quer com Estados-membros da União Europeia (comércio intracomunitário), quer com os restantes países (comércio extracomunitário).

Para efeitos de desagregação regional, tem-se em conta o município de sede dos operadores.

Gráfico 66. Taxa de cobertura das importações pelas exportações – 2004-2013



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Quadro 35. Comércio internacional declarado de mercadorias (milhares de €) – 2013

	Importações	Exportações
Portugal	56.906.067	47.266.500
Região Lisboa	31.649.173	16.077.677
Península Setúbal	3.281.639	4.477.834
Concelho Palmela	1.491.195	2.006.448

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Gráfico 67. Comércio internacional declarado de mercadorias por operadores com sede no município de Palmela – 2004-2013

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O concelho de Palmela apresenta, ao longo dos últimos anos, um saldo sempre positivo da sua balança comercial, muito por via do peso significativo da Autoeuropa nas exportações.

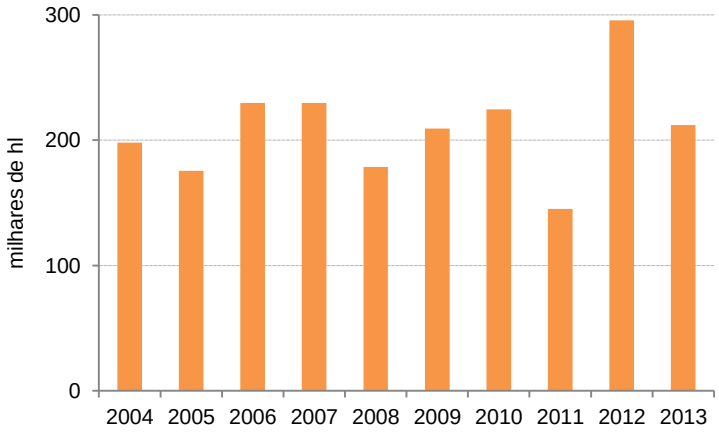
Depois de um pico ocorrido em 2011, verificou-se uma quebra das exportações nos últimos dois anos.

Produção vinícola declarada em vinho

Produção vinícola declarada em vinho, por local de vinificação e qualidade do vinho, expressa em milhares de hectolitros (hl).

A Denominação de Origem Protegida (DOP) é a designação comunitária adotada para designar um produto cuja produção, transformação e elaboração ocorre numa área geográfica delimitada com um saber-fazer reconhecido e verificado. No caso da Indicação Geográfica Protegida (IGP), a relação com o meio geográfico subsiste pelo menos numa das fases da produção, transformação ou elaboração.

Gráfico 68. Produção vinícola declarada em vinho no concelho de Palmela – 2004-2013



Fonte: IVV

Quadro 36. Produção vinícola declarada em vinho por local de vinificação e qualidade do vinho (milhares de hectolitros) – 2013

	Portugal	R. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
Vinho com DOP	2.276,7	112,5	108,5	89,3
Vinho licoroso com DOP	765,7	16,1	15,7	8,9
Vinho com IGP	1.681,8	219,9	183,5	39,4
Vinho com indicação de casta	42,8	0,0	0,0	0,0
Vinho sem certificação	1.471,4	156,6	91,2	74,6
Total	6.238,4	505,2	398,9	212,2

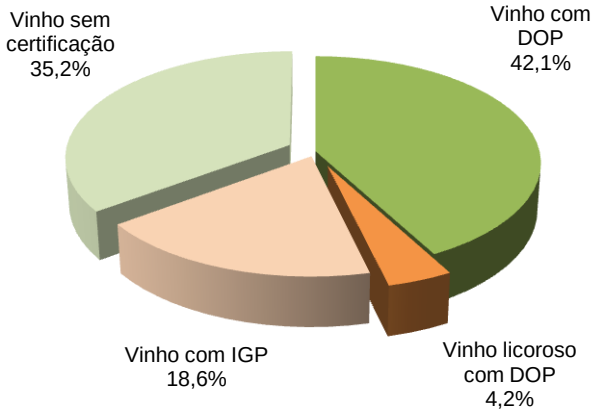
Fonte: IVV

Para beneficiar de uma Denominação de Origem, todo o processo de produção do vinho é rigorosamente controlado, desde a vinha até ao consumidor, cumprindo uma seleção de castas autorizadas para cada região, métodos de vinificação e caraterísticas organolépticas (cor, brilho, paladar, odor). Cabe às Comissões Vitivinícolas Regionais fazer este controlo, sendo a Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS) a entidade certificadora dos produtos vitivinícolas com direito à DOP "Setúbal" e "Palmela" e à IGP "Península de Setúbal" (antiga "Terras do Sado").

A evolução da produção vinícola do concelho de Palmela nos últimos anos tem sido irregular, com a produção mais baixa a registar-se em 2011 e a mais elevada logo no ano seguinte em 2012, o que se explica em boa medida pela sua dependência dos fatores climáticos.

Por qualidade de vinho, Palmela produziu em 2013 uma maior proporção de vinho com DOP (42,1%) e também sem certificação (35,2%), ao passo que na totalidade da península de Setúbal predomina o vinho com IGP (46%).

Gráfico 69. Produção vinícola declarada em vinho por qualidade do vinho no concelho de Palmela – 2013



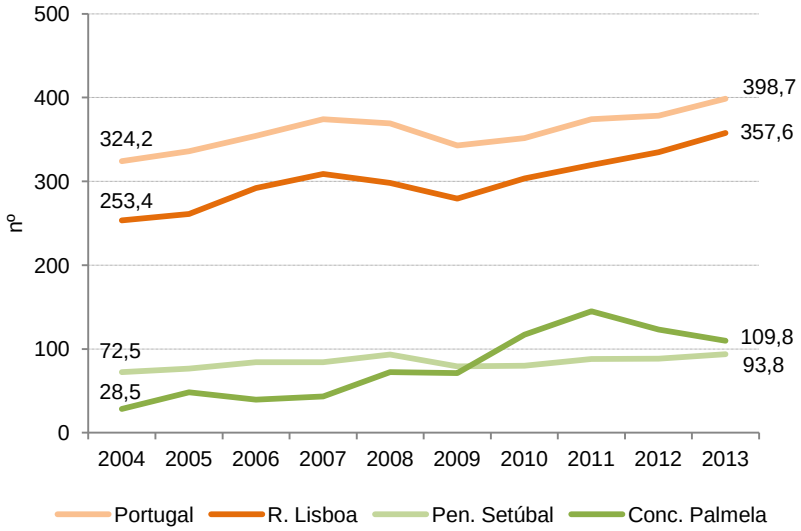
Fonte: IVV

Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes

Razão entre o número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, e a população residente na mesma unidade geográfica de referência, expresso por cada 100 habitantes.

Os tipos de estabelecimentos hoteleiros são os seguintes: Hotéis; Pensões; Estalagens; Pousadas; Motéis; Hotéis-Apartamentos; Aldeamentos Turísticos; e Apartamentos Turísticos.

Gráfico 76. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes – 2004-2013



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Quadro 39. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros – 2004-2013

	Portugal	R. Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
2004	34.140.581	6.994.783	548.646	16.588
2005	35.520.631	7.257.148	586.436	28.585
2006	37.566.461	8.162.614	653.038	23.956
2007	39.736.583	8.679.040	659.773	26.811
2008	39.227.938	8.410.405	736.911	45.537
2009	36.457.069	7.905.937	632.705	45.437
2010	37.391.291	8.620.423	644.198	75.996
2011	39.440.315	9.027.432	687.513	91.006
2012	39.681.040	9.439.853	692.865	78.508
2013	41.569.716	10.040.808	732.395	70.008

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

A evolução recente das dormidas no concelho de Palmela evidencia um crescimento acentuado no período entre 2004 e 2011, e um decréscimo nos últimos dois anos (menos 21 mil dormidas, equivalente a uma quebra de 23%), em aparente contraciclo com o verificado nas unidades territoriais de enquadramento.

Sendo incontestável o incremento da atividade turística do concelho, a flutuação do número de dormidas verificada nos últimos anos decorrerá sobretudo de alterações ocorridas na forma de contabilização da capacidade de alojamento do concelho (que passou de 1.227 camas em 2011 para 745 camas em 2013), e consequentemente das dormidas.

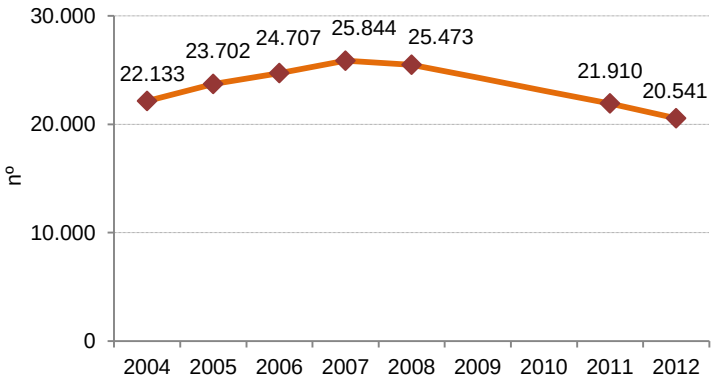
MERCADO DE TRABALHO

Percentagem de postos de trabalho por ramo de atividade

Percentagem de postos de trabalho das sociedades e empresários em nome individual localizados no concelho, segundo a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE).

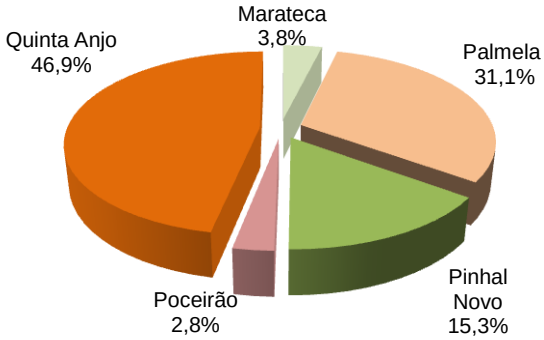
A informação é proveniente dos Quadros de Pessoal, cuja apresentação anual é obrigatória por parte das pessoas singulares ou coletivas com trabalhadores ao seu serviço e pelos serviços da administração pública.

Gráfico 70. Postos de trabalho no concelho de Palmela – 2004-2012



Nota: Nos anos de 2009 e 2010 a informação não foi adquirida.
Fonte: ME, Quadros de Pessoal

Gráfico 71. Postos de trabalho por freguesia – 2012



Fonte: ME, Quadros de Pessoal

Depois de um período de evolução ascendente até 2007, o número de postos de trabalho vem decrescendo gradualmente desde então, com uma descida acumulada de cerca de 20% nos cinco anos subsequentes. Por freguesia, destacam-se Quinta do Anjo e Palmela, com respetivamente 47% e 31% do volume total de postos em 2012. A freguesia de Pinhal Novo, apesar de ser a mais populosa do concelho, surge apenas em terceiro lugar com cerca de 15% dos postos de trabalho.

Em 2012 as indústrias transformadoras representavam cerca de 43,7% dos postos de trabalho do concelho (o que se deve em boa medida ao facto de o concelho constituir um importante polo da indústria automóvel), seguindo-se o comércio (14,3%). Por freguesia, verificava-se uma maior concentração industrial em Quinta do Anjo e Palmela, bem como uma forte presença da construção em Pinhal Novo. Notam-se também valores significativos na agricultura em Poceirão e Marateca.

Quadro 37. Postos de trabalho por ramo de atividade e por freguesia (%) – 2012

	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
A - Agricultura	12,0	1,2	2,8	20,8	0,4	2,1
B – Indústrias Extrativas	-	0,1	-	-	-	0,1
C - Indústrias transformadoras	13,1	41,5	16,3	15,6	58,3	43,7
D – Eletricidade, gás, vapor	-	0,1	-	-	-	0,0
E - Capt., tratam., distrib. água	-	0,9	0,0	-	0,5	0,5
F - Construção	5,1	12,0	21,9	12,0	1,5	8,3
G - Comércio	35,4	13,3	21,6	13,4	10,9	14,3
H - Transportes, armazenagem	15,8	2,5	4,3	23,8	6,8	5,9
I - Alojamento, restauração	8,9	3,9	5,5	4,5	0,7	2,9
J - Informação e comunicação	-	3,3	0,6	-	0,5	1,3
K - Financeiras e seguros	0,8	0,9	2,3	0,9	0,7	1,0
L - Imobiliárias	0,1	0,2	0,7	0,2	0,1	0,2
M - Consultoria, científicas	0,9	1,6	2,7	0,9	3,0	2,4
N - Administrativas e serviços	-	5,2	5,7	2,9	11,7	8,0
O - Admin. Pública e defesa	2,7	0,3	-	-	-	0,2
P - Educação	-	4,7	2,0	0,9	0,8	2,2
Q - Saúde e apoio social	4,7	5,9	6,7	4,1	1,8	4,0
R - Artísticas, espetáculos	-	0,5	1,3	-	0,2	0,4
S - Outros serviços	0,6	1,9	5,6	0,2	2,0	2,4

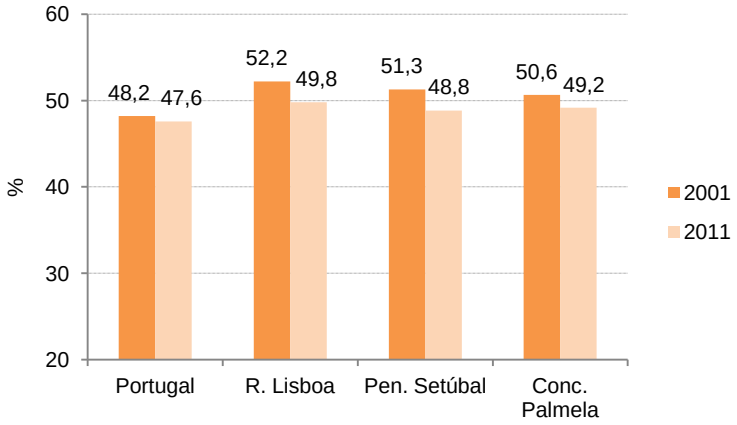
Fonte: ME, Quadros de Pessoal

Taxa de atividade

Este indicador permite aferir o peso da população ativa sobre o total da população.

A população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população ativa a população empregada e a população desempregada.

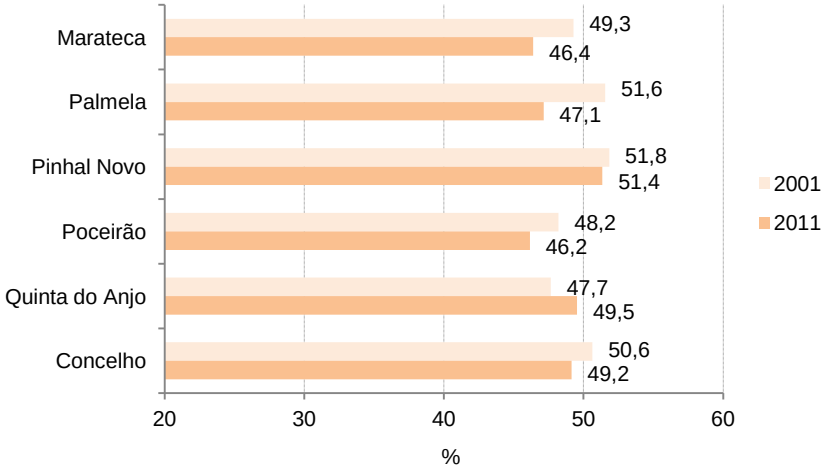
Gráfico 72. Taxa de atividade – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A taxa de atividade variou negativamente em todas as unidades territoriais de referência, entre 2001 e 2011. Esta descida prende-se, por hipótese, com alterações da estrutura demográfica, nomeadamente a tendência para o envelhecimento da população. A taxa de atividade do concelho de Palmela desceu 1,4% no período em análise.

Gráfico 73. Taxa de atividade nas freguesias e concelho de Palmela – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

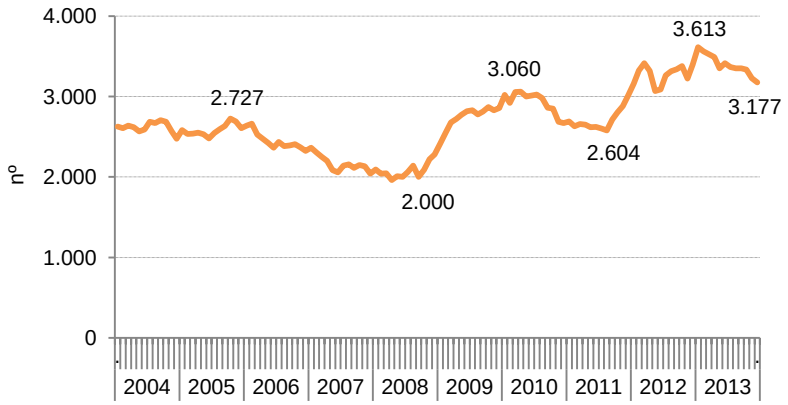
Em todas as freguesias do concelho a taxa de atividade desceu, exceto na freguesia de Quinta do Anjo, onde subiu quase 2%. Este facto deve-se, por suposição, com o rejuvenescimento ocorrido nesta freguesia durante o período intercensitário. A freguesia de Pinhal Novo é a que apresenta a maior taxa de atividade do concelho (51,4%), devido à estrutura predominantemente jovem da sua população.

Número de desempregados por sexo

Número de desempregados, por sexo.

Considera-se desempregado o candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho.

Gráfico 74. Desempregados no concelho de Palmela – 2004-2013



Fonte: IEFP

Quadro 38. Desemprego médio anual no concelho de Palmela por sexo – 2004-2013

Ano	Homens	Mulheres	Total
2004	1.162	1.458	2.620
2005	1.160	1.424	2.584
2006	1.097	1.353	2.450
2007	874	1.292	2.166
2008	858	1.221	2.079
2009	1.272	1.472	2.744
2010	1.385	1.544	2.928
2011	1.273	1.432	2.705
2012	1.607	1.666	3.273
2013	1.630	1.766	3.396

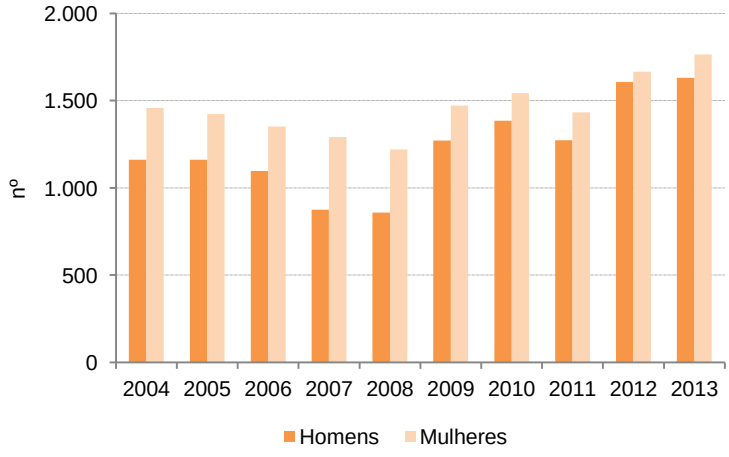
Fonte: IEFP

A evolução do número de desempregados registados no concelho de Palmela durante a última década caraterizou-se por uma tendência de estabilidade seguida de descida gradual entre 2004 e 2008; uma subida acentuada até perto dos 3 mil desempregados em 2010, a que se seguiu nova diminuição até agosto de 2011; e nova subida desde então, com máximo em janeiro de 2013 (cerca de 3600 desempregados), seguido de novo decréscimo até ao final do ano.

Note-se que as estatísticas produzidas pelo IEFP diferem das do INE: no primeiro caso, resultam de um ato administrativo (a inscrição num Centro de Emprego); no segundo, resultam de um inquérito aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa. Optou-se aqui por apresentar os dados do IEFP, uma vez que os do INE não estão disponíveis ao nível do concelho.

O período analisado mostra que o desemprego atinge de forma mais vincada as mulheres. Contudo, as flutuações – quer no sentido descendente, quer no sentido ascendente – parecem afetar mais os homens. A partir de 2009 nota-se uma aproximação do desemprego registado entre ambos os sexos.

Gráfico 75. Desemprego médio anual no concelho de Palmela por sexo – 2004-2013



Fonte: IEFP

SÍNTESE

- ✓ A **estrutura económica** do concelho de Palmela sofreu transformações significativas nos últimos anos. A **atividade agrícola**, a produção animal e a exploração florestal, antes predominantes, coexistem agora com a **indústria**, de que o expoente máximo é um importante complexo da indústria automóvel encabeçado pela **Autoeuropa**.

- ✓ O **tecido empresarial** é composto na sua grande maioria por **microempresas** (menos de 10 trabalhadores), registando-se ainda perto de uma dezena de **grandes empresas** que empregam mais de 250 trabalhadores.

- ✓ A maior parte das **sociedades** constituídas está afeta aos ramos do **comércio** e da **construção**, apesar de serem as indústrias **transformadoras** as que, de longe, mais pessoas empregam.

- ✓ A atividade económica no concelho vem, nos últimos anos, dando sinais de **abrandamento**, evidenciado no declínio de postos de trabalho, de sociedades, de volume de negócios e de exportações.

- ✓ Em aparente contraciclo, o número de **desempregados** registados desceu durante o ano de 2013. Este fenómeno pode resultar, no entanto, de medidas de inserção temporárias, da desistência da procura de emprego, e da emigração da população ativa.

- ✓ No setor do **turismo**, depois de um comportamento promissor até 2011, o número de **dormidas** em estabelecimentos hoteleiros decresceu nos últimos dois anos.

2013

Equipamentos coletivos

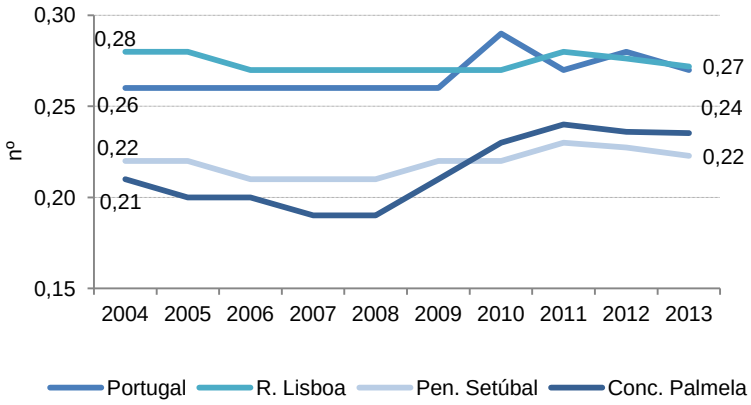
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Farmácias por 1000 habitantes

Relaciona o número de farmácias existentes no final do ano com a população residente estimada para o final do ano, expresso pelo número de farmácias por 1000 habitantes.

A Portaria n.º 352/2012, de 30 de Outubro, estabelece a capitação mínima de 3500 habitantes por farmácia, salvo quando a farmácia é instalada a mais de 2 Km da farmácia mais próxima, e ainda a distância mínima de 350 metros entre farmácias. As regras técnicas de instalação, equipamento e funcionamento, o licenciamento e a fiscalização das farmácias são atribuições do Infarmed.

Gráfico 77. Farmácias por 1000 habitantes – 2004-2013



Fonte: INE, Estatísticas das Farmácias

Quadro 40. Farmácias (nº) – 2004-2013

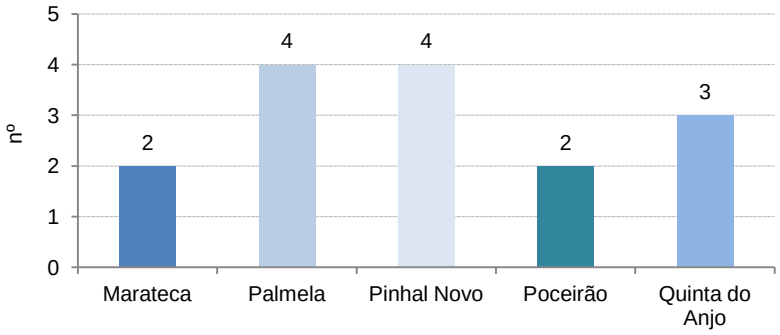
	2004	2013
Portugal	2759	2867
Região Lisboa	768	763
Península Setúbal	164	174
Concelho Palmela	12	15
Marateca	1	2
Palmela	4	4
Pinhal Novo	4	4
Poceirão	0	2
Quinta do Anjo	3	3

Fonte: INE, Estatísticas das Farmácias e Infarmed

O número de farmácias por 1000 habitantes, no período analisado, não sofre alterações significativas, aproximando-se dos 0,3 a nível nacional e regional, e situando-se ligeiramente abaixo (0,2) na Península de Setúbal e no concelho de Palmela.

Uma vez que este indicador por norma não é calculado para as freguesias, opta-se por apresentar, no gráfico abaixo, o número de farmácias por freguesia

Gráfico 78. Farmácias por freguesia – 2013



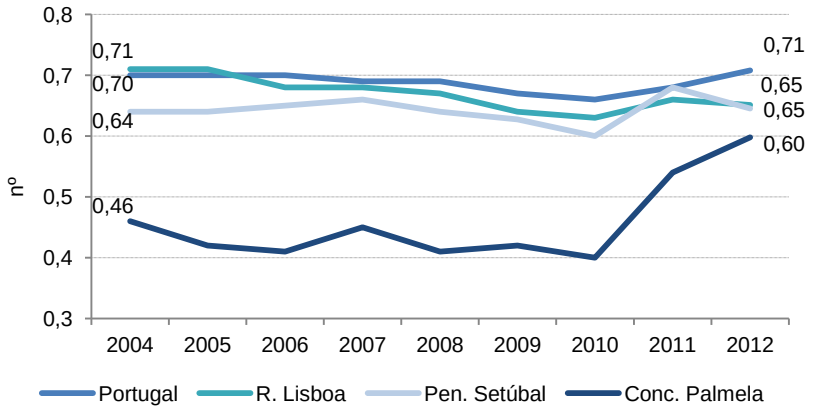
Fonte: Infarmed

Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões por 1000 habitantes

Relaciona o número de médicos ao serviço nos centros e extensões de saúde no final do ano com a população residente estimada para o final do ano.

Normalmente é expresso pelo número de médicos ao serviço nos centros e extensões de saúde por 1000 habitantes.

Gráfico 79. Médicos por 1000 habitantes ao serviço nos centros de saúde e extensões – 2004-2012



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Inquérito aos Centros de Saúde

Quadro 41. Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões – 2004-2011

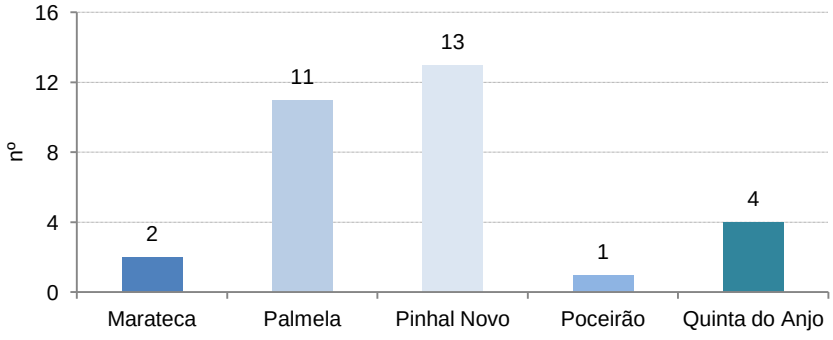
	2004	2011
Portugal	7377	7159
Região Lisboa	1971	1859
Península Setúbal	482	529
Concelho Palmela	27	31
Marateca	3	2
Palmela	7	11
Pinhal Novo	12	13
Poceirão	1	1
Quinta do Anjo	4	4

Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde e ACES Arrábida

Se até 2010 o número de médicos por 1000 habitantes do concelho de Palmela se situou bastante aquém do das restantes unidades territoriais, assistiu-se nos últimos dois anos a uma recuperação para números mais próximos dos valores de referência.

Por freguesia, apresentam-se os valores de 2011, pelo facto dos de 2012 não estarem disponíveis. Entre 2004 e 2011, foi na freguesia de Palmela que se registou o maior ganho (mais 4 médicos).

Gráfico 80. Médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões por freguesia – 2011

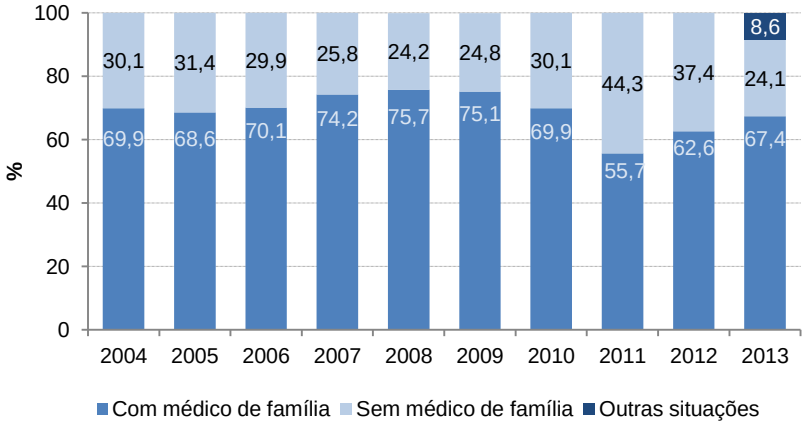


Fonte: ACES Arrábida

Percentagem de população inscrita no centro e extensões de saúde, com e sem médico de família

O indicador visa aferir o peso da população com e sem médico de família no total da população inscrita no centro de saúde e extensões de saúde do concelho e freguesias.

Gráfico 81. População inscrita no centro e extensões de saúde do concelho com e sem médico de família – 2004-2013

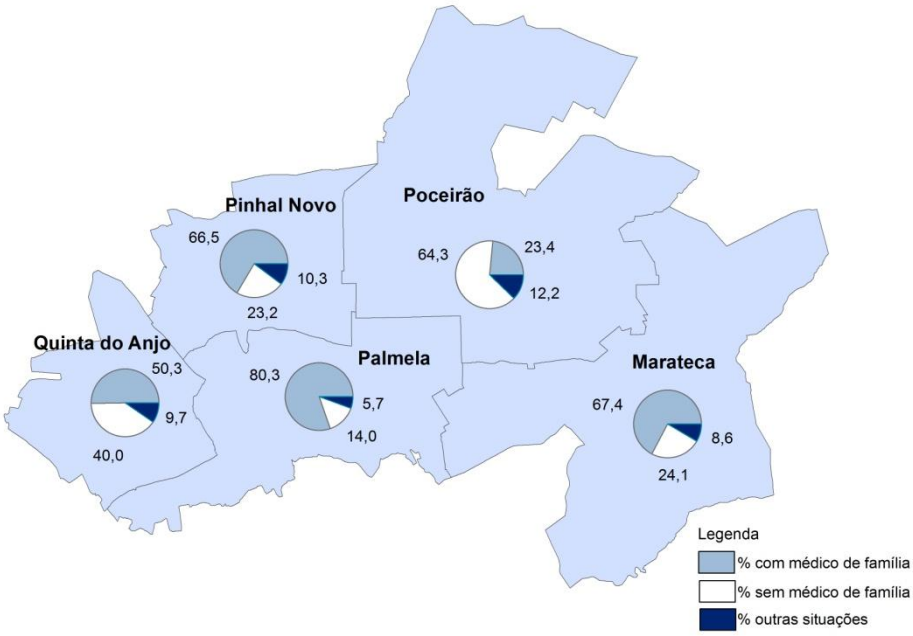


Fonte: ACES Arrábida

O concelho de Palmela, em 2013, tinha 61.768 utentes inscritos no centro e extensões de saúde. O período analisado revela algumas oscilações no que respeita à cobertura da população com e sem médicos de família: entre 2004 e 2009 a percentagem de utentes com médico de família evidenciou uma certa estabilidade, situando-se entre os 70% e os 75%; em 2010 e 2011 verificou-se uma inversão desta tendência, com a percentagem de utentes sem médico de família a crescer de forma significativa; a partir de 2012 a percentagem de população com médico de família volta a crescer. Em 2013, aparece uma nova figura denominada "Outras situações", que inclui os utentes não frequentadores dessas unidades de saúde acrescidos dos utentes que não têm médico de família por opção.

A nível das freguesias, coexistem situações bastante distintas. A freguesia de Palmela destaca-se pela elevada cobertura (aproximadamente 80% de utentes com médico de família); seguem-se Pinhal Novo e Marateca, com mais de metade da população (66,5% e 67,4%, respetivamente) abrangida; em Quinta do Anjo apenas metade dos utentes inscritos (50,3%) tem médico atribuído; e Poceirão é a freguesia mais problemática com apenas 23,4% da população com médico de família.

Mapa 1. População inscrita no centro e extensões de saúde com e sem médico de família por freguesia (%) – 2013



Fonte: ACES Arrábida e CMP/ DRHO

EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

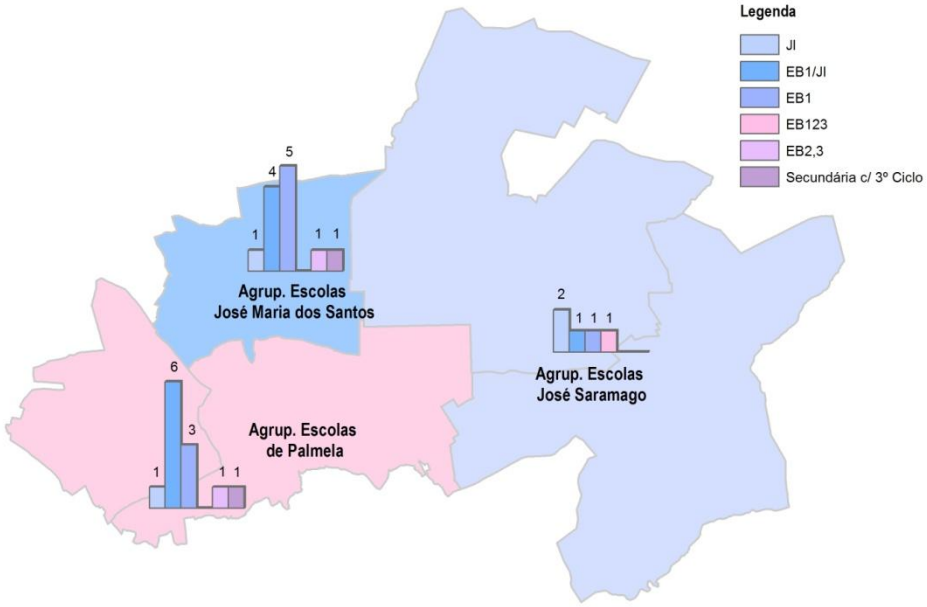
Estabelecimentos de educação e ensino públicos

Número de estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, por nível de ensino e agrupamento de escolas.

Nos termos previstos no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho), o agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista a garantir a coerência do projeto educativo, proporcionar um percurso sequencial e articulado aos alunos de uma dada área geográfica, e racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas. Não obstante, os agrupamentos devem ter uma dimensão equilibrada e racional, razão pela qual as escolas secundárias do concelho de Palmela não se encontram agrupadas.

Em 2013/2014 existiam 29 estabelecimentos de educação e ensino no concelho, dos quais 27 integrados em agrupamentos, e duas escolas secundárias, que para efeitos de representação gráfica se apresentam nos agrupamentos de Palmela e Pinhal Novo, apesar de formalmente não lhes pertencerem. A maioria dos estabelecimentos está afeta ao 1º ciclo do ensino básico (11) e à educação pré-escolar (4), ou a ambos estes níveis (9).

Mapa 2. Estabelecimentos de educação e ensino por tipo e agrupamento (nº) – 2013/2014



Fonte: CMP/ DEIS e DRHO

Quadro 42. Salas de educação e ensino por tipo e agrupamento (nº) – 2004/2005 e 2013/2014

		2004/2005	2013/2014
Agrup. Escolas de Palmela	Pré-escolar	8	12
	1º Ciclo	34	40
	2º e 3º Ciclo	25	25
Agrup. Escolas José Maria dos Santos (Pinhal Novo)	Pré-escolar	6	15
	1º Ciclo	34	56
	2º e 3º Ciclo	25	25
Agrup. Escolas José Saramago (Marateca-Poceirão)	Pré-escolar	3	6
	1º Ciclo	19	18
	2º e 3º Ciclo	-	15
Escolas não agrupadas	Secundária c/ 3º Ciclo	75	108
Total	Pré-escolar	17	33
	1º Ciclo	87	114
	2º e 3º Ciclo	50	65
	Secundária c/ 3º Ciclo	75	108

Fonte: CMP/ DEIS

A evolução recente da rede educativa evidencia um reforço muito significativo em todos os níveis, com destaque para o pré-escolar (que quase duplicou a sua capacidade, passando de 17 para 33 salas), para a construção de uma escola com 2º e 3º ciclo em Poceirão e para a recente ampliação da escola secundária com 3º ciclo de Pinhal Novo. Este período foi marcado por um forte investimento na requalificação da rede escolar, mas também pelo encerramento de várias escolas e pela concentração dos alunos em estabelecimentos educativos de maior dimensão, exigindo da parte da autarquia um redobrado investimento em transportes escolares.

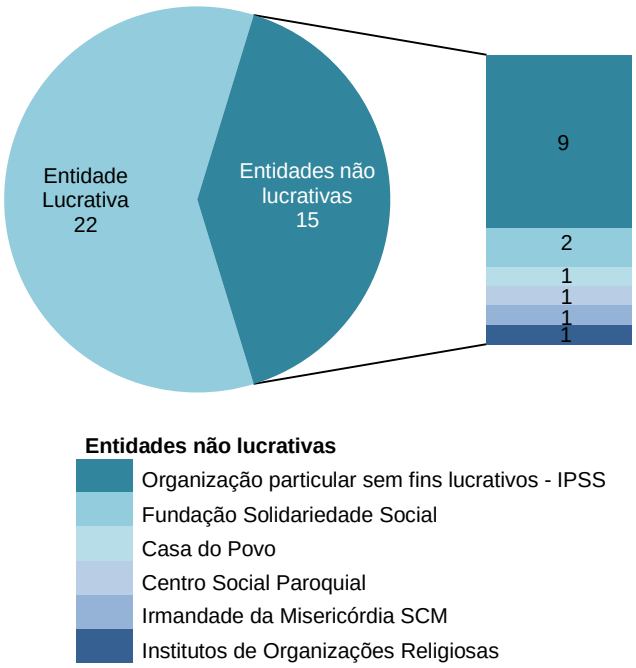
EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Equipamentos sociais por natureza jurídica da instituição

Contabiliza os equipamentos sociais existentes no concelho segundo a forma jurídica da instituição.

Incluem-se na tipologia de equipamentos sociais aqueles cujos serviços predominantes se destinam a dar respostas sociais, por exemplo, na área da infância, as creches, na área dos idosos, lares e centros de dia, e na área da comunidade e família, os centros de atendimento.

Gráfico 82. Equipamentos sociais no concelho por natureza jurídica da instituição (nº) – 2013



Fonte: MSESS, Carta Social

Quadro 43. Equipamentos sociais por natureza jurídica da instituição – 2013

		Palmela	Pinhal Novo	Poceirão e Marateca	Quinta Anjo
Entidades Lucrativas		8	9	1	4
Entidades não lucrativas	Organização particular sem fins lucrativos - IPSS	5	1	2	2
	Fundação de solidariedade social	1	1	-	-
	Centro social paroquial	-	1	-	-
	Instituto de organizações religiosas	-	-	1	-
	Irmandade da Misericórdia / SCM	1	-	-	-
	Total	15	12	4	6

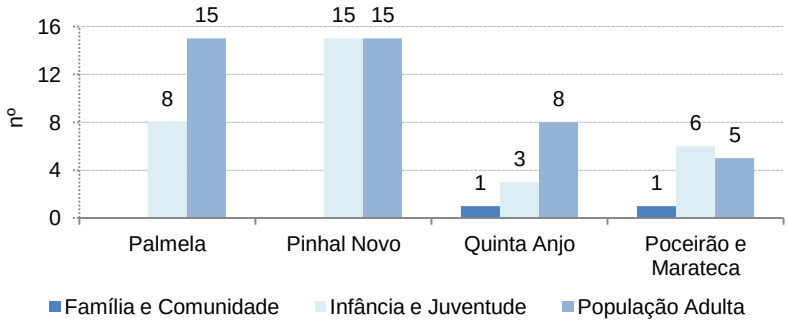
Fonte: MSESS, Carta Social

Os equipamentos sociais do concelho são geridos por entidades lucrativas (60%) e entidades não lucrativas 40%, onde sobressaem as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Nas freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo as entidades lucrativas são predominantes, sendo os lares a valência principal. Nas freguesias de Marateca e Poceirão existem apenas quatro instituições sendo que apenas uma é privada lucrativa e as restantes não lucrativas.

Valências sociais por tipo e público-alvo

Contabiliza as valências sociais disponíveis nos equipamentos do concelho segundo a tipologia do público-alvo.

Gráfico 83. Valências sociais por público-alvo – 2013



Fonte: MSESS, Carta Social

O gráfico permite aferir que a maioria das valências sociais existentes se distribui pela Infância e Juventude por um lado, e População Adulta por outro, sendo que neste tipo de público se destacam as valências destinadas à população idosa. As valências destinadas à Família e Comunidade são residuais: um centro comunitário em Marateca e um posto de atendimento/ acompanhamento social localizado em Quinta do Anjo.
O quadro abaixo mostra as valências existentes por freguesia, confirmando que Marateca e Poceirão são as freguesias com menos valências e Palmela e Pinhal Novo as com mais valências, no entanto, Pinhal Novo concentra o maior número de valências destinadas à população mais jovem.

Quadro 44. Valências sociais por tipo e público-alvo – 2013

Público-alvo	Resposta Social	Palmela	Pinhal Novo	Quinta Anjo	Poceirão e Marateca	Total
Família e Comunidade	Centro Comunitário	-	-	-	1	1
	Atendimento/Acompanhamento Social	-	-	1	-	1
	Subtotal	-	-	1	1	2
Infância e Juventude	Crianças e Jovens					
	Centro de Atividades de Tempos Livres	2	5	1	3	11
	Creche	2	6	2	3	13
	Crianças e Jovens com Deficiência					
	Intervenção Precoce	1	-	-	-	1
	Crianças e Jovens em Situação de Perigo					
	Centro de Acolhimento Temporário	1	2	-	-	3
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	1	1	-	-	2
	Lar de Infância e Juventude	1	1	-	-	2
	Subtotal	8	15	3	6	32
População Adulta	Pessoas Adultas com Deficiência					
	Lar Residencial	-	1	-	-	1
	Residência Autónoma	-	1	-	-	1
	Centro de Atividades Ocupacionais	-	1	-	-	1
	Pessoas em situação de Dependência					
	Serviço de Apoio Domiciliário (Dependência)	-	1	-	-	1
	Pessoas Idosas					
	Centro de Convívio	1	1	1	-	3
	Centro de Dia	3	3	3	2	11
	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	9	4	3	1	17
	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	2	3	1	2	8
	Subtotal	15	15	8	5	43
	Total	23	30	12	12	77

Fonte: MSESS, Carta Social

SÍNTESE

- ✓ A rede de **equipamentos educativos** foi, ao longo dos últimos anos, significativamente beneficiada em todos os níveis: na educação **pré-escolar** (que quase duplicou o número de salas), no **ensino básico** (mais salas em menos equipamentos no 1º ciclo, e construção de um novo equipamento do 2º e 3º ciclos que serve as freguesias de Poceirão e Marateca), e no **ensino secundário** (com a recente ampliação da escola secundária de Pinhal Novo). Refira-se, no entanto, que a concentração de alunos em menos equipamentos tem exigido da parte da autarquia um maior esforço ao nível dos **transportes escolares**.

- ✓ Na área da **saúde**, o número de **médicos de família** por 1000 habitantes aproximou-se dos valores de referência, o que teve impacto na percentagem de utentes com médico de família, que também subiu.

- ✓ Na área **social**, a maior parte das entidades são de natureza lucrativa (sobretudo **lares**), complementadas por um importante tecido de **instituições particulares de solidariedade social** e outras entidades não lucrativas.

- ✓ Predominam as **valências** de apoio à **população idosa** (lares, centros de dia e de convívio e serviços de apoio domiciliário), que constituem praticamente metade de todas as valências existentes. Seguem-se as valências da área da **infância e da juventude** (creches e centros de atividades de tempos livres), que são também em número significativo.

2013

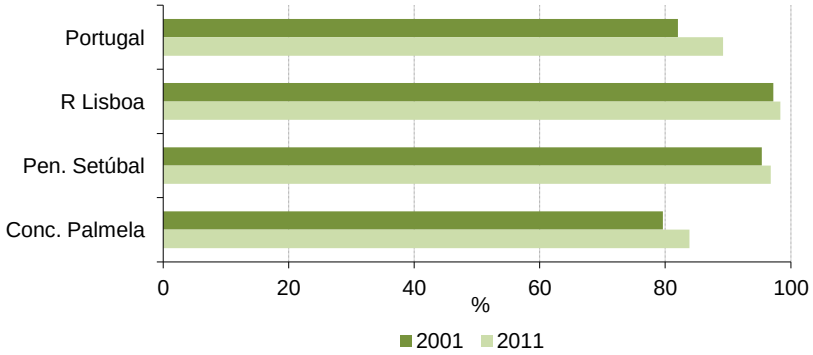
Ambiente

ÁGUA E SANEAMENTO

Percentagem de alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água

Proporção de alojamentos familiares com ligação à rede pública de abastecimento de água relativamente ao total de alojamentos familiares de residência habitual.

Gráfico 84. Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 45. Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água (%) – 2001-2011

	2001	2011
Portugal	82,0	89,2
Região Lisboa	97,2	98,3
Península Setúbal	95,4	96,8
Concelho Palmela	79,6	83,9
Marateca	39,4	52,8
Palmela	86,6	89,3
Pinhal Novo	91,0	93,5
Poceirão	18,6	28,7
Quinta Anjo	85,6	87,0

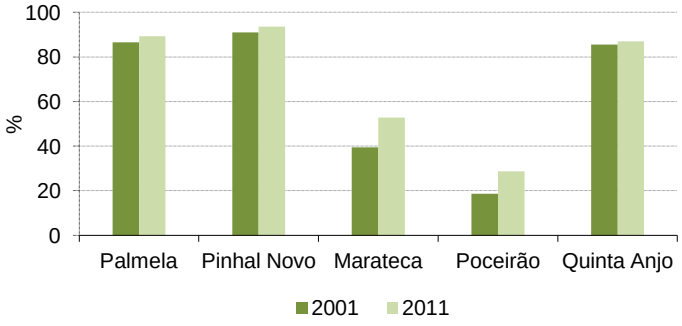
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

A última década comprova o aumento do número de alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento de água em todas as unidades territoriais. Persiste, no entanto, um desequilíbrio, entre o concelho de Palmela (83,9%) e as unidades territoriais que integra, nomeadamente a Península de Setúbal (96,8%) e a Região de Lisboa (98,3%). Não obstante, esse desequilíbrio tem vindo a atenuar-se ao longo das duas últimas décadas.

No que se refere às freguesias também persistem discrepâncias. Nas mais urbanas, os valores estão acima dos 85%, e nas freguesias rurais onde a rede pública ainda não está disponível em muitos locais, as taxas de ligação ainda são baixas, não obstante o crescimento em 2011 ter sido evidente. Este facto deve-se às caraterísticas do povoamento do concelho, predominantemente disperso nas freguesias rurais de Marateca e Poceirão.

Por outro lado, estes dados não levam em linha de conta os alojamentos para os quais existem infraestruturas não ligadas mas com possibilidade de ligação, razão que ajuda a explicar os valores obtidos.

Gráfico 85. Alojamentos com ligação à rede pública de abastecimento por freguesia – 2001-2011

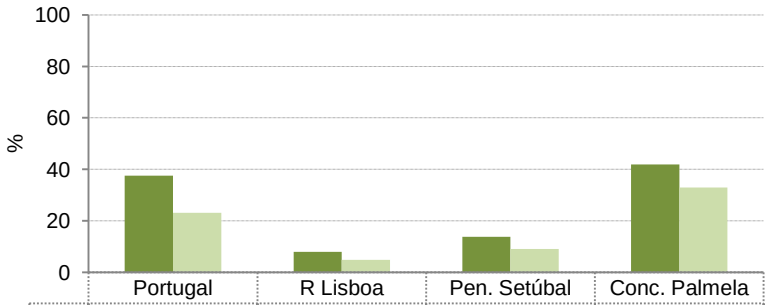


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Percentagem de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos

Proporção alojamentos que não tem ligação à rede pública de águas residuais no total de alojamentos de residência habitual.

Gráfico 86. Alojamentos não coletados à rede pública de esgotos – 2001- 2011

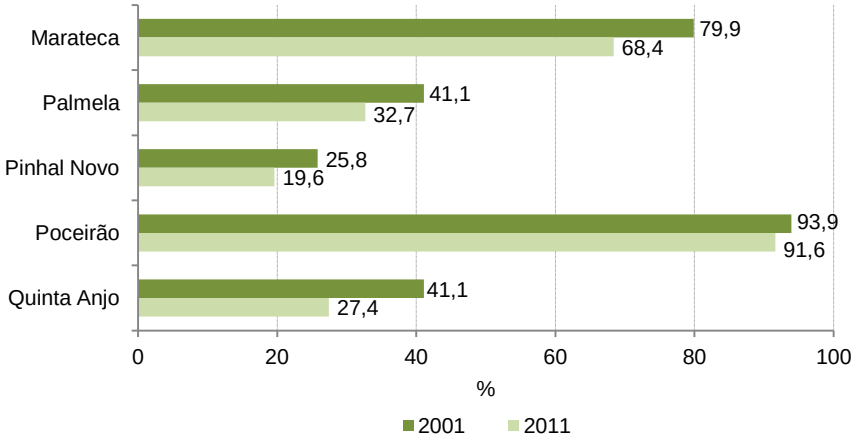


	Portugal	R Lisboa	Pen. Setúbal	Conc. Palmela
2001	37,6	8,0	13,7	41,9
2011	23,1	4,9	9,0	33,0

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

O indicador evolui positivamente de 2001 para 2011 evidenciando um decréscimo de alojamentos sem ligação à rede pública de esgotos. Em 2001, 37,6% dos alojamentos do País e 41,9% do concelho de Palmela não tinham ligação à rede pública de esgotos; na Península de Setúbal cerca de 14% e na Região de Lisboa 8%. Em 2011 as percentagens registam um decréscimo de alojamentos nestas condições: 3% na Região de Lisboa e aproximadamente 5% na Península de Setúbal; 9% no concelho e quase 15% no País.

Gráfico 87. Alojamentos não coletados à rede pública de esgotos por freguesia – 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Na última década, a percentagem de alojamentos não coletados à rede pública diminuiu em todas as freguesias, mas não de igual modo. As freguesias em que se verificaram evoluções mais significativas foram Quinta do Anjo (menos 14%), Marateca (menos 11%) e Palmela (menos 8%). Marateca e sobretudo Poceirão registam as mais elevadas percentagens de alojamentos não coletados à rede pública de esgotos, respetivamente 68,4% e 91,6%. A ruralidade e a dispersão do povoamento que caraterizam estas freguesias ajudam a explicar estes resultados.

Tal como no indicador relativo ao abastecimento, estes valores não fazem a distinção entre alojamentos ligados e aqueles para os quais existem infraestruturas não ligadas mas com possibilidade de ligação, motivo pelo qual a proporção de alojamentos não coletados considerada pelo INE poderá estar sobrevalorizada.

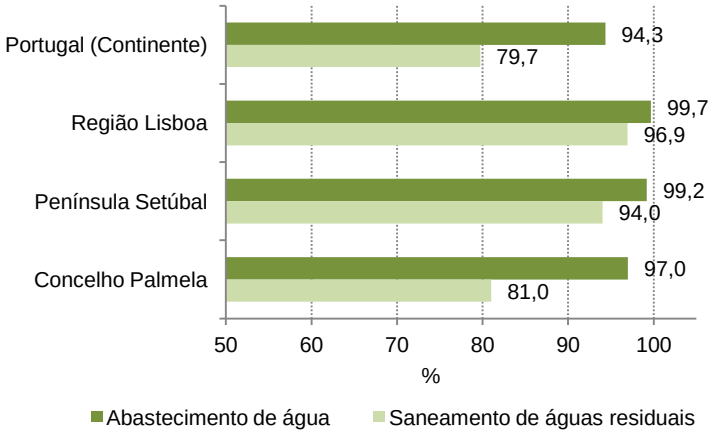
Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

Exprime, em percentagem, a proporção de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas dos serviços de abastecimento e saneamento se encontram disponíveis, no total de alojamentos existentes na mesma área.

O serviço disponível pode ser efetivo (com existência de ramal e contrato) ou não efetivo (quando não há mas existe possibilidade de ligação do alojamento à infraestrutura física da entidade gestora).

Esta avaliação é efetuada pela entidade reguladora, com base em informação fornecida pelas entidades gestoras.

Gráfico 88. Acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (%) – 2013



Fonte: ERSAR

A acessibilidade física ao serviço de abastecimento de água no concelho de Palmela situa-se nos 97%, valor ligeiramente aquém do verificado nas regiões em que o município se enquadra (99,2% na Península de Setúbal e 99,7% na Região de Lisboa), mas um pouco superior à média de Portugal continental (94,3%).

Quanto ao saneamento de águas residuais, a diferença entre o valor do município (81%) e a média regional é mais acentuada (94% na Península de Setúbal e 96,9% na Região de Lisboa), apesar de ainda assim se situar acima da média continental (79,7%).

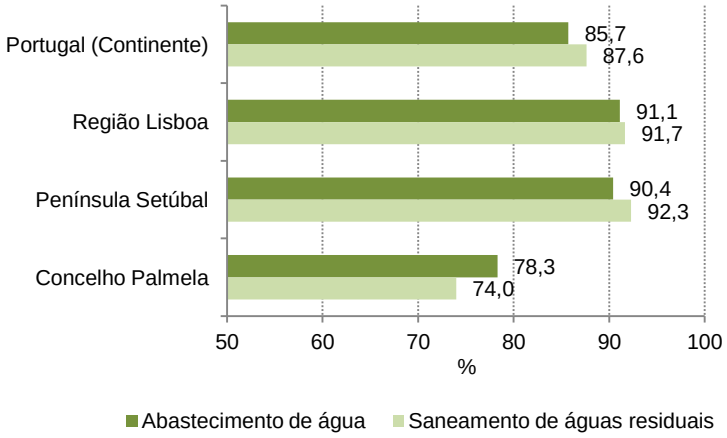
A dispersão do povoamento que carateriza o concelho e o significado que nele assumem as áreas urbanas de génese ilegal contribuem para explicar estes dados.

Adesão aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

Exprime, em percentagem, a proporção de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora com serviço disponível e efetivo (isto é, com existência de ramal e contrato ativo), no total de alojamentos com serviço disponível (efetivo ou não) existentes na mesma área.

Este indicador é calculado pela entidade reguladora, a partir de informação disponibilizada pelas entidades gestoras.

Gráfico 89. Adesão aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (%) – 2013



Fonte: ERSAR

A adesão ao serviço de abastecimento de água no concelho de Palmela situa-se nos 78,3%, valor abaixo do verificado à escala regional (90,4% na Península de Setúbal e 91,1% na Região de Lisboa) e nacional (85,7%).

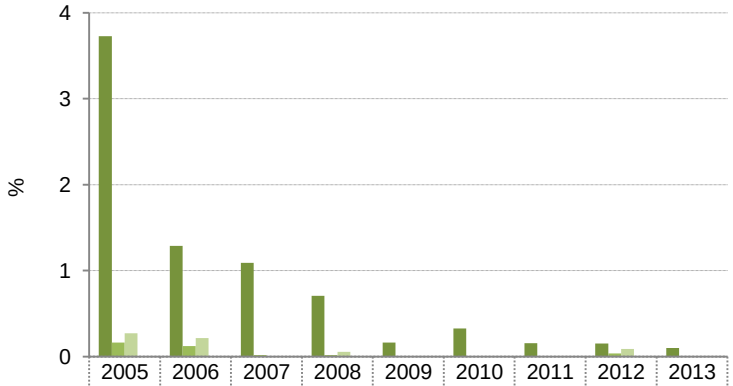
Também a adesão ao serviço de saneamento de águas residuais no concelho é inferior às das unidades territoriais em que o mesmo se insere: 74% contra 92,3% na Península de Setúbal, 91,7% na Região de Lisboa e 87,6% em Portugal Continental.

Mais uma vez a dispersão do edificado e a relevância da construção de génese ilegal, bem como as opções de alguns particulares por sistemas próprios de infraestruturas, ajudam a compreender os valores encontrados.

Qualidade da água para consumo humano

Verifica a concordância do cumprimento da legislação atual no que concerne à qualidade da água para consumo humano. Esse cumprimento é medido por dois indicadores: a percentagem de análises em falta e a percentagem de incumprimento aos valores paramétricos.

Gráfico 90. Análises em falta – 2005-2013

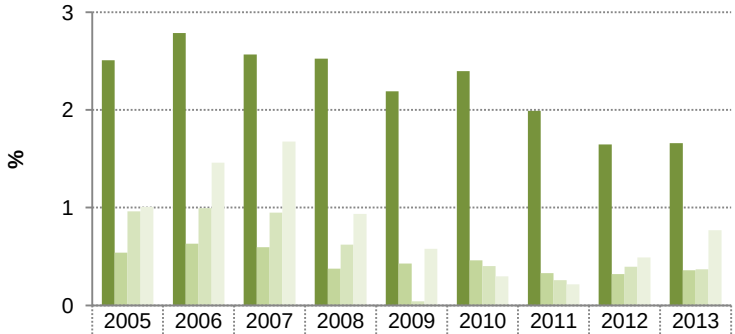


	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	3,73	1,29	1,09	0,71	0,16	0,33	0,15	0,15	0,10
R Lisboa	0,16	0,12	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00
Pen. Setúbal	0,27	0,21	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00
Conc. Palmela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: ERSAR

A percentagem de análises em falta resulta do quociente entre o número de análises em falta e o total de análises regulamentares exigidas por lei. A percentagem de análises em incumprimento é resultando do quociente do número de incumprimentos relativamente ao total de análises efetuadas.

Gráfico 91. Análises em incumprimento aos valores paramétricos – 2005-2013



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	2,51	2,79	2,57	2,53	2,19	2,40	1,99	1,65	1,66
R Lisboa	0,54	0,63	0,59	0,37	0,43	0,46	0,33	0,32	0,36
Pen. Setúbal	0,96	0,99	0,95	0,62	0,04	0,40	0,26	0,39	0,37
Conc. Palmela	1,01	1,46	1,68	0,94	0,58	0,30	0,22	0,49	0,77

Fonte: ERSAR

O concelho de Palmela apresenta, relativamente à média nacional, um desempenho significativamente melhor, no que respeita à percentagem de análises em falta e à percentagem de incumprimento aos valores paramétricos. Sublinhe-se, no que concerne à percentagem de análises em falta, que Palmela constituiu um dos concelhos onde todas as análises regulamentares foram realizadas. Já relativamente ao incumprimento dos valores paramétricos, o concelho apresenta percentagens ligeiramente abaixo dos da Península de Setúbal e da Região de Lisboa a partir de 2010, no entanto, nos últimos anos evidencia-se uma melhoria, com valores inferiores a 1%. Em síntese, os valores obtidos para o concelho indicam que o serviço de abastecimento público de água é adequado, e que a água distribuída é de boa qualidade.

AR

Emissões de gases com efeito de estufa[3] per capita

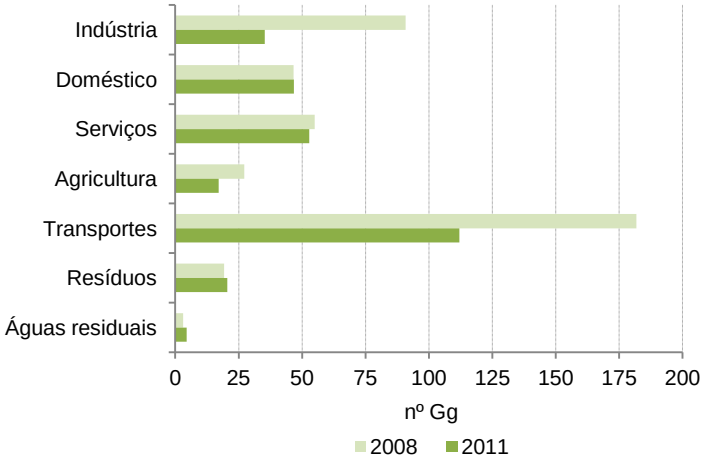
Razão entre as emissões de gases de efeito estufa com origem na unidade territorial de referência e a sua população residente, expressa em toneladas por habitante (ton/hab).

Quadro 46. Emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Palmela per capita

	2008	2011
Emissões de CO_2 eq (Gg)	423,81	288,96
População residente	61.034	63.412
Emissões de CO_2 eq per capita (ton/hab)	6,94	4,56

Fonte: ENA e INE, Estimativas Anuais da População Residente

Gráfico 92. Emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Palmela por setor de atividade



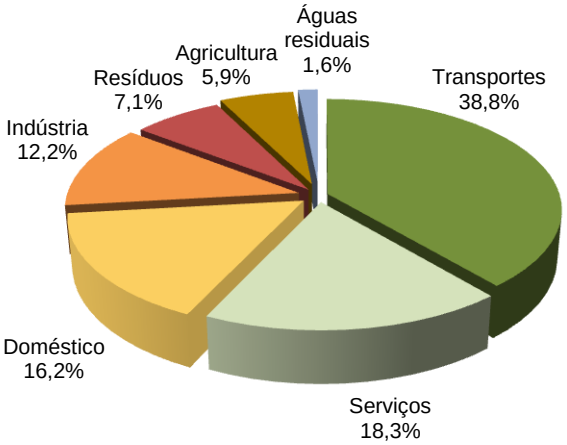
Fonte: ENA

As emissões de GEE foram estimadas a partir da matriz energética do concelho, ou seja, o consumo de energia por setor de atividade económica (dados da Direcção-Geral de Energia e Geologia). O consumo energético é medido em tep (tonelada equivalente ao petróleo; 1 tep = 11,63 MW·h), e as emissões em Gg (gigagramas; 1 Gg = 1000 toneladas). Por convenção, as emissões de CH_4 e N_2O são convertidas em CO_2 equivalentes (CO_2 eq). Uma vez que se trata de uma capitação, optou-se pela conversão de gigagramas em toneladas, obtendo-se assim o nº de toneladas de CO_2 eq emitidas por habitante. Trata-se de um cálculo efetuado especificamente para o município, pelo que não estão disponíveis comparações com outras unidades territoriais.

O setor dos transportes é o maior responsável pelas emissões do concelho (38,8%), essencialmente devido à utilização de combustíveis fósseis. O significado do setor dos serviços, da indústria e dos consumidores domésticos deve-se aos respetivos consumos de energia elétrica.

Este indicador foi calculado pela ENA, no âmbito do PAES (Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela), Este plano é o instrumento para assegurar o cumprimento, a nível local, do compromisso de reduzir as emissões de CO_2 em 20% até 2020, através da utilização racional de energia e do aproveitamento de energias renováveis, compromisso a que o município aderiu ao subscrever o Pacto dos Autarcas em 2009. São excluídas as empresas abrangidas pelo CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), onde se inclui a Autoeuropa.

Gráfico 93. Emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Palmela por setor de atividade – 2011



Fonte: ENA

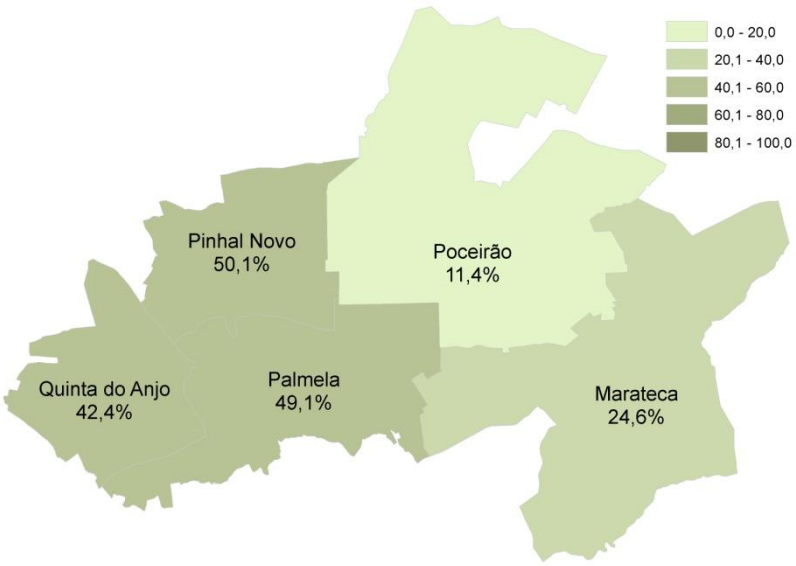
[3] O Protocolo de Quioto, assinado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, abrange os seguintes Gases com Efeito de Estufa (GEE): dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorocarbonetos (HFCs), perfluorocarbonetos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF_6). No âmbito do presente indicador, são apenas contabilizadas as emissões de CO_2, CH_4 e N_2O, que se estima serem responsáveis por, respetivamente, 50%, 18% e 6% das emissões globais de GEE libertadas em resultado de atividades humanas.

RESÍDUOS

Percentagem de edifícios com recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos

Este indicador permite aferir a percentagem de edifícios no concelho abrangidos pela recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, relativamente ao total de edifícios. Considera-se recolha seletiva a recolha efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separados por tipo e natureza, com vista a facilitar o tratamento específico, neste caso das frações de papel/cartão, embalagens e vidro.

Mapa 3. Edifícios com recolha seletiva de RSU por freguesia – 2011



Fonte: CMP/ DARSU e DRHO

O cálculo do indicador foi feito com base nos edifícios das subsecções da BGRI (Base Geográfica de Referenciação da Informação) de 2011 do INE e a georreferenciação dos contentores seletivos em 2011. Estabeleceu-se para cada contentor (ecoponto ou outro contentor seletivo – vidrão, papelão, etc.) um raio de influência de 200 metros, medida referenciada e utilizada pela ERSAR.

Quadro 47. Edifícios com recolha seletiva de RSU por perímetro urbano – 2011

Perímetro urbano	%
Abreu Grande/Carregueira	10,1
Agualva de Cima	67,8
Águas de Moura	74,6
Aires	74,9
Asseiceira	0,0
Barra Cheia	67,1
Brejos do Assa	34,0
Cabanas	50,0
Fernando Pó	74,2
Fonte da Barreira	83,3
Lagoa da Palha/Vale da Vila	22,0
Lagoa do Calvo	27,3
Olhos de Água/Lagoinha/Vale de Touros	35,5
Palmela	77,8
Pinhal Novo	85,1
Poceirão	88,1
Quinta do Anjo	81,3
Venda do Alcaide	61,7
Fonte da Vaca	0,0

O concelho de Palmela tinha, em 2011, 42% de edifícios abrangidos pela recolha seletiva de RSU (resíduos sólidos urbanos). A análise por freguesia evidencia algumas diferenças entre Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, com percentagens entre os 40% e os 50%, e as freguesias de Poceirão e Marateca, com percentagens mais baixas, respetivamente, 11,4% e 24,6% de edifícios abrangidos pela recolha seletiva.

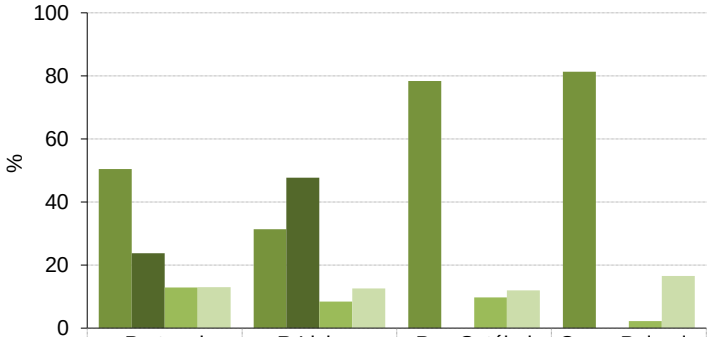
Nos perímetros urbanos, a maior densificação permite obter uma cobertura bastante superior, situando-se acima dos 75% nos principais aglomerados do concelho.

Refira-se que estes resultados explicam-se em boa medida pela dispersão do povoamento e pela localização de boa parte do edificado fora dos sistemas urbanos, caraterísticas sobretudo das freguesias de cariz mais rural.

Quantidade de resíduos segundo o destino final

Este indicador acompanha a evolução da quantidade de resíduos recolhidos no concelho segundo o destino que lhes é dado, que no caso de Palmela pode ser a eliminação (por deposição em aterro) ou a valorização (para reciclagem ou compostagem).
É expresso em toneladas (ton).

Gráfico 94. Resíduos segundo o destino final – 2013



	Portugal	R.Lisboa	Pen.Setúbal	Conc. Palmela
Aterro	50,5	31,3	78,3	81,3
Valoriz. energética	23,7	47,7	0,0	0,0
Valoriz.orgânica	12,9	8,4	9,7	2,2
Valoriz.multimaterial	12,9	12,5	12,0	16,5

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Considera-se destino final, a fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo (Fonte: INE).
Valorização orgânica (ou compostagem): transformação da matéria orgânica num produto final suficientemente estabilizado que pode ser aplicado no solo com múltiplas vantagens sobre os fertilizantes químicos de síntese, a que se dá o nome de composto.
Valorização energética (ou incineração): valorização da fração de resíduos que não possam ser aproveitados através dos processos de reciclagem multimaterial e compostagem, através de um processo térmico controlado (valorização energética) com produção de energia elétrica.
Reciclagem multimaterial: Reciclagem dos materiais constituintes dos resíduos (vidro, papel, plásticos, metais), tendo em vista a sua reentrada no circuito produtivo.
Aterro: deposição final dos resíduos em aterro sanitário devidamente controlado, e é constituídos pelos materiais que não podem ser valorizados de forma alguma através da reciclagem multimaterial, orgânica ou da valorização energética (Fonte: APA).

Quadro 48. Quantidade de resíduos recolhidos no concelho por destino final – 2004-2013

Ano	Valorização		Eliminação	Total
	Compostagem	Reciclagem	Aterro	
	ton	ton	ton	ton
2004	5.610,0	1.098,5	35.932,6	42.641,1
2005	4.703,6	1.345,7	39.302,3	45.351,6
2006	1.242,2	1.518,9	41.166,5	43.927,6
2007	6.881,4	1.590,7	32.655,4	41.127,5
2008	7.835,6	1.830,4	33.647,9	43.313,9
2009	8.079,5	2.036,0	32.165,2	42.280,7
2010	8.147,6	2.023,5	29.420,5	39.591,6
2011	961,5	1.949,1	34.576,9	37.487,5
2012	71,1	1.709,3	34.854,7	36.635,1
2013	193,6	1.726,1	33.260,3	35.180,0

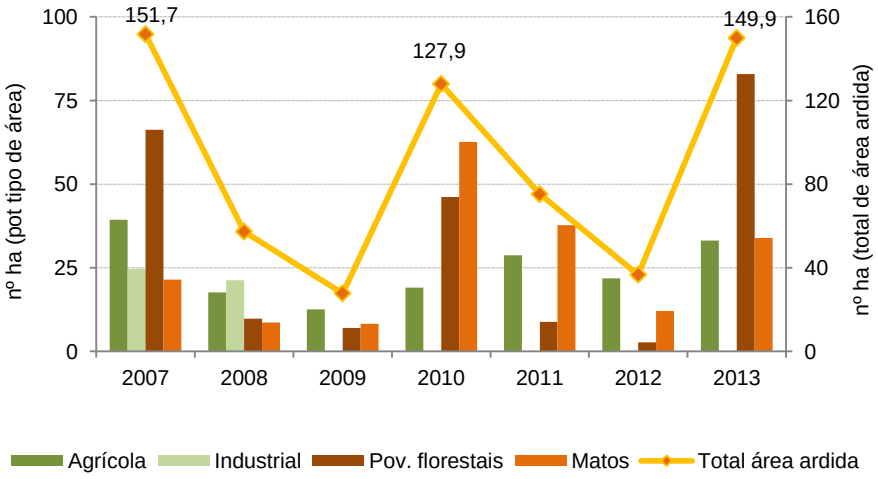
Fonte: CMP/ DARSU
Nota: No concelho, a partir do ano 2011 houve uma redução significativa de resíduos encaminhados para compostagem, devido ao fecho, para obras, da central de compostagem de Setúbal.

Relativamente ao destino dos resíduos, a deposição em aterro é claramente predominante quer ao nível do concelho, quer da Península de Setúbal (com níveis próximos dos 80% em 2013). Desde o ano 2009 tem-se verificado uma redução da produção total de resíduos, em parte explicada pela redução do consumo.

Percentagem de área afetada por fogos por tipo de área

O indicador contabiliza a área afetada por fogos por tipo área: agrícola, industrial, povoamentos florestais e matos.

Gráfico 95. Área do concelho de Palmela afetada por fogos por tipo de área e total de área ardida – 2007-2013



Fonte: ANF

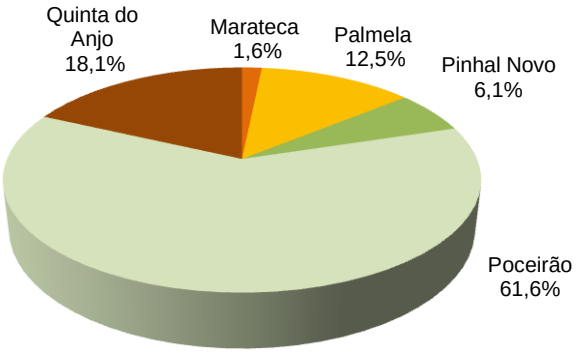
Quadro 49. Área ardida por tipo de área e freguesia (ha) - 2013

	Agrícola	Povoamentos florestais	Matos	Total
Marateca	2,4	0,0	0,0031	2,4
Palmela	4,7	9,7	4,4	18,8
Pinhal Novo	3,5	1,5	4,2	9,2
Poceirão	19,6	63,3	9,4	92,3
Quinta do Anjo	2,9	8,3	16,0	27,2
Concelho Palmela	33,1	82,9	33,9	149,9

Fonte: ANF

Nos últimos sete anos, a área afetada por fogos foi bastante inconstante no concelho. Em 2007, 2010 e 2013, a área afetada foi superior a 100 ha enquanto nos restantes anos a área ardida foi bastante menor. Os tipos de área mais atingidos são os povoamentos florestais e os matos, seguindo-se as áreas agrícolas.

Gráfico 96. Área do concelho de Palmela afetada por fogos, por freguesia – 2013



Fonte: ANF

Em 2013 a freguesia mais atingida foi Poceirão, com cerca de 92,3 ha de área ardida (61,6% da área ardida do concelho), sobretudo os povoamentos florestais. Seguiu-se Quinta do Anjo com cerca de 18% da área ardida do concelho, na sua maioria matos.

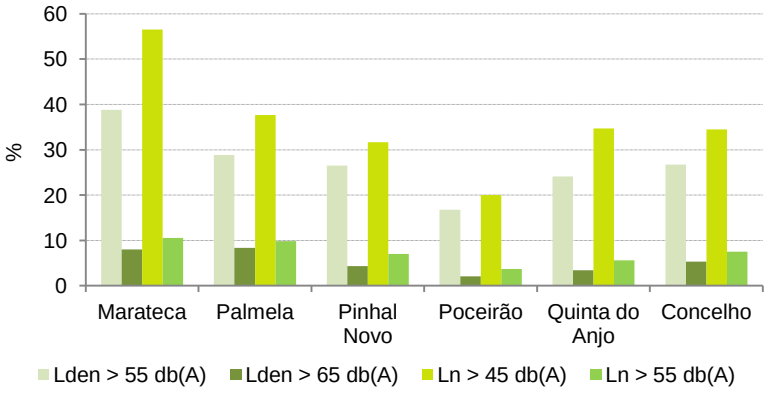
RUÍDO

Percentagem de população residente em áreas ruidosas

Peso da população que reside em locais classificados como ruidosos, no conjunto da população residente.

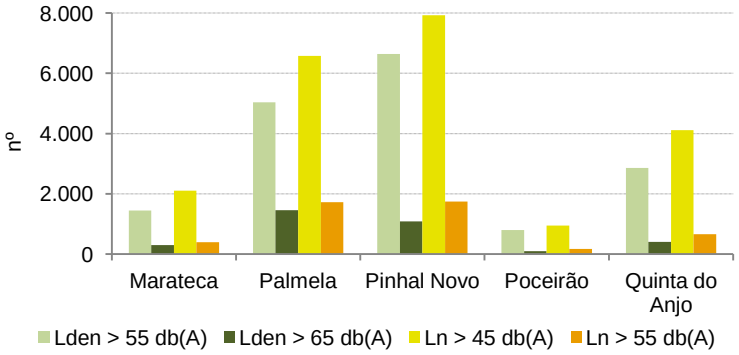
O Mapa de Ruído do concelho foi elaborado no âmbito da Revisão do Plano Diretor de Palmela, ao abrigo do novo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, em vigor desde 1 de Fevereiro de 2007.

Gráfico 97. População residente por nível de ruído e freguesia – 2011



Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ GPE

Gráfico 98. População residente por nível de ruído e freguesia – 2011



Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ GPE

São utilizados dois indicadores para qualificar o desconforto associado à exposição ao ruído: o Ln, que representa o ruído médio durante o período noturno (das 23h as 7h), e o Lden, indicador do nível de ruído global ao longo do período dia/ entardecer/ noite, e que representa uma média ponderada das 24 horas do dia. Ambos são expressos em dB(A) (decibéis com ponderação A).

Quadro 50. População residente por nível de ruído e freguesia – 2011

	Lden > 55 db(A)		Lden > 65 db(A)		Ln > 45 db(A)		Ln > 55 db(A)	
	Pop. (nº)	Pop. (%)	Pop. (nº)	Pop. (%)	Pop. (nº)	Pop. (%)	Pop. (nº)	Pop. (%)
Marateca	1.714	46,0	495	13,3	2.328	62,5	571	15,3
Palmela	6.114	35,0	2.360	13,5	7.729	44,2	2.552	14,6
Pinhal Novo	7.871	31,5	3.280	13,1	9.193	36,8	3.818	15,3
Poceirão	935	19,7	294	6,2	1137	23,9	368	7,7
Quinta Anjo	3.614	30,5	978	8,2	4.972	41,9	1.168	9,8
Concelho Palmela	20.248	32,2	7.407	11,8	25.359	40,4	8.477	13,5

Fonte: INE, Censos 2011 e CMP/ GPE

Os valores apresentados, que resultam da sobreposição dos Mapas de Ruído à BGE (Base Geográfica de Edifícios) dos Censos de 2011, evidenciam uma maior exposição ao ruído em termos absolutos na freguesia de Pinhal Novo (mais população exposta), e em termos relativos na freguesia de Marateca (maior percentagem de população exposta, sobretudo ao longo de eixos rodoviários, que é a principal fonte de ruído observada). Está atualmente em curso o processo de Revisão do PDM de Palmela, que estabelece a classificação acústica no concelho através da delimitação de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas (nas áreas urbanas) ou sua equiparação (fora das áreas urbanas). Os novos licenciamentos de edifícios e operações urbanísticas devem estar em conformidade com o disposto no Regulamento Geral do Ruído e com a respetiva cartografia produzida pelo Município, adotando as necessárias medidas de minimização de ruído caso se pretendam implantar em áreas cujo ruído ambiente existente seja superior ao legalmente admissível. O Mapa de Conflitos permitirá ainda identificar as zonas críticas atualmente existentes, para as quais devem ser propostas medidas de correção por parte das entidades responsáveis pela infraestrutura ou fonte de ruído em causa, integrando-se num Plano Municipal de Redução de Ruído a elaborar.

SÍNTESE

- ✓ O vincado contraste entre o **rural** e o **urbano** que carateriza o concelho de Palmela transparece também na leitura dos indicadores disponíveis. As percentagens de alojamentos coletados à **rede pública de água** e de população não coletada à rede de **esgotos** evidenciaram uma evolução muito significativa nos últimos anos. No entanto, o concelho ainda se situa aquém das unidades territoriais em que se insere, o que se deve essencialmente à condição rural e à **dispersão** do povoamento de parte significativa do seu território, em particular **Marateca** e **Poceirão**.

- ✓ Pelas mesmas razões, a cobertura da **recolha seletiva** de resíduos é superior nas freguesias mais urbanas, ao passo que a maioria (cerca de 80%) dos resíduos sólidos urbanos recolhidos no concelho continua a ter como destino a deposição em **aterro**.

- ✓ De acordo com as análises efetuadas, a **água** da rede pública do concelho tem cumprido a totalidade dos parâmetros de **qualidade**.

- ✓ As emissões de **gases com efeito de estufa** decorrem, sobretudo, da queima de **combustíveis fósseis** associada à utilização de **transportes**, e em menor medida dos consumos energéticos realizados pelas atividades económicas e pelos consumidores individuais.

- ✓ A **área ardida** tem variado bastante de ano para ano, como é próprio de um fenómeno que se pauta pela irregularidade. Em 2013 a área ardida praticamente triplicou em relação a 2012, muito à custa dos **povoamentos florestais**.

- ✓ A exposição a níveis de **ruído** decorre sobretudo da proximidade da população aos principais **eixos rodoviários**, que é a principal fonte de ruído observada.